



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL**  
Central de Compras

**SENHORES LICITANTES:**

**OBSERVAR COM ATENÇÃO AS DESCRIÇÕES DETALHADAS DOS ITENS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL DE LICITAÇÃO, DE MODO A EVITAR FALHAS NAS COTAÇÕES QUE, EVENTUALMENTE, POSSAM ACARRETER EM DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS.**

**OS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS VENCEDORAS DEVERÃO EFETUAR O CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO NO PORTAL SEI/GDF, por meio do link: <https://www.portalsei.df.gov.br/usuario-externo/>, CONSIDERANDO SUA OBRIGATORIEDADE PARA ASSINATURA DO CONTRATO/ATA.**

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

**UASG 926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**

**CNPJ: 00.394.700/0001-08 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 07.329.505/001-89**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90184/2026 – SES/DF**

**TELEFONE: 61) 3449-4178 ou 4179**

**Data de Início de Propostas (Divulgação): 15/06/2026**

**Data fim de recebimento de propostas: 29/06/2026**

**Horário da Fase de Lances: 29/06/2026 às 9 horas**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**ADJUDICAÇÃO: POR ITEM**

**MODO DE DISPUTA: ABERTO/FECHADO**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO**

**ESTIMATIVA GERAL: CARÁTER PÚBLICO**

**PROCESSO Nº: 00060-00487396/2025-31**

**VALOR PREVISTO PARA CONTRATAÇÃO: R\$ 7.154.622,06 (sete milhões, cento e cinquenta e quatro mil seiscentos e vinte e dois reais e seis centavos).**

**OBJETO:** Contratação de serviço de **DIÁRIA DE INTERNAÇÃO** em estabelecimento especializado em saúde mental que preste assistência a adolescentes e adultos, de ambos os sexos, com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA), sob mandado judicial de internação psiquiátrica compulsória para o tratamento de dependência química, a usuário residente no Distrito Federal, de forma continuada, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital.

A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, por meio do(a) Central de Compras - CCOMP/DAQ/SUCOMP/SECCIC/SES-DF, sediada no SRTVN 701 Norte, lote D, Edifício PO 700, 2º andar, Central de Compras - Brasília/DF, CEP: 70.719-040, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, mediante as condições estabelecidas neste Edital, de acordo com a Lei n.º 14.133/2021, regulamentada no âmbito do Distrito federal pelo Decreto 44.330/2023, e alterações posteriores, Lei Distrital 6.112, de 02/02/2018, alterada pelas Leis nº 6.176/2018 e 6.308 de 13/06/2019 e regulamentada pelo Decreto 40.388 de 14/01/2020, além de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de serviço de **DIÁRIA DE INTERNAÇÃO** em estabelecimento especializado em saúde mental que preste assistência a adolescentes e adultos, de ambos os sexos, com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA), sob mandado judicial de internação psiquiátrica compulsória para o tratamento de dependência química, a usuário residente no Distrito Federal, de forma continuada, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital.

1.2. A licitação será realizada em único item, conforme tabela constante no Anexo I do Edital.

1.3. Especificações acerca do **item único**, objeto do certame:

**AMPLA CONCORRÊNCIA**

ITEM	CÓDIGO BR	CÓDIGO E COMPRAS (ID)	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
			Contratação de serviço de diária de internação em estabelecimento especializado em saúde mental que preste assistência a adolescentes e		

01	16543	21756	adultos, de ambos os sexos, com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA), sob mandado judicial de internação compulsória para o tratamento de dependência química a usuário residente no Distrito Federal.	Diária	15.334
----	-------	-------	---	--------	--------

Havendo divergência entre a especificação constante no Termo de Referência e a especificação contida no Sistema Comprasnet (código BR), prevalecerá a especificação do Termo de Referência. As unidades de fornecimento e os quantitativos a serem fornecidos são os especificados no detalhamento;

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo para isso fazer o seu devido enquadramento como ME ou EPP em campo próprio no sistema, QUANDO DO CADASTRO DE SUA PROPOSTA, DECLARANDO assim, para fins legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, pela Lei Distrital n.º 4.611 de 2011, e pelo Decreto Distrital n.º 35.592 de 2014, que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionadas no art. 3º da citada Lei Complementar.

2.6. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

2.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (art. 22, § 1º da Lei Distrital nº 4.611 de 2011).

2.6.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 2.6.1., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

2.7. Nas licitações de ampla concorrência será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

2.7.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam de até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada.

2.8. Para efeito do disposto no 2.7, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

2.8.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;

2.8.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificadas, serão convocadas as próximas colocadas que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 2.7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

2.8.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos 2.8.3 e 2.8.4 será realizado sorteio, aleatório e automático pelo sistema, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

2.9. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos 2.8, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

2.9.1. O disposto no 3.8 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

2.9.2. No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

2.10. Para o cumprimento do disposto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Distrital 4.611/2011, a administração pública:

2.10.1. Em atendimento à exigência estabelecida no inc. III do art 49 da Lei Complementar nº 123/2006, c/c art. 23 da Lei Distrital nº 4.611/2011, o item **01** que compõem o objeto deste edital será destinado à **AMPLA CONCORRÊNCIA**, conforme previsão constante no Anexo I deste Edital;

2.11. Não poderão disputar esta licitação:

2.11.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.11.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.11.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.11.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de licitar e contratar com o Distrito Federal, em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.11.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.11.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.11.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.11.8. **pessoas jurídicas reunidas em consórcio;**

2.11.8.1. A participação de consórcios não será admitida, pela natureza do serviço. Tal vedação justifica-se pelo fato de que o objeto desta contratação não se enquadra às hipóteses de alta complexidade do serviço ou valores extremamente altos que indicariam a necessidade de associação de empresas para essa pretensão;

2.11.8.2. É de se destacar, ademais, que qualquer empresa com as qualificações técnicas e econômico-financeiras exigidas é capaz de atender ao objeto do contrato, afastando os fundamentos autorizadores da utilização de consórcio;

2.11.9. **Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;**

2.11.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, de licitação, contratação ou execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários, agente público de órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal contratante ou responsável pela licitação, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.11.10.1. A vedação do subitem 2.11.10 aplica-se para as condições de Proprietário, Controlador, Administrador, Gerente ou Diretor de Pessoa Jurídica, independentemente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação no capital ou patrimônio (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);

2.11.10.2. A vedação do subitem 2.11.10 aplica-se aos executores de contratos que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas.

2.11.10.3. A vedação do subitem 2.11.10 aplica-se ao agente público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título.

2.11.10.4. **Fica vedada a participação de sociedades cooperativas no presente certame.**

a) **A participação de sociedade cooperativa não será admitida, pela natureza do serviço, conforme disposto na Súmula nº. 281 do Tribunal de Contas da União:**

**"É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de personalidade e habitualidade.**

2.11.11. Empresas que se encontrem sob falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, estrangeiras que não funcionem no país;

2.11.11.1. Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial poderão participar de licitações públicas, desde que com plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente e que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.

2.11.12. Empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital;

2.11.13. Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de (alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016):

2.11.13.1. agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016); ou

2.11.13.2. agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016).

2.11.14. A vedação de que trata o item 2.11.13. aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.

2.11.15. A vedação estende-se às uniões homoafetivas (art. 3º, § 3º do Decreto nº 32.751/2011).

2.11.16. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, ou do projeto básico ou executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

2.11.17. Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação. (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF).

2.11.18. Não poderão participar para os mesmo(s) item(ns) do certame, pessoas jurídicas que tenham sócios em comum ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias umas das outras.

2.12. O impedimento de que trata o item 2.11.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.11.2 e 2.11.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.15. O disposto nos itens 2.11.2 e 2.11.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.22 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do

campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

- 3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 2.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante, consoante o modelo de apresentação de propostas, Anexo I do Edital.
- 4.2. A proposta deverá, ainda, conter o valor unitário e total, com até duas casas decimais, em moeda nacional, para cada item a que concorrer.
- 4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.9. **O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.**
- 4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.10.
- 4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 78, X, da Lei Orgânica do Distrito Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 4.12. O julgamento da proposta será consoante aos critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência.



## 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.6. O lance deverá ser ofertado pelo **valor total do item**.
- 5.6.1. **Os lances com mais de duas casas decimais serão arredondados para baixo, de forma que se mantenham duas casas decimais.**
- 5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01% (um centésimo por cento)**.
- 5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2. empresas brasileiras;

5.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.20.3. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.4. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.5. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.6. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.20.7. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.8. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.12 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>). [A20]

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

- 6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.6.1 e 3.6 deste edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos;
- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
  - 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
  - 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
    - 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
    - 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
  - 6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
  - 7.1.2. A licitante cuja habilitação parcial no SicaF acusar, no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.
  - 7.1.3. Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencida.
  - 7.1.4. Considerando o art. 156, III, da Lei nº 14.133 de 2021, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador (Parecer nº 087/2020 PRCON/PGDF).
- 7.2. Para habilitação dos licitantes, será exigida, a seguinte documentação:
- 7.2.1. **Qualificação técnica**
    - I - **Qualificação Técnico Operacional**
      - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnica do referido objeto, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa prestou ou vem prestando satisfatoriamente fornecimento de serviços similares ao presente objeto por, no mínimo, 6 meses;
      - Registro e Licenciamento de Empresas – RLE;
      - Licença sanitária vigente, válida e compatível com a atividade econômica (CNAE) adequada: 8610-1/01: Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, bem como demais



atividades desempenhadas pela empresa em decorrência do objeto;

- Registro atualizado do estabelecimento no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES);
- Comprovação, por parte da empresa licitante, de que não possui registros de maus-tratos ou violações aos direitos dos pacientes, mediante apresentação de Certidão Judicial de Distribuição (Especial- Ações Cíveis e Criminais- 1ª e 2ª Instâncias), informalmente conhecida como "nada consta" ou "certidão negativa", junto ao órgão competente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT);
- Assinatura do Termo de Compromisso e Responsabilidade Contra Maus-Tratos pela empresa através de seus representantes legais (**Apêndice VI**);
- Assinatura da Declaração de Pleno conhecimento das condições e exigências relacionadas à execução dos serviços do objeto pela empresa através de seus representantes legais (**Apêndice VII**);
- Assinatura da Declaração de Condições do Estabelecimento pela empresa através de seus representantes legais (**Apêndice VIII**);
- Assinatura da Declaração Anticorrupção pela empresa através de seus representantes legais (**Apêndice IX**);
- Assinatura e preenchimento do Modelo de Proposta (**Apêndice II**);
- Plano Terapêutico que descreva suas atividades administrativas e assistenciais;
- Escritura do imóvel referente às instalações ou contrato de locação acompanhado de suas respectivas fotos, incluindo instalações internas (recepção, quartos, cozinha, sala para atendimento individual, social e coletivo, sala de recepção, atendimento médico e reuniões, etc.);
- Cópia do registro no Conselho Regional Competente da empresa e de todos os membros de sua equipe técnica de acordo com a Declaração que contem a relação dos profissionais do estabelecimento.

## II - **Qualificação Técnica Profissional**

- Dados de identificação e Termo de Responsabilidade Técnica do médico responsável com Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em psiquiatria, bem como dados de identificação e Termo de Responsabilidade Técnica do(a) substituto(a) com a mesma qualificação;
- Dados de identificação e Termo de Responsabilidade Técnica dos profissionais que exercem a função de responsável técnico em suas respectivas categorias profissionais no estabelecimento, tais como farmacêutico(a), enfermeiro(a) entre outros;
- Declaração contendo a relação dos profissionais da equipe multiprofissional do estabelecimento, devendo esta ser minimamente composta conforme estabelecido na Portaria/GM Nº 336, de 19 de fevereiro de 2002, incluindo formação profissional, carga horária semanal e número de registro no Conselho de Classe de todos os profissionais relacionados no item 5.10.3. do Termo de Referência.

### 7.2.2. **Regularidade fiscal e trabalhista**

- I - Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do sítio eletrônico da Secretaria de Economia do Distrito Federal - <https://www1.receita.fazenda.df.gov.br/cidadao/certidoes/Certidao>;
- II - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei n.º 12.440 de 2011.

### 7.2.3. **Qualificação econômico-financeira**

- I - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, **datada dos últimos 90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores (**Nota Jurídica nº 09/2023 - PGCONS/PGDF (112651337) - 00060-00362229/2020-73 (112861425)**);

- II - **Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.**

- a) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;
- b) Os documentos referidos no inciso II limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- c) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

## ATIVO TOTAL

SG = -----  
PASSIVO CIRCULANTE+ EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

d) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) sobre o montante do(s) item(ns) que a licitante pretende concorrer.

e) O acréscimo previsto no item anterior não será aplicável aos consórcios compostos, em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte.

### 7.2.4. **Habilitação jurídica:**

I - A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

- a) Cédula de identidade;
- b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- c) Procuração dos responsáveis por assinar a proposta ou, na falta desta, o contrato social da empresa;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- f) Prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal; e
- g) Reprodução autenticada do Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial e acompanhados do ato de Eleição dos Administradores, ato de eleição da diretoria em exercício e composição societária da empresa, conforme a natureza da atividade da licitante, visando comprovar a adequação da finalidade da licitante com o objeto da licitação, bem como o cumprimento do art. 14 e §§ da Lei n.º 14.133 de 2021, inclusive para aferição de cumprimento da vedação de nepotismo, quando for o caso.

### 7.2.5. **Declarações enviadas por meio do sistema Compras governamentais:**

I - Declaração, sob as penas da lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza.

II - Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

III - Declaração de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso.

IV - Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

V - Declaração de acessibilidade conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213 de 1991.

VI - Declaração de que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

### 7.2.6. **Declarações enviadas juntamente com as documentações de habilitação:**

I - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a **Declaração para fins do Decreto nº 39.860 de 2019, constante no Anexo III do Edital (Portaria CGDF nº 356/2019).**

7.3. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

7.3.1. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

7.4. Os órgãos e as entidades da administração direta, autarquia e fundacional do Distrito Federal devem adotar, nas licitações ou nas contratações diretas, critérios de sustentabilidade ambiental, como prevê a Lei Distrital nº 4.770 de 2012.

7.5. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

7.6. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

7.7. O pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos originais ou autenticados, que deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis para o endereço: SRTVN 701, Lote D, Edifício PO 700, 2º Andar, Sala Central de Compras, Brasília/DF; CEP 70.719-040 – CENTRAL DE COMPRAS (CCOMP).

7.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.8.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou

entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

- 7.9.1. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos, excepcionalizada a alínea "c" do subitem 7.2.4 do Edital.
- 7.9.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 7.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico no endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 7.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 7.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.13. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.14. **A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para verificar o cumprimento dos requisitos exigidos no Edital de contratação, sendo assegurado à SES/DF o direito de realização de tais vistorias, conforme os critérios estabelecidos nas Resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária;**
- 7.14.1. Nessa avaliação prévia serão verificadas as licenças e autorizações necessárias para operar conforme regulamentações pertinentes, questões de infraestrutura e instalações, disponibilidade e qualidade de espaços destinados aos usuários e mecanismos de controle de acesso, conforme requisitos mínimos e normativas vigentes, bem como o atendimento aos requisitos para composição da equipe multiprofissional e escalas dos profissionais.
- 7.14.2. Durante o processo de habilitação, as empresas interessadas deverão ser vistoriadas pela banca examinadora, com membros da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal;
- 7.14.3. As ações de vistoria de que tratam esse subitem serão realizadas pelos membros da banca examinadora definida pela SES/DF, conforme designação em Diário Oficial, composta pelos representantes das áreas: da Subsecretaria de Saúde mental - SES/SEAS/SUSAM e da Diretoria de Vigilância Sanitária - SES/SEAS/DIVISA, cada qual dentro de suas atribuições técnicas e legais.
- 7.14.4. A Subsecretaria de Administração Geral - SES/SEGEA/SUAG e a Subsecretaria de Gestão de Pessoas - SES/SEGEA/SUGEP não participarão das vistorias *in loco*, atuando exclusivamente no âmbito de suas competências institucionais. Caberá a essas unidades a análise dos aspectos administrativos, econômico-financeiros, de gestão de pessoas, bem como demais elementos documentais que se fizerem necessários.
- 7.14.5. A vistoria obedecerá o Roteiro estabelecido pela banca examinadora, conforme *Checklist* de Vistoria do Estabelecimento de Internação Psiquiátrica para Dependente Químico do Distrito Federal - **Apêndice V**.
- 7.14.6. Instrumentos que serão utilizados pela DIVISA para vistoria são de competência exclusiva do referido setor, cabendo a ele definir os critérios e procedimentos adotados, dentro de sua competência legal, considerando que o checklist apresentado possui caráter meramente orientativo, contemplando apenas os requisitos mínimos passíveis de verificação e exigência.
- 7.15. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 7.15.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 7.16. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.16.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 7.16.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no caput, simultaneamente, os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º, do art. 119, do decreto 44.330/2023.
- 7.17. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.17.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.17.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência:
- 7.18.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.18.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a

substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem.

7.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.22. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **8. DOS RECURSOS**

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. O processo permanecerá disponível para vistas aos interessados, mediante cadastro no SEI-DF e solicitação encaminhada ao endereço eletrônico: [ccomp.daq@saude.df.gov.br](mailto:ccomp.daq@saude.df.gov.br).

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.5. fraudar a licitação;

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#);
- 9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1. advertência;
- 9.2.2. multa;
- 9.2.3. impedimento de licitar e contratar, e
- 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo de até **30 (trinta) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação; de acordo com [art. 90, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica: [ccomp.daq@saude.df.gov.br](mailto:ccomp.daq@saude.df.gov.br).
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11. DO PAGAMENTO**

11.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

- I - Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias, Seguridade Social e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- II - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);
- III - Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;
- IV - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei n.º 12.440, de 07 de julho de 2011.
- V - Certidão de Regularidade quanto à Dívida Ativa da União (DAU);
- VI - Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (CND).
- VII - Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional que deverá ser efetuada mediante Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados (PORTARIA CONJUNTA RFB/PGFN N.º 1.751/2014)

11.2. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

11.3. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA.

11.4. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF n.º 35, pág.3, de 18/02/2011.

11.5. Excluem-se das disposições do artigo 6º, Decreto 32.767 de 17/02/2011:

- I - Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;
- II - Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos.

## **12. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **12.1. Reunião de alinhamento**

12.1.1. Deverá haver reunião de alinhamento, em até 05 (cinco) dias úteis contados a partir da assinatura do contrato, entre a empresa contratada e os representantes da SES/DF (preposto da empresa, área demandante e área fiscalizadora), a fim de realizar alinhamento quanto a execução do contrato e o fluxo de prestação de contas.

### **12.2. Critérios para emissão da Ordem de Serviço (OS)**

12.2.1. A Ordem de Serviço (Vide Apêndice III – Modelo de Ordem de Serviço) deverá conter:

12.2.1.1. Decisão judicial emitida por juiz competente, com o deferimento da tutela de urgência determinando que, o Distrito Federal promova a internação compulsória do usuário para tratamento psiquiátrico de transtornos decorrentes do abuso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA) em instituição especializada adequada a essa finalidade;

12.2.1.2. Relatório médico atualizado (até 90 dias) fundamentando a necessidade de internação do usuário para tratamento, emitido por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina - CRM.

12.2.2. A SUSAM por meio de sua gerência (GSAPSI) recebe a decisão judicial, via processo eletrônico (SEI), com o deferimento da tutela de urgência, determinando que o Distrito Federal promova a internação compulsória do usuário para tratamento psiquiátrico de transtornos decorrentes do abuso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA) em instituição especializada adequada a essa finalidade, junto ao relatório médico atualizado (até 90 dias), fundamentando a necessidade de internação do usuário para tratamento, emitido por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina CRM.

12.2.3. A Ordem de Serviço deverá ser emitida pela SUSAM através da Subcomissão de Fiscalização do Contrato e assinada pelo Gestor Técnico do contrato ou seu substituto por meio do SEI, autorizando a prestação do serviço de internação, bem como assinatura de acordo da Diretoria de Atenção Psicossocial (DAPSI). Após essas assinaturas, a OS será disponibilizada, por meio de assinatura externa no SEI, ao representante legal da empresa;

12.2.4. A contratada deverá atestar o recebimento da Ordem de Serviço (OS), assinada pelo Gestor do Contrato, em conjunto com a Diretoria de Atenção Psicossocial (SES/SEAS/SUSAM/DAPSI), mediante assinatura via SEI através da liberação para assinatura externa que será efetivada e disponibilizada pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após sua disponibilização, informando que recebeu a demanda autorizando a execução do serviço e demonstrando estar ciente das condições estabelecidas no contrato.

### **12.3. Início do processo de admissão e internação do paciente**

12.3.1. **Após a assinatura da ordem de serviço, a contratada deverá:**

12.3.1.1. Contatar o responsável legal do usuário para conduzi-lo ao estabelecimento especializado em saúde mental ou providenciar a remoção de usuário residente no Distrito Federal, exclusivamente dentro dos limites territoriais do DF, para o estabelecimento contratado, sempre que o responsável legal, declarar, por meio da assinatura da “Declaração de Incapacidade de Remoção de Caráter Voluntário do Usuário ao Estabelecimento Contratado”, que não possui condições de realizar a remoção por conta própria, de forma que a efetivação da internação se dê no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos após ser notificada pela Contratante;

12.3.1.2. A Contratada deverá garantir todos os meios e o suporte técnico necessários à remoção, incluindo ambulância ou veículo equivalente com equipamentos de segurança, suporte básico de vida e profissionais capacitados, assegurando o manejo adequado do usuário, especialmente diante da possibilidade de resistência e agitação psicomotora, preservando sua integridade física e a de terceiros. A contratada poderá fazer uso de veículo descaracterizado quando necessário, desde que mantenha todos os parâmetros de segurança.

12.3.1.3. Informar a Contratante por meio de Relatório de Execução (Apêndice XI) para cada tentativa ou efetivação da Ordem de Serviço de internação compulsória, contendo a hora, o local, a(s) diligência(s) e o(s) contato(s) efetuado(s), e enviar para a Contratante no prazo de até 3 (três) dias corridos após a busca;

12.3.1.4. Iniciar o período de diárias por ocupação de leito a partir do momento da internação do usuário;

12.3.1.5. No momento da admissão, a Contratada deverá realizar a apresentação do procedimento de internação ao usuário e/ou responsável legal, explicando de forma clara e objetiva as rotinas institucionais e os procedimentos relacionados a visitas e formas de contato com familiares;

12.3.1.6. Após a definição do Projeto Terapêutico Individual, a equipe multiprofissional deverá iniciar o registro sistemático da evolução clínica, social e terapêutica do usuário, consolidando essas informações em Relatório Multiprofissional. Esse relatório, que deverá ser elaborado por médico e profissional de nível superior, acompanhará o desenvolvimento do tratamento ao longo da internação do usuário e deverá conter o Plano Terapêutico Individual com os atendimentos e atividades individuais e coletivas, terapêutica medicamentosa e a abordagem familiar;

12.3.1.7. O prazo máximo de internação estabelecido será de até 45 (quarenta e cinco) diárias, podendo ser prorrogado, se necessário, por igual período, conforme evolução clínica do quadro que motivou a internação, mediante reavaliação por um médico e um profissional de nível superior da equipe multiprofissional, pertencentes ao quadro de pessoal da SES-DF, lotados no CAPS de referência, não ultrapassando 90 diárias por usuário no período;

12.3.1.8. Excepcionalmente a avaliação de prorrogação poderá ser realizada por um médico e um profissional de nível superior da equipe multiprofissional de referência da CONTRATADA, quando indicada a inviabilidade de avaliação pela equipe do CAPS dentro do prazo estipulado. Nesses casos, deverá ser elaborado Relatório Médico solicitando prorrogação, apresentando o histórico do paciente, evolução do quadro clínico durante o período de internação, medicações prescritas e indicação terapêutica com detalhamento das ações realizadas para o plano de alta.

12.4. **Quanto à alta**

12.4.1. A alta do usuário será autorizada mediante avaliação médica observando critérios técnicos definidos em Projeto Terapêutico Individual (PTI), respeitado o prazo máximo contratual estabelecido;

12.4.2. A Contratada deverá elaborar Relatório Médico de Alta, contendo histórico clínico, evolução do quadro clínico durante a internação, medicações prescritas, indicação terapêutica com detalhamento das ações realizadas para a alta da internação;

12.4.3. Deverá preparar o usuário para a alta e garantir a articulação com o CAPS de referência do usuário, formalizada por meio de encaminhamento documentado, assegurando a continuidade do cuidado em serviços comunitários da Rede de Atenção Psicossocial;

12.4.4. Deverá orientar o usuário e/ou familiares quanto ao plano de continuidade do cuidado, incluindo acompanhamento psicossocial e adesão medicamentosa, quando indicado.

12.5. **Quanto a não efetivação da internação**

12.5.1. Caso não seja possível efetivar a internação, fornecer “Relatório de Execução” à CONTRATANTE informando que não foi possível efetivar a internação, devendo a CONTRATANTE comunicar os órgãos judiciais para as devidas providências;

12.5.2. Caso o usuário não seja localizado pela CONTRATADA dentro do prazo de 7 (sete) dias, a Ordem de Serviço será considerada expirada, sem efeito e automaticamente invalidada;

12.5.3. Caso o usuário venha a ser localizado após o prazo estabelecido, seja por iniciativa da família, por comparecimento espontâneo à clínica ou por qualquer outra forma que não envolva ação direta da CONTRATADA após o vencimento do prazo, caberá à CONTRATANTE, se ainda houver interesse no atendimento, emitir uma nova Ordem de Serviço para dar continuidade ao processo, desde que o relatório médico emitido esteja dentro do prazo de 90 dias.

12.6. **Quanto às intercorrências**

12.6.1. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE e ao responsável legal do usuário qualquer intercorrência clínica relevante ou transferência para outra unidade de saúde, bem como as medidas adotadas para estabilização do quadro;

12.6.2. Em casos de contenção, deverá ser adotado o procedimento previsto no Protocolo de Segurança do Paciente e o Protocolo de Manejo da Agitação Psicomotora da SES/DF adequando-se as particularidades do serviço, além das “Fichas de Contenção”, conforme descrito nas Obrigações da Contratada, garantindo o preenchimento integral, assinaturas dos profissionais responsáveis e inserção no prontuário do paciente;

12.6.3. Nos casos que demandem atendimento hospitalar especializado, caberá à CONTRATADA providenciar a remoção do paciente, garantindo a continuidade do tratamento após a alta hospitalar;

12.6.4. Todas as intercorrências deverão ser adequadamente registradas em prontuário.

12.7. **Quanto à evasão do paciente**

12.7.1. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à SES/DF e ao responsável legal do usuário qualquer ocorrência de evasão, registrando o fato em Relatório de Notificação de Evasão, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o ocorrido;

12.7.2. Persistindo a ausência do usuário por período superior a 24 (vinte e quatro) horas, a contratada deverá registrar Boletim de Ocorrência junto à autoridade policial competente e encaminhar cópia do documento à contratante de forma imediata;

12.7.3. Deverá adotar medidas de busca ativa em articulação com os órgãos de segurança, família e com o CAPS de referência;

12.7.4. Adicionalmente, informa-se que todas as ocorrências de evasão deverão ser consolidadas em relatórios mensais encaminhados à CONTRATANTE, para fins de acompanhamento da execução contratual e eventual adoção de medidas administrativas.

12.8. **Quanto a Estrutura física**

12.8.1. A empresa deve apresentar quatro (4) alas fisicamente separadas, com alojamentos distintos e com estruturas adequadas para a permanência dos usuários, respeitando a separação por faixa etária, sexo e identidade de gênero. É vedada a permanência de adolescentes e adultos nas mesmas alas e alojamentos, bem como de adolescentes do sexo masculino com adolescentes do sexo feminino. As alas devem estar organizadas da seguinte forma:

- Ala exclusiva para mulheres adultas;
- Ala exclusiva para adolescentes do sexo feminino;
- Ala exclusiva para homens adultos;
- Ala exclusiva para adolescentes do sexo masculino.

12.8.2. É vedado o compartilhamento de ambientes entre adultos e menores ou entre pessoas de sexo distinto salvo em situações temporárias de comemorações, confraternizações e/ou atividades coletivas. A empresa deverá manter controle e supervisão das alas. A empresa deve disponibilizar as instalações físicas em conformidade com os ambientes estabelecidos no Art. 14, da RDC nº 29, de 30 de junho de 2011, contemplando, no mínimo, os seguintes ambientes:

12.8.2.1. **Alojamento:**

- quarto coletivo com acomodações individuais e espaço para guarda de roupas e de pertences com dimensionamento compatível com o número de usuários e com área que permita livre circulação;
- banheiro para usuários dotado de bacia, lavatório e chuveiro com dimensionamento compatível com o número de indivíduos;
- Deve-se assegurar que cada alojamento possua estrutura mínima capaz de garantir segurança, privacidade, ventilação, iluminação, higiene e acessibilidade.

12.8.2.2. **Setor de Reabilitação e Convivência:**

- salas de atendimento individual;
- salas de atendimento coletivo;
- área para realização de atividades lúdico-terapêuticas;
- área para prática de atividades físicas e/ou desportivas;

12.8.2.3. **Setor Administrativo:**

- sala de recepção;
- sala administrativa;
- área para arquivo das fichas dos usuários;
- sanitários para funcionários;

12.8.2.4. **Setor de Apoio Logístico:**

- cozinha;
- refeitório;
- lavanderia;
- almoxarifado;
- área para depósito de material de limpeza;
- área para abrigo de resíduos sólidos.

12.8.2.5. **Quarto:**

- Dois lençóis adulto;
- Fronha de travesseiro;

- Travesseiro;
- Cobertor antialérgico;
- Toalha de banho;
- Toalha de rosto.

#### 12.8.2.6. **Higiene pessoal:**

- sabonetes;
- shampoo;
- escova de dente;
- pasta de dente.

12.8.3. A empresa deverá possuir carrinho de emergência situado na sala de atendimento de intercorrências contendo todos os itens necessários para o atendimento, monitoramento e estabilização dos pacientes.

#### 12.9. **Quanto aos profissionais**

12.9.1. A Contratada deverá manter recursos humanos em período integral, em número compatível com as atividades desenvolvidas, garantindo equipe médica 24 horas por dia, 7 dias por semana, conforme Art. 9º, da RDC nº 29, de 30 de junho de 2011;

12.9.2. A empresa deverá prestar assistência integral, por meio de atendimento individual e/ou coletivo, atividades físicas e/ou desportivas, e atividades lúdico-terapêuticas, garantindo o manejo terapêutico dos quadros de intoxicação aguda e abstinência do uso de álcool e outras drogas;

12.9.3. A equipe técnica multiprofissional deverá ser minimamente composta, conforme estabelecido na Portaria/GM Nº 336, de 19 de fevereiro de 2002:

CATEGORIA	QUANTITATIVO	CARGA HORÁRIA
Médico - Clínica Médica	01	24 horas/dia a cada 60 leitos
Médico - Psiquiatria	01	40 horas/semanais a cada 20 leitos
Enfermeiro	01 Diurno	12 horas/dia a cada 30 leitos
	01 Noturno	12 horas/dia a cada 60 leitos
Técnico/Auxiliar de Enfermagem	02	24 horas/dia a cada 15 leitos
Psicólogo	01	40 horas/semanais a cada 20 leitos
Assistente Social	01	20 horas/semanais a cada 30 leitos
Terapeuta Ocupacional	01	40 horas/semanais a cada 30 leitos
Nutricionista	01	por Estabelecimento
Farmacêutico	01	por Estabelecimento
Educador Físico*	01	20 horas/semanais a cada 30 leitos

\* O profissional de Educação Física/ Educador Físico será opcional, exceto nos casos em que o estabelecimento possua academia ou piscinas em suas dependências, bem como realize atividades que exijam supervisão; nessas situações, a presença desse profissional torna-se obrigatória.

#### 12.10. **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

12.10.1. Para garantir a continuidade da prestação dos serviços de internação compulsória, durante o período de substituição da empresa atualmente contratada por nova prestadora, deve-se assegurar a continuidade integral da assistência aos usuários em tratamento, de modo a evitar qualquer interrupção nos serviços ou prejuízo à execução das determinações judiciais vigentes. A transferência de pacientes ocorrerá somente após avaliação técnica da equipe de saúde da nova contratada para admissão dos usuários;

12.10.2. A contratada atual deverá disponibilizar à nova contratada todos os registros clínicos, relatórios técnicos e informações operacionais pertinentes, observadas as normas de sigilo profissional e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018). A nova contratada deverá garantir a guarda e o tratamento adequado dessas informações, mantendo a continuidade das ações terapêuticas em curso;

12.10.3. O período estimado para a transição será de até **15 (quinze) dias** a contar da assinatura do novo contrato, podendo ser ajustado conforme a complexidade dos serviços e o número de pacientes atendidos.

#### 12.11. **Do recebimento**

12.11.1. Os serviços serão recebidos **PROVISORIAMENTE**, no prazo de **15 (quinze) dias**, pelos Fiscais Técnicos, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo;

12.11.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga;

12.11.2.1. O Fiscal Técnico do Contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo

detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico;

12.11.2.2. O Fiscal Administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo;

12.11.2.3. O Fiscal Setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo;

12.11.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o Fiscal Técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

12.11.4. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

12.11.5. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

12.11.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

12.11.7. Os serviços serão recebidos **DEFINITIVAMENTE** no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da Nota Fiscal, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação da prestação, obedecendo os seguintes procedimentos:

12.11.7.1. Caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

12.11.7.2. Verificar a Nota Fiscal ou Fatura apresentada pela empresa, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

12.11.7.3. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

12.11.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

12.11.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança;

12.11.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;

12.11.11. Se, por qualquer motivo, alheio à vontade da CONTRATANTE for paralisada a prestação dos serviços, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

### 13. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

13.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento substitutivo equivalente na forma do inciso II do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

13.1.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, **PRORROGÁVEL** por até 120 (cento e vinte) meses, na forma dos artigos 105 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021;

13.1.2. Gestores e Fiscais de contratos: Os gestores e fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima da SES/DF, nos moldes da portaria nº 460, de 02 de outubro de 2024, e indicados pela Subsecretaria de Saúde Mental - SUSAM, em conformidade com o art. 7º da Lei nº 14.133/2021 e art. 10 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, de forma que serão anexados ao processo SEI vinculado a esta contratação as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções;

13.2. O adjudicatário terá o prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.3. O silêncio implica no decaimento do direito à contratação.

13.4. A convocação se dará, preferencialmente, por e-mail.

13.5. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, com cópia ou envio concomitante ao e-mail constante na proposta, caso discrepante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13.6. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

13.6.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, inclusive quanto aos casos omissos;

13.6.2. O fornecimento da aquisição será imediato, se completado integralmente no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a partir da aceitação da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente;

13.6.3. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no presente Edital e seus anexos;



13.6.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 104 da mesma Lei;

13.6.5. A contratada manterá, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação;

13.6.6. O direito ao reajuste opera de pleno direito decorrido o interregno mínimo de um ano, contado da data do orçamento estimado, em 06/03/2026, pela utilização do índice IPCA, e seu registro formal se dará por apostilamento.

13.6.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

13.6.8. A atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento corresponderá aos índices oficiais vigentes e somente terá cabimento após o regular processamento da liquidação da despesa.

### 13.7. **Da Implementação do Programa de Integridade**

13.7.1. A implementação do Programa de Integridade observará as diretrizes estabelecidas no Guia Prático para Análise dos Programas de Integridade Privada, Versão 2.0 de abril de 2026 - [Guia Prático da CGDE](#), aplicando-se integralmente às pessoas jurídicas que firmem relação contratual com a Administração Pública do Distrito Federal com prazo de validade ou de execução igual ou superior a 180 dias, quando o valor global desses contratos for igual ou superior a R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais). O § 2º da mesma lei prevê que a exigência se aplica integralmente se o prazo da relação contratual for de 180 dias ou mais.

13.7.2. A exigência decorre do disposto na Lei n.º 6.112, de 02 de fevereiro de 2018, que institui a obrigatoriedade de implementação de Programa de Integridade por pessoas jurídicas que mantenham relação contratual com o Distrito Federal. Sendo obrigatória sua adoção, assim como das condutas previstas no Código de Conduta Anticorrupção e na Lei Anticorrupção (12.846/2013).

13.7.3. O adjudicatário, após a assinatura do contrato, deverá implementar o Programa de Integridade no âmbito de sua pessoa jurídica, conforme previsto nas Leis Nº 6.112/2018, Nº 6.308/2019, Decreto Nº 40.388/2020 e no Guia Prático para Análise dos Programas de Integridade Privada, da Controladoria-Geral do Distrito Federal.

13.7.4. A empresa contratada deverá no mínimo:

I - Realizar mapeamento de riscos de integridade, aplicar treinamentos periódicos de integridade, elaborar os relatórios conforme os ciclos previstos e criar medidas disciplinares e de responsabilização interna.

13.7.5. Deverão ser observadas ainda as diretrizes estabelecidas na Política de Governança Pública e Compliance, nos termos do Decreto Nº 39.736, de 28 de março de 2019, bem como o Decreto Nº 40.388, de 14 de janeiro de 2020, que regulamenta a avaliação dos Programas por meio de formulários e relatórios específicos. A contratada deverá:

I - Atender simultaneamente aos critérios de existência e efetividade.

II - Apresentar toda documentação e evidência dos Programas (treinamentos, relatórios, auditorias, investigações, políticas, organograma etc.).

III - Permitir inspeções, análises e auditorias dos Programas pela Administração Pública.

IV - Realizar prontamente as adequações, caso a avaliação identifique insuficiências.

V - Inserir critérios de governança e compliance na contratação de terceiros.

VI - Aceitar que o resultado influencie a seleção ou execução contratual.

VII - Padronizar suas práticas de Governança e Compliance.

13.7.6. Para a efetiva implantação do Programa de Integridade, os custos e despesas necessários correrão exclusivamente às expensas da empresa contratada, não cabendo ao órgão contratante qualquer ônus ou ressarcimento - contudo - deverá ser designada na estrutura da contratada a unidade responsável pelo compliance da instituição, sendo este o ponto focal de comunicação nessa temática.

13.7.7. A Política e seus programas de Governança e compliance deverão ser adotados junto a todos os órgãos/entidades do DF, fortalecendo as estruturas de governança e compliance internas e implementando/aperfeiçoando a Gestão de Riscos, O Controle Interno e os Mecanismos de Integridade.

13.7.8. Para fins de verificação e conformidade, a empresa deverá apresentar o Formulário de Avaliação de Programa de Integridade, Relatório de Perfil e o Relatório de Conformidade, nos termos do Anexo I do Decreto Nº 40.388/2020, bem como articular-se com órgãos centrais de governança do DF.

13.7.9. Os Programa de integridade e compliance terão validade mínima de 180 dias, devendo ser renovado ao término desse período.

13.7.10. Deve ser observada ainda a Implantação de mecanismos de controle, monitoramento e auditoria periódica, no mínimo ao final de cada ciclo.

13.7.11. Todas as empresas que pretendam atender às exigências apostas neste Edital, deverão implementar e manter canal de denúncias funcional e seguro.

13.7.12. A contratada que já atenda a todos os requisitos, se aplicável, deverá apresentar declaração formal informando sua existência e o atendimento pleno às exigências.

13.7.12.1. Poderão ser solicitadas evidências de implementação e efetividade.

13.7.13. A contratada que possua erros nas Demonstrações Contábeis "furo de caixa", deve entender que a existência do erro é motivação suficiente para sua desacreditação.

### 13.8. **Da manutenção dos programas e obtenção do selo anticorrupção**

- 13.8.1. O selo anticorrupção tem validade de dois anos, podendo ser renovado a pedido da empresa interessada à autoridade competente.
- 13.8.2. O selo somente será concedido às empresas que atendam cumulativamente a todas as exigências constantes da Lei 7.450/2024.
- 13.8.3. As regras instituídas pela Lei Nº 7.450, que cria o Selo Anticorrupção, se destinam a reconhecer as empresas que adotem Programas de Integridade efetivos.
- 13.8.4. Deverão ser atendidas e mantidas, de forma cumulativa, todas as exigências de Integridade, Compliance e Acreditação apostas nas Leis Nº 6.112/2018, Nº 7.450/2024, Decretos Nº 39.736/2019 e 40.388/2020, bem como demais regramentos aplicáveis.
- 13.8.5. Conforme Portaria Nº 193/2024, caberá ao comitê avaliar a propor medidas de mitigação dos riscos e de adequação das inconformidades encontradas.

**13.9. Das sanções e disposições finais**

- 13.9.1. A empresa que deixar de encaminhar os relatórios obrigatórios estará sujeita às sanções cabíveis.
- 13.9.2. Pelo descumprimento das exigências, será aplicada à contratada:
- a) Multa diária de 0,08%, incidente sobre o valor atualizado do contrato, limitada ao total de 10% do montante contratual.
  - b) O cumprimento extemporâneo da exigência da implantação não implica indébito da multa aplicada.
- 13.9.3. O não cumprimento da obrigação implicará ainda:
- I - Inscrição do débito em dívida ativa, em nome da pessoa jurídica sancionada;
  - II - Rescisão unilateral da relação contratual, a critério do órgão ou entidade contratante;
  - III - Impedimento de contratar com a Administração Pública do Distrito Federal, em qualquer esfera de poder, até a efetiva comprovação da implementação do Programa de Integridade, sem prejuízo do pagamento da multa aplicada.
- 13.9.4. A fiscalização do Programa de Integridade é realizada mediante critério da dupla visita, sendo a primeira voltada prioritariamente para orientação quanto ao saneamento de eventuais desconformidades levantadas.
- 13.9.5. O Conselho de Governança Pública e o Comitê Interno de Governança Pública poderão editar atos complementares e estabelecer procedimentos para conformação, execução e monitoramento de processos de governança pública e compliance.

**14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4. A comunicação entre SES-DF e as proponentes se dará através dos e-mails informados nas propostas;
- 14.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.10. A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito federal poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 14.11. A anulação do pregão induz à do contrato.
- 14.12. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 14.13. É terminantemente proibida a utilização de mão-de-obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará na rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Distrital n.º 5.061 de 2013.
- 14.14. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365 de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448 de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.
- 14.15. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital 5.757/2016, que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.
- 14.16. Cumprir com o disposto na Lei Distrital 6.128/2018, que dispõe sobre reserva de percentual das vagas de trabalho em serviços e obras públicas para pessoas em situação de rua;

14.17. Deverão ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, nos termos estipulados no Decreto nº 44.701, de 05 de julho de 2023.

14.18. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.

14.18.1. A contratada deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.

14.19. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

14.20. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.21. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

14.22. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I** - Termo de Referência

**Apêndice do Anexo I** – Estudo Técnico Preliminar

**ANEXO II** – Planilha de mercado

**ANEXO III** - Declaração para os fins do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019

**ANEXO IV** - Modelo de Propostas

**ANEXO V** - Minuta de Termo de Contrato

## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL**

Processo Administrativo nº 00060-00487396/2025-31

#### **1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de serviço de **DIÁRIA DE INTERNAÇÃO** em estabelecimento especializado em saúde mental que preste assistência a adolescentes e adultos, de ambos os sexos, com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA), sob mandado judicial de internação psiquiátrica compulsória para o tratamento de dependência química, a usuário residente no Distrito Federal, de forma continuada, conforme condições e especificações deste instrumento;

#### **AMPLA CONCORRÊNCIA**

ITEM	CÓDIGO BR	CÓDIGO E COMPRAS (ID)	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	16543	21756	Contratação de serviço de diária de internação em estabelecimento especializado em saúde mental que preste assistência a adolescentes e adultos, de ambos os sexos, com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA), sob mandado judicial de internação compulsória para o tratamento de dependência química a usuário residente no Distrito Federal.	Diária	15.334

1.2. Havendo divergência entre a especificação constante no Termo de Referência e a especificação contida no Sistema Comprasnet (código BR), prevalecerá a especificação do Termo de Referência. As unidades de fornecimento e os quantitativos a serem fornecidos são os especificados no detalhamento;

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de luxo, em atenção à vedação constante no art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e art. 73 e inc. I do art. 74 do Decreto Distrital nº 44.330/2023;

1.4. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois a demanda possui baixa elasticidade renda (art. 74 do Decreto Distrital nº 44.330/2023);

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, **PRORROGÁVEL** por até 120 (cento e vinte) meses, na forma dos artigos 105 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021;

1.6. O Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

#### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. Em conformidade com as políticas de saúde mental e atenção integral a usuários com transtornos mentais, incluindo aqueles decorrentes do uso de álcool e outras drogas, a partir da Lei nº 10.2016, de 6 de abril de 2001, o foco da assistência deve ser em

dispositivos extra hospitalares de atenção psicossocial, com ênfase na reabilitação e reinserção social dos usuários, além da articulação com o restante da rede de saúde;

2.2. Os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas - CAPS AD, Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil - CAPS i e o Centro de Atenção Psicossocial - CAPS I são os locais de referência para a assistência aos casos de abuso e dependência de álcool e outras drogas. No DF, existem doze unidades para estes tratamentos, sendo três de funcionamento vinte e quatro horas com leitos para acolhimento noturno quando indicado;

2.3. A SES/DF conta com 45 leitos clínicos de Saúde Mental em Hospitais Gerais credenciados junto ao Ministério da Saúde. Estes leitos são reservados para usuários com transtornos mentais, incluindo aqueles com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, independente de comorbidades clínicas, cirúrgicas ou obstétricas;

2.4. Para as internações psiquiátricas, o Distrito Federal conta com 135 leitos psiquiátricos, destinados para internações breves para estabilização do quadro, e posterior encaminhamento para tratamento nos dispositivos extra hospitalares da Rede de Atenção Psicossocial. Portanto, não há no DF, instituição pública para tratamento específico em regime de internação quando determinada judicialmente, para pessoas com transtornos decorrentes do uso ou dependência de álcool e outras drogas;

2.5. Além disso, a judicialização da Saúde Mental tem gastos indiretos altos com acionamento de diversos órgãos de garantia de direitos. Destarte, para que seja possível reverter esse aumento progressivo é necessária a melhoria de infraestrutura da Rede de Saúde e a ampliação do uso de outros dispositivos, como os leitos de saúde mental nos Hospitais Gerais com capacidade de realização de internações involuntárias (a fim de evitar que sejam judicializadas e se tornem compulsórias);

2.6. Após análise do Contrato Nº 10/2018-SES/DF (6174475) celebrado entre esta SES/DF e a empresa CLÍNICA RECANTO DE ORIENTAÇÃO PSICOSSOCIAL EIRELLI - EPP, cuja vigência findou-se em 26 de fevereiro de 2024, ficou evidente que a quantidade de diárias extrapolou o planejado durante os anos, não sendo suficiente para atender as demandas judiciais. Como resultado, houveram despesas adicionais que foram pagas por despesa indenizatória, o que deverá ser evitado na nova contratação, considerando a estimativa de diárias previstas a partir dos dados mais recentes de internação;

2.7. Em resumo, há ainda um vazio assistencial na Rede de Saúde quando há indicação de internação de pessoas com transtornos decorrentes do uso de álcool ou outras drogas. Esses usuários apresentam alto risco para si e para terceiros caso não sejam realizadas intervenções efetivas, pois tratam-se de situações crônicas, com importante impacto pessoal, social, ocupacional, familiar, econômico e de saúde pública. É importante também considerar que a interrupção do fornecimento desta modalidade de tratamento pode causar a desassistência aos pacientes com determinação de internação compulsória e incidir no descumprimento de ordens judiciais, com riscos de responsabilização, além de sequestro de verba pública para custear o tratamento em clínica da rede privada não conveniada com a SES/DF;

2.8. Reconhece-se, portanto, a importância de garantir que nossas contratações sejam adequadas e eficazes, tanto para atender às demandas operacionais quanto para evitar custos desnecessários a SES/DF;

## 2.9. Principais normativos vinculados

2.9.1. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;

2.9.2. Portaria de Consolidação nº6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe acerca da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, incluindo o incentivo para internação de curta duração nos hospitais psiquiátricos e dá outras providências;

2.9.3. Portaria de Consolidação nº5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe acerca da consolidação das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

2.9.4. Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que em seu Anexo V institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), cuja finalidade é a criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

2.9.5. Portaria GM/MS nº 757, de 21 de junho de 2023, que consolida uma política de saúde mental mais inclusiva e prioriza o cuidado em liberdade e a Atenção Psicossocial;

2.9.6. Resolução - RDC Nº 50, de 21 de fevereiro de 2002 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde, caso exigido pela Instrução Normativa/DIVISA nº 33, de 10 de agosto de 2022 - Regulamento Técnico sobre o Licenciamento Sanitário, no âmbito do Distrito Federal;

2.9.7. Resolução - RDC Nº 63, de 25 de novembro de 2011 - Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde;

2.9.8. Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019 - Dispõe acerca do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas;

2.9.9. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

2.9.10. Resolução - RDC Nº 36, de 25 de julho de 2013 - Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências;

2.9.11. Resolução - RDC Nº 222, de 28 de março de 2018 - Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências;

2.9.12. e Outras normas sanitárias já existentes, e suas atualizações, ou que vierem a existir, de acordo com a natureza e finalidade do serviço.

## 2.10. Alinhamento entre a contratação e o planejamento

O objeto da contratação pretendida está alinhado ao PCA 2026, conforme demonstrado abaixo:

<b>Tipo Catálogo:</b>	2 - Serviço
<b>Elemento Despesa:</b>	3.3.90.39 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica
<b>Grupo:</b>	50 - Serviço Médico-Hospitalar, Odontológico e Laboratorial
<b>Subgrupo:</b>	00 - Classificação Padrão
<b>Classe:</b>	001 - Serviços médico-hospitalar
<b>Código PCA:</b>	21756

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A Contratada deverá prestar serviço de diária fornecendo instalações físicas, segurança, enxoval de internação e higiene pessoal, alimentação, equipe técnica multiprofissional, ficando a cargo da Contratada todos os custos decorrentes da execução e manutenção do serviço. O objeto inclui o serviço de remoção do usuário até as dependências do estabelecimento de internação, integrando o próprio serviço contratado de forma indissociável, pois trata-se de uma etapa necessária à efetiva prestação do serviço de internação. A remoção será realizada pela contratada sem qualquer ônus à Contratante, ao usuário ou a seus responsáveis/familiares.

3.2. O público alvo, escopo do objeto da contratação, são usuários residentes no Distrito Federal, adolescentes e adultos, de ambos os sexos, com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA), sob mandado judicial de internação compulsória para o tratamento de dependência química, bem como indicação clínica mediante relatório médico atualizado com indicação de internação, ou seja, o serviço será prestado exclusivamente a usuários residentes no Distrito Federal, uma vez que se destina ao cumprimento de mandados judiciais de internação compulsória emitidos pelo Poder Judiciário local, no âmbito das políticas públicas de saúde e assistência destinadas à população do DF:

#### 3.3. Definições:

3.3.1. **Diária:** a ocupação de um leito de internação por qualquer período de tempo, até no máximo 24 (vinte e quatro) horas;

3.3.2. **Remoção:** o deslocamento do usuário do local onde se encontra, no território do Distrito Federal, para o estabelecimento onde deverá ficar internado;

3.4. A Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, define três modalidades de internação psiquiátrica mediante laudo médico circunstanciado:

- a) internação voluntária: aquela que se dá com o consentimento do usuário;
- b) internação involuntária: aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro;
- c) internação compulsória: aquela determinada pela Justiça;

3.5. Cita também, as condições para a internação psiquiátrica:

“Art. 4º A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.

§ 1º O tratamento visará, como finalidade permanente, a reinserção social do paciente em seu meio.

§ 2º O tratamento em regime de internação será estruturado de forma a oferecer assistência integral à pessoa portadora de transtornos mentais, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer, e outros

§ 3º É vedada a internação de pacientes portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares, ou seja, aquelas desprovidas dos recursos mencionados no § 2º e que não assegurem aos pacientes os direitos enumerados no parágrafo único do art. 2º.

3.6. Por fim, o objeto da contratação refere-se ao conceito de internação compulsória determinada judicialmente a esta Secretaria de Saúde.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 4.1. Sustentabilidade

4.1.1. A execução do objeto deverá observar rigorosamente os critérios de sustentabilidade ambiental e as medidas de mitigação de impactos detalhadas no Estudo Técnico Preliminar, em consonância com a legislação vigente, as diretrizes do Guia de Sustentabilidade da AGU e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.1.2. **Quanto aos Critérios e Práticas de Sustentabilidade:** A Contratada deverá incorporar como especificações técnicas e obrigações contratuais as seguintes práticas:

4.1.2.1. **Certificações:** Utilização preferencial de produtos e materiais certificados por órgãos como INMETRO e ANVISA, observadas as diretrizes do Guia de Compras Sustentáveis;

4.1.2.2. **Eficiência Energética:** Aquisição e uso de equipamentos com eficiência energética comprovada, preferencialmente com selo Procel (para eletrodomésticos e equipamentos elétricos) e classificação "A" no Inmetro;

4.1.2.3. **Uso Racional:** Promoção do uso racional de materiais e recursos naturais, especialmente energia e água, mediante orientações e treinamentos sistemáticos da equipe envolvida no serviço;

4.1.2.4. **Logística Reversa:** Adoção de práticas de logística reversa e descarte ambientalmente adequado para equipamentos, medicamentos vencidos, baterias, pilhas, lâmpadas e materiais eletrônicos, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

4.1.3. **Quanto aos Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras**



- 4.1.3.1. Realizar a segregação correta dos resíduos na origem (orgânicos, recicláveis, rejeitos e resíduos perigosos);
- 4.1.3.2. Assegurar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos de saúde, conforme a Resolução CONAMA nº 358/2005 e a RDC nº 222/2018 – ANVISA;
- 4.1.3.3. Manter, se necessário, contratação de empresa especializada para coleta e tratamento de resíduos perigosos;
- 4.1.3.4. Promover o treinamento da equipe quanto ao manejo correto dos resíduos.

**4.1.4. Transporte e Emissão de Gases (Remoções)**

- 4.1.4.1. Otimizar rotas e deslocamentos para a remoção de usuários;
- 4.1.4.2. Utilizar veículos com menor emissão de poluentes sempre que viável;
- 4.1.4.3. Implementar planejamento logístico que minimize o número de viagens necessárias, visando mitigar a emissão de gases de efeito estufa.

**4.1.5. Da Conformidade Normativa Complementar:** A Contratada deverá observar, ainda:

- 4.1.5.1. As diretrizes da Lei nº 4.770/2012, do Decreto nº 7.746/2012 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010;
- 4.1.5.2. A proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores conforme a Norma Regulamentadora NR 32/ABNT;
- 4.1.5.3. As boas práticas para o processamento de produtos de saúde, nos termos da RDC nº 15/2012 – ANVISA.

**4.2. Subcontratação**

4.2.1. É vedada a subcontratação total ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: diária de internação por estabelecimento em saúde mental que preste assistência a adolescentes e adultos, de ambos os sexos, com transtornos decorrentes do abuso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA), sob mandado judicial de internação psiquiátrica compulsória para o tratamento de dependência química, a usuário residente no Distrito Federal;

4.2.2. No entanto, é permitida a subcontratação de serviços acessórios ao objeto principal da contratação, tais como: fornecimento de refeições adequadas aos usuários por empresa especializada e serviços de manutenção e/ou limpeza para garantir um ambiente higiênico tanto para os usuários quanto para os profissionais, bem como serviços de lavanderia, desde que realizados por empresa habilitada;

4.2.3. A Contratada, no caso de subcontratação de serviços, deverá apresentar, no momento da análise de sua habilitação, os documentos capazes de demonstrar que a Subcontratada possui condições de executar a parcela do serviço a ser subcontratada, comprovando a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e que cumpre o disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição, além daqueles pertinentes à comprovação de sua qualificação técnica;

4.2.4. A subcontratação não estabelece relação jurídica de natureza contratual entre a Administração e a Subcontratada. O cumprimento das obrigações advindas do contrato administrativo permanece sob exclusiva responsabilidade da Contratada, que responderá integralmente por essas obrigações perante a Administração;

4.2.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.

**4.3. Garantia da contratação**

4.3.1. Em consonância com o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, e considerando a análise dos riscos inerentes ao objeto desta contratação, a Administração Pública, por meio da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF), decide não exigir a prestação de garantia contratual cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada.

4.3.2. Tal decisão está em consonância com o entendimento de que a exigência de garantia constitui faculdade da Administração, a ser adotada mediante avaliação criteriosa dos riscos envolvidos, conforme orientações do Tribunal de Contas da União – TCU (Licitações e Contratos, item 5.11.2 Garantias), bem como nos termos do Capítulo II da Lei nº 14.133/2021.

4.3.3. Considerando a metodologia e os critérios técnicos para definição de percentual de cobrança de garantia contratual apresentada pela SAIS por meio do processo SEI nº 00060-00593450/2024-03, sendo validado por meio do Despacho SUSAM (ID 182037378), fica decidido que os contratos assistenciais complementares estão dispensados da exigência de garantia contratual. A decisão fundamenta-se, ainda, nos seguintes aspectos, em observância à faculdade conferida à Administração:

4.3.4. Natureza da Contratação e Avaliação de Riscos: O objeto da contratação consiste na prestação de serviços com quantitativos e valores estimados, sendo a remuneração restrita aos serviços efetivamente executados, e sem mobilização de mão de obra dedicada em tempo integral. A análise dos riscos potenciais à execução contratual, baseada no histórico de contratações similares e nas particularidades dos serviços assistenciais, não evidenciou grau de risco que justifique a exigência de garantia contratual.

4.3.5. Capacidade Econômico-Financeira dos Contratados: A comprovação de solidez e liquidez econômico-financeira da empresa, a ser aferida na fase de habilitação, configura medida adequada de mitigação de riscos, assegurando a capacidade das contratadas de cumprir seus compromissos contratuais.

4.3.6. Existência de Mecanismos Alternativos de Mitigação de Riscos: O contrato prevê outros mecanismos para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais e para proteger a Administração em caso de inadimplemento, tais como a aplicação de descontos, penalidades (multas) e a possibilidade de retenções financeiras

4.3.7. A dispensa da exigência de garantia contratual mostra-se adequada e alinhada aos princípios da economicidade e da eficiência, uma vez que não compromete a segurança da contratação. O instrumento contratual já prevê mecanismos suficientes de proteção ao interesse público, como a aplicação de penalidades, descontos e multas em caso de inadimplemento, além de outras obrigações e controles que asseguram o cumprimento das responsabilidades assumidas pela contratada.

4.3.8. A imposição de garantia acarretaria aumento de custos indiretos às instituições prestadoras, custos que, inevitavelmente, seriam refletidos nas propostas e no valor final das diárias, sem gerar benefício proporcional, dado o nível de risco identificado. Assim, a decisão pela não exigência de garantia contratual revela-se tecnicamente adequada, proporcional e alinhada

aos princípios da economicidade, da eficiência e da razoabilidade, preservando a segurança da contratação por meio das medidas de controle e fiscalização já previstas.

4.3.9. A presente decisão está em conformidade com o entendimento de que a exigência de garantia é uma faculdade da Administração, a ser exercida mediante análise criteriosa dos riscos envolvidos na contratação, conforme orientações do TCU e o disposto no Capítulo II da Lei nº 14.133/2021.

4.3.10. A presente dispensa de garantia não exime a Contratada da responsabilidade integral pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais, sujeitando-a às sanções administrativas previstas em lei e no contrato em caso de inexecução ou descumprimento

#### 4.4. **Vistoria**

4.4.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para verificar o cumprimento dos requisitos exigidos no Edital de contratação, sendo assegurado à SES/DF o direito de realização de tais vistorias, conforme os critérios estabelecidos nas Resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

4.4.2. Nessa avaliação prévia serão verificadas as licenças e autorizações necessárias para operar conforme regulamentações pertinentes, questões de infraestrutura e instalações, disponibilidade e qualidade de espaços destinados aos usuários e mecanismos de controle de acesso, conforme requisitos mínimos e normativas vigentes, bem como o atendimento aos requisitos para composição da equipe multiprofissional e escalas dos profissionais.

4.4.3. Durante o processo de habilitação, as empresas interessadas deverão ser vistoriadas pela banca examinadora, com membros da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal;

4.4.4. As ações de vistoria de que tratam esse subitem serão realizadas pelos membros da banca examinadora definida pela SES/DF, conforme designação em Diário Oficial, composta pelos representantes das áreas: da Subsecretaria de Saúde mental-SES/SEAS/SUSAM e da Diretoria de Vigilância Sanitária - SES/SEAS/DIVISA, cada qual dentro de suas atribuições técnicas e legais.

4.4.5. A Subsecretaria de Administração Geral- SES/SEGEA/SUAG e a Subsecretaria de Gestão de Pessoas-SES/SEGEA/SUGEP não participarão das vistorias in loco, atuando exclusivamente no âmbito de suas competências institucionais. Caberá a essas unidades a análise dos aspectos administrativos, econômico-financeiros, de gestão de pessoas, bem como demais elementos documentais que se fizerem necessários.

4.4.6. A vistoria obedecerá o Roteiro estabelecido pela banca examinadora, conforme *Checklist* de Vistoria do Estabelecimento de Internação Psiquiátrica para Dependente Químico do Distrito Federal - **Apêndice V**.

4.4.7. Instrumentos que serão utilizados pela DIVISA para vistoria são de competência exclusiva do referido setor, cabendo a ele definir os critérios e procedimentos adotados, dentro de sua competência legal, considerando que o checklist apresentado possui caráter meramente orientativo, contemplando apenas os requisitos mínimos passíveis de verificação e exigência.

### 5. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### 5.1. **Reunião de alinhamento**

5.1.1. Deverá haver reunião de alinhamento, em até 05 (cinco) dias úteis contados a partir da assinatura do contrato, entre a empresa contratada e os representantes da SES/DF (preposto da empresa, área demandante e área fiscalizadora), a fim de realizar alinhamento quanto a execução do contrato e o fluxo de prestação de contas.

#### 5.2. **Critérios para emissão da Ordem de Serviço (OS)**

5.2.1. A Ordem de Serviço (Vide Apêndice III – Modelo de Ordem de Serviço) deverá conter:

5.2.1.1. Decisão judicial emitida por juiz competente, com o deferimento da tutela de urgência determinando que, o Distrito Federal promova a internação compulsória do usuário para tratamento psiquiátrico de transtornos decorrentes do abuso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA) em instituição especializada adequada a essa finalidade;

5.2.1.2. Relatório médico atualizado (até 90 dias) fundamentando a necessidade de internação do usuário para tratamento, emitido por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina - CRM.

5.2.2. A SUSAM por meio de sua gerência (GSAPSI) recebe a decisão judicial, via processo eletrônico (SEI), com o deferimento da tutela de urgência, determinando que o Distrito Federal promova a internação compulsória do usuário para tratamento psiquiátrico de transtornos decorrentes do abuso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA) em instituição especializada adequada a essa finalidade, junto ao relatório médico atualizado (até 90 dias), fundamentando a necessidade de internação do usuário para tratamento, emitido por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina CRM.

5.2.3. A Ordem de Serviço deverá ser emitida pela SUSAM através da Subcomissão de Fiscalização do Contrato e assinada pelo Gestor Técnico do contrato ou seu substituto por meio do SEI, autorizando a prestação do serviço de internação, bem como assinatura de acordo da Diretoria de Atenção Psicossocial (DAPSI). Após essas assinaturas, a OS será disponibilizada, por meio de assinatura externa no SEI, ao representante legal da empresa;

5.2.4. A contratada deverá atestar o recebimento da Ordem de Serviço (OS), assinada pelo Gestor do Contrato, em conjunto com a Diretoria de Atenção Psicossocial (SES/SEAS/SUSAM/DAPSI), mediante assinatura via SEI através da liberação para assinatura externa que será efetivada e disponibilizada pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após sua disponibilização, informando que recebeu a demanda autorizando a execução do serviço e demonstrando estar ciente das condições estabelecidas no contrato.

#### 5.3. **Início do processo de admissão e internação do paciente**

5.3.1. Após a assinatura da ordem de serviço, a contratada deverá:

5.3.1.1. Contatar o responsável legal do usuário para conduzi-lo ao estabelecimento especializado em saúde mental ou providenciar a remoção de usuário residente no Distrito Federal, exclusivamente dentro dos limites territoriais do DF, para o

estabelecimento contratado, sempre que o responsável legal, declarar, por meio da assinatura da “Declaração de Incapacidade de Remoção de Caráter Voluntário do Usuário ao Estabelecimento Contratado”, que não possui condições de realizar a remoção por conta própria, de forma que a efetivação da internação se dê no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos após ser notificada pela Contratante;

5.3.1.2. A Contratada deverá garantir todos os meios e o suporte técnico necessários à remoção, incluindo ambulância ou veículo equivalente com equipamentos de segurança, suporte básico de vida e profissionais capacitados, assegurando o manejo adequado do usuário, especialmente diante da possibilidade de resistência e agitação psicomotora, preservando sua integridade física e a de terceiros. A contratada poderá fazer uso de veículo descaracterizado quando necessário, desde que mantenha todos os parâmetros de segurança.

5.3.1.3. Informar a Contratante por meio de Relatório de Execução (Apêndice XI) para cada tentativa ou efetivação da Ordem de Serviço de internação compulsória, contendo a hora, o local, a(s) diligência(s) e o(s) contato(s) efetuado(s), e enviar para a Contratante no prazo de até 3 (três) dias corridos após a busca;

5.3.1.4. Iniciar o período de diárias por ocupação de leito a partir do momento da internação do usuário;

5.3.1.5. No momento da admissão, a Contratada deverá realizar a apresentação do procedimento de internação ao usuário e/ou responsável legal, explicando de forma clara e objetiva as rotinas institucionais e os procedimentos relacionados a visitas e formas de contato com familiares;

5.3.1.6. Após a definição do Projeto Terapêutico Individual, a equipe multiprofissional deverá iniciar o registro sistemático da evolução clínica, social e terapêutica do usuário, consolidando essas informações em Relatório Multiprofissional. Esse relatório, que deverá ser elaborado por médico e profissional de nível superior, acompanhará o desenvolvimento do tratamento ao longo da internação do usuário e deverá conter o Plano Terapêutico Individual com os atendimentos e atividades individuais e coletivas, terapêutica medicamentosa e a abordagem familiar;

5.3.1.7. O prazo máximo de internação estabelecido será de até 45 (quarenta e cinco) diárias, podendo ser prorrogado, se necessário, por igual período, conforme evolução clínica do quadro que motivou a internação, mediante reavaliação por um médico e um profissional de nível superior da equipe multiprofissional, pertencentes ao quadro de pessoal da SES-DF, lotados no CAPS de referência, não ultrapassando 90 diárias por usuário no período;

5.3.1.8. Excepcionalmente a avaliação de prorrogação poderá ser realizada por um médico e um profissional de nível superior da equipe multiprofissional de referência da CONTRATADA, quando indicada a inviabilidade de avaliação pela equipe do CAPS dentro do prazo estipulado. Nesses casos, deverá ser elaborado Relatório Médico solicitando prorrogação, apresentando o histórico do paciente, evolução do quadro clínico durante o período de internação, medicações prescritas e indicação terapêutica com detalhamento das ações realizadas para o plano de alta.

#### 5.4. **Quanto à alta**

5.4.1. A alta do usuário será autorizada mediante avaliação médica observando critérios técnicos definidos em Projeto Terapêutico Individual (PTI), respeitado o prazo máximo contratual estabelecido;

5.4.2. A Contratada deverá elaborar Relatório Médico de Alta, contendo histórico clínico, evolução do quadro clínico durante a internação, medicações prescritas, indicação terapêutica com detalhamento das ações realizadas para a alta da internação;

5.4.3. Deverá preparar o usuário para a alta e garantir a articulação com o CAPS de referência do usuário, formalizada por meio de encaminhamento documentado, assegurando a continuidade do cuidado em serviços comunitários da Rede de Atenção Psicossocial;

5.4.4. Deverá orientar o usuário e/ou familiares quanto ao plano de continuidade do cuidado, incluindo acompanhamento psicossocial e adesão medicamentosa, quando indicado.

#### 5.5. **Quanto a não efetivação da internação**

5.5.1. Caso não seja possível efetivar a internação, fornecer “Relatório de Execução” à CONTRATANTE informando que não foi possível efetivar a internação, devendo a CONTRATANTE comunicar os órgãos judiciais para as devidas providências;

5.5.2. Caso o usuário não seja localizado pela CONTRATADA dentro do prazo de 7 (sete) dias, a Ordem de Serviço será considerada expirada, sem efeito e automaticamente invalidada;

5.5.3. Caso o usuário venha a ser localizado após o prazo estabelecido, seja por iniciativa da família, por comparecimento espontâneo à clínica ou por qualquer outra forma que não envolva ação direta da CONTRATADA após o vencimento do prazo, caberá à CONTRATANTE, se ainda houver interesse no atendimento, emitir uma nova Ordem de Serviço para dar continuidade ao processo, desde que o relatório médico emitido esteja dentro do prazo de 90 dias.

#### 5.6. **Quanto às intercorrências**

5.6.1. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE e ao responsável legal do usuário qualquer intercorrência clínica relevante ou transferência para outra unidade de saúde, bem como as medidas adotadas para estabilização do quadro;

5.6.2. Em casos de contenção, deverá ser adotado o procedimento previsto no Protocolo de Segurança do Paciente e o Protocolo de Manejo da Agitação Psicomotora da SES/DF adequando-se as particularidades do serviço, além das “Fichas de Contenção”, conforme descrito nas Obrigações da Contratada, garantindo o preenchimento integral, assinaturas dos profissionais responsáveis e inserção no prontuário do paciente;

5.6.3. Nos casos que demandem atendimento hospitalar especializado, caberá à CONTRATADA providenciar a remoção do paciente, garantindo a continuidade do tratamento após a alta hospitalar;

5.6.4. Todas as intercorrências deverão ser adequadamente registradas em prontuário.

#### 5.7. **Quanto à evasão do paciente**

5.7.1. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à SES/DF e ao responsável legal do usuário qualquer

ocorrência de evasão, registrando o fato em Relatório de Notificação de Evasão, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o ocorrido;

5.7.2. Persistindo a ausência do usuário por período superior a 24 (vinte e quatro) horas, a contratada deverá registrar Boletim de Ocorrência junto à autoridade policial competente e encaminhar cópia do documento à contratante de forma imediata;

5.7.3. Deverá adotar medidas de busca ativa em articulação com os órgãos de segurança, família e com o CAPS de referência;

5.7.4. Adicionalmente, informa-se que todas as ocorrências de evasão deverão ser consolidadas em relatórios mensais encaminhados à CONTRATANTE, para fins de acompanhamento da execução contratual e eventual adoção de medidas administrativas.

## **5.8. Obrigações gerais para execução do objeto**

5.8.1. Consta no **APÊNDICE I "OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA"**.

## **5.9. Quanto a Estrutura física**

5.9.1. A empresa deve apresentar quatro (4) alas fisicamente separadas, com alojamentos distintos e com estruturas adequadas para a permanência dos usuários, respeitando a separação por faixa etária, sexo e identidade de gênero. É vedada a permanência de adolescentes e adultos nas mesmas alas e alojamentos, bem como de adolescentes do sexo masculino com adolescentes do sexo feminino. As alas devem estar organizadas da seguinte forma:

- Ala exclusiva para mulheres adultas;
- Ala exclusiva para adolescentes do sexo feminino;
- Ala exclusiva para homens adultos;
- Ala exclusiva para adolescentes do sexo masculino.

5.9.2. É vedado o compartilhamento de ambientes entre adultos e menores ou entre pessoas de sexo distinto salvo em situações temporárias de comemorações, confraternizações e/ou atividades coletivas. A empresa deverá manter controle e supervisão das alas. A empresa deve disponibilizar as instalações físicas em conformidade com os ambientes estabelecidos no Art. 14, da RDC nº 29, de 30 de junho de 2011, contemplando, no mínimo, os seguintes ambientes:

### **5.9.2.1. Alojamento:**

- quarto coletivo com acomodações individuais e espaço para guarda de roupas e de pertences com dimensionamento compatível com o número de usuários e com área que permita livre circulação;
- banheiro para usuários dotado de bacia, lavatório e chuveiro com dimensionamento compatível com o número de indivíduos;
- Deve-se assegurar que cada alojamento possua estrutura mínima capaz de garantir segurança, privacidade, ventilação, iluminação, higiene e acessibilidade.

### **5.9.2.2. Setor de Reabilitação e Convivência:**

- salas de atendimento individual;
- salas de atendimento coletivo;
- área para realização de atividades lúdico-terapêuticas;
- área para prática de atividades físicas e/ou desportivas;

### **5.9.2.3. Setor Administrativo:**

- sala de recepção;
- sala administrativa;
- área para arquivo das fichas dos usuários;
- sanitários para funcionários;

### **5.9.2.4. Setor de Apoio Logístico:**

- cozinha;
- refeitório;
- lavanderia;
- almoxarifado;
- área para depósito de material de limpeza;
- área para abrigo de resíduos sólidos.

### **5.9.2.5. Quarto:**

- Dois lençóis adulto;
- Fronha de travesseiro;

- Travesseiro;
- Cobertor antialérgico;
- Toalha de banho;
- Toalha de rosto.

#### 5.9.2.6. **Higiene pessoal:**

- sabonetes;
- shampoo;
- escova de dente;
- pasta de dente.

5.9.3. A empresa deverá possuir carrinho de emergência situado na sala de atendimento de intercorrências contendo todos os itens necessários para o atendimento, monitoramento e estabilização dos pacientes.

#### 5.10. **Quanto aos profissionais**

5.10.1. A Contratada deverá manter recursos humanos em período integral, em número compatível com as atividades desenvolvidas, garantindo equipe médica 24 horas por dia, 7 dias por semana, conforme Art. 9º, da RDC nº 29, de 30 de junho de 2011;

5.10.2. A empresa deverá prestar assistência integral, por meio de atendimento individual e/ou coletivo, atividades físicas e/ou desportivas, e atividades lúdico-terapêuticas, garantindo o manejo terapêutico dos quadros de intoxicação aguda e abstinência do uso de álcool e outras drogas;

5.10.3. A equipe técnica multiprofissional deverá ser minimamente composta, conforme estabelecido na Portaria/GM Nº 336, de 19 de fevereiro de 2002:

CATEGORIA	QUANTITATIVO	CARGA HORÁRIA
Médico - Clínica Médica	01	24 horas/dia a cada 60 leitos
Médico - Psiquiatria	01	40 horas/semanais a cada 20 leitos
Enfermeiro	01 Diurno	12 horas/dia a cada 30 leitos
	01 Noturno	12 horas/dia a cada 60 leitos
Técnico/Auxiliar de Enfermagem	02	24 horas/dia a cada 15 leitos
Psicólogo	01	40 horas/semanais a cada 20 leitos
Assistente Social	01	20 horas/semanais a cada 30 leitos
Terapeuta Ocupacional	01	40 horas/semanais a cada 30 leitos
Nutricionista	01	por Estabelecimento
Farmacêutico	01	por Estabelecimento
Educador Físico*	01	20 horas/semanais a cada 30 leitos

\* O profissional de Educação Física/ Educador Físico será opcional, exceto nos casos em que o estabelecimento possua academia ou piscinas em suas dependências, bem como realize atividades que exijam supervisão; nessas situações, a presença desse profissional torna-se obrigatória.

#### 5.11. **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.11.1. Para garantir a continuidade da prestação dos serviços de internação compulsória, durante o período de substituição da empresa atualmente contratada por nova prestadora, deve-se assegurar a continuidade integral da assistência aos usuários em tratamento, de modo a evitar qualquer interrupção nos serviços ou prejuízo à execução das determinações judiciais vigentes. A transferência de pacientes ocorrerá somente após avaliação técnica da equipe de saúde da nova contratada para admissão dos usuários;

5.11.2. A contratada atual deverá disponibilizar à nova contratada todos os registros clínicos, relatórios técnicos e informações operacionais pertinentes, observadas as normas de sigilo profissional e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018). A nova contratada deverá garantir a guarda e o tratamento adequado dessas informações, mantendo a continuidade das ações terapêuticas em curso;

5.11.3. O período estimado para a transição será de até **15 (quinze) dias** a contar da assinatura do novo contrato, podendo ser ajustado conforme a complexidade dos serviços e o número de pacientes atendidos.

### 6. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei 14.133/2021, art.115, *caput*);

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei 14.133/2021, art.115, §5º);

6.3. As comunicações entre o órgão e/ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal



formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para definição do cronograma de execução, bem como plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. **Preposto**

6.6.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado;

6.6.2. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da vigência contratual indicada neste termo de referência;

6.6.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.7. **Fiscalização**

6.7.1. Gestores e Fiscais de contratos: Os gestores e fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima da SES/DF, nos moldes da portaria nº 460, de 02 de outubro de 2024, e indicados pela Subsecretaria de Saúde Mental - SUSAM, em conformidade com o art. 7º da Lei nº 14.133/2021 e art. 10 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, de forma que serão anexados ao processo SEI vinculado a esta contratação as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções;

6.7.2. Ressalta-se que a fiscalização será exercida pela Subcomissão de Fiscalização de Contratos Complementares de Internações Compulsórias (SUBCOMP), já instituída atualmente, composta por gestor(a) técnico(a) e por fiscais técnicos(as) da SUSAM. Essa estrutura poderá ser mantida ou ajustada conforme as novas designações dos integrantes.

6.8. **Fiscalização Técnica**

6.8.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

6.8.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.8.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.8.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

6.8.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

6.8.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual;

6.8.7. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.8.7.1. A contratada deverá comunicar a execução do serviço através da emissão de Nota Fiscal.

6.9. **Fiscalização Administrativa**

6.9.1. O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, solicitará a emissão da nota fiscal, acompanhará o empenho e o pagamento;

6.9.2. O fiscal administrativo acompanhará as garantias, as glosas e a formalização de apostilamentos e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

6.9.3. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.10. **Gestor do Contrato**

6.10.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

6.10.2. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

6.10.3. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. **Instrumento de Medição de Resultados (IMR)**

7.1.1. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis,

objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e as respectivas adequações de pagamento, sendo que um dos seus principais objetivos é a busca da eficiência com o estabelecimento de procedimentos e condições que permitam e estimulem a melhoria constante dos serviços prestados.

7.1.2. O IMR trata-se de uma disposição, pactuada entre a Contratante e a Contratada, que definem critérios objetivos de mensuração de resultados, preferencialmente pela utilização de ferramenta informatizada, que possibilite a Administração verificar se os resultados contratados foram realizados nas quantidades e qualidades exigidas, e adequar o pagamento aos resultados efetivamente obtidos, subsidiando a fiscalização técnica do contrato, para aferição da qualidade da prestação dos serviços e bem como a aplicação de sanções contratuais cabíveis.

7.1.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços;

7.1.4. O IMR deverá subsidiar a fiscalização técnica do contrato, para aferição do nível de qualidade da prestação dos serviços e bem como a aplicação de sanções contratuais cabíveis. Para essa contratação, será avaliado os critérios abaixo:

1. **Conservação adequada do estabelecimento:** Este critério de análise mede o grau de adequação das condições físicas, ambientais e operacionais da instituição, com base em verificação direta da limpeza, organização, funcionalidade dos ambientes e conservação estrutural mínima, essenciais ao acolhimento e bem-estar dos usuários.
2. **Registro e notificação de evasões ocorridas no período por usuários internados pela SES durante o tratamento no estabelecimento:** Este critério de análise mede a frequência com que os pacientes deixam a clínica de internação compulsória para dependência química sem autorização e se está ocorrendo o registro e notificação correta dessas evasões. O objetivo é avaliar a eficácia das medidas de segurança e monitoramento, bem como a adequação dos cuidados prestados aos pacientes.
3. **Percentual de Plano Terapêutico Individual mensal elaborado:** Este critério de análise visa avaliar a eficácia, qualidade e regularidade na elaboração dos Planos Terapêuticos, permitindo verificar as atualizações, participação da equipe e do usuário na elaboração, se possuem metas objetivas e registram resultados alcançados, servindo como ferramenta de monitoramento, avaliação e melhoria contínua do cuidado prestado.
4. **Percentual de Plano de Alta articulado com o CAPS de referência dos usuários:** Este critério de análise visa avaliar o processo de transição do paciente após a alta do tratamento, verificando se a contratada elaborou o plano de alta devidamente articulado e compartilhado junto ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de referência para todos os pacientes internados.
5. **Percentual de contatos e ações de articulação com a família/responsável legal:** Este critério de análise objetiva avaliar o envolvimento da família ou do responsável legal no processo de tratamento do usuário, medindo a proporção de pacientes para os quais houve articulação efetiva com a família ou o responsável legal durante o período mensal de atendimento.
6. **Percentual de adoção de boas práticas e prevenção de maus-tratos:** Este critério de análise pretende monitorar e avaliar a aplicação de protocolos, procedimentos e condutas que garantam a integridade física e emocional dos usuários, prevenindo situações de negligência, violência, abuso ou qualquer outra forma de tratamento desrespeitoso, servindo como uma ferramenta da gestão da qualidade, possibilitando identificar falhas, reforçar capacitações, implementar medidas preventivas e assegurar que o cuidado prestado esteja alinhado com os princípios éticos, legais e de direitos humanos.

7.1.5. Cabe à fiscalização a aplicação do relatório de análise do IMR em visitas à instituição contratada, utilizando os critérios estabelecidos no quadro abaixo, garantindo maior transparência, padronização e objetividade na avaliação da prestação dos serviços, contribuindo diretamente para a boa gestão contratual e o alcance dos resultados esperados:

Indicador	Item Verificado	Critério de Verificação	Pontuação
1 Conservação adequada do estabelecimento	Ambientes internos limpos e organizados (salas, corredores, recepção)	Ambientes higienizados e organizados	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Banheiros limpos, com sanitários funcionais e insumos	Todos os itens disponíveis e em uso	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Cozinha e refeitório limpos, com organização mínima (sem acúmulo de lixo, restos de comida expostos)	Organização e higiene adequadas	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Quartos com camas individuais em bom estado	Todas as camas e colchões em bom estado	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Roupas de cama limpas e disponíveis	Para todos os usuários	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Ventilação adequada com ausência de mofo, infiltrações ou bolor visível	Ambientes salubres, ventilados e sem mofo	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Iluminação funcional e adequada nos ambientes	Circulação de luz natural /artificial funcional	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Área externa limpa e livre de entulhos ou materiais perigosos	Sim	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Ausência de sinais evidentes de infestação de pragas	Sem sinais	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto

	Armazenamento seguro de produtos de limpeza e medicamentos	Em local separado, seguro e identificado	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Lixo acondicionado corretamente e coleta regular	Presença de lixeiras com tampa e coleta visível	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Condições básicas de acessibilidade nos espaços comuns	Acessibilidade garantida nos ambientes principais, com corrimãos, rampas (se necessário)	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
2 Registro e notificação de evasões ocorridas no período por usuários internados pela SES durante o tratamento no estabelecimento	Relatório com registro de evasões ocorridas no período	Relatórios completos e consistentes	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Notificação correta das evasões a SES, familiares e autoridades judiciais em sistema oficial	Comunicadas à SES, familiares, autoridades judiciais e documentadas	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Frequência de evasões ocorridas	Nenhuma evasão no mês = 1 ponto Ocorrência de evasão = 0 ponto	1 ponto / 0 ponto
3 Plano Terapêutico Individual mensal elaborado	Existência de PTS individual para cada usuário	Registrado no prontuário	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Atualização mensal do plano	Reavaliação a cada 45 dias ou conforme evolução clínica	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Participação multiprofissional no plano	Assinaturas/registro de vários profissionais	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Inclusão de metas objetivas e alcançáveis	Sim	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Registro do nível de adesão do plano pelo usuário	Observações claras sobre participação	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
4 Plano de Alta articulado com o CAPS de referência dos usuários	Elaboração do plano de alta e encaminhamento formal ao CAPS de referência antes da saída do paciente	Registro/confirmação documental com data anterior à alta	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Orientações dadas ao paciente e/ou familiar	Registro de orientações ou assinatura de recebimento	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
5 Contatos e ações de articulação com a família /responsável legal	Orientações dadas ao paciente e/ou familiar	Registro de orientações ou assinatura de recebimento	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Reunião familiar registrada em prontuário	Assinaturas ou registros de presença	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Contato com familiar/responsável em momentos-chaves	Ligação, reunião ou visita documentada	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
6 Adoção de boas práticas e prevenção de maus-tratos	Tratamento respeitoso e não discriminatório por parte da equipe	Observações diretas e relatos sem registros de linguagem ofensiva	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Existência de canal para denúncia de maus-tratos acessível aos pacientes	Caixa de sugestões, contato com Ouvidoria, mediador etc.	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Registro e apuração de todas as queixas relacionadas a maus-tratos	Documentação formal com providências adotadas	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Realização de rodas de conversa ou escutas qualificadas com os usuários	Frequência mensal registrada	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Sinais de negligência, punição ou isolamento indevido dos pacientes	Ausência de práticas como castigo, falta de atenção, exclusão	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Preservação da privacidade em atendimentos e cuidados pessoais	Sim	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Não ocorrência de contenção física sem justificativa técnica	Indicação médica e preenchimento da(s) Ficha(s) de Contenção	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Relacionamento interpessoal respeitoso entre equipe e usuários	Observações, entrevistas ou feedback dos usuários	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Comprovantes e/ou registros de capacitação da equipe	Comprovante e/ou registros	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto

7.1.6. O Fiscal Técnico deverá levantar o resultado dos indicadores e preencher o resumo abaixo:

**TABELA DE DESCONTO**

<b>Indicadores</b>	<b>Conforme</b>	<b>Parcialmente conforme</b>	<b>Não conforme</b>
<b>1</b> - Conservação adequada do estabelecimento	12	8 a < 12	< 8
<b>2</b> - Registro e notificação de evasões ocorridas no período por usuários internados pela SES durante o tratamento no estabelecimento	3	2 a < 3	< 2
<b>3</b> - Plano Terapêutico Individual mensal elaborado	5	3 a < 5	< 3
<b>4</b> - Plano de Alta articulado com o CAPS de referência dos usuários	2	1,5 a < 2	< 1,5
<b>5</b> - Contatos e ações de articulação com a família/responsável legal	3	2 a < 3	< 2
<b>6</b> - Adoção de boas práticas e prevenção de maus-tratos	9	6 a < 9	< 6

7.1.7. Após a aplicação do relatório de IMR, deverá ser somado os valores para cada critério de análise, aplicando-se os descontos conforme abaixo:

- Não haverá desconto para pontuação maior ou igual a 24 pontos, resultante da soma dos indicadores;
- Haverá desconto de 1% para pontuação entre 18,5 a 23,5 pontos;
- Haverá desconto de 5% para pontuação inferior ou igual a 18 pontos.

7.1.8. Os descontos serão calculados sobre a Nota Fiscal correspondente ao mês em que for constatado o descumprimento dos indicadores, devendo o abatimento ser efetuado no mês em que a análise for concluída;

7.1.9. Havendo algum indicador não conforme, a empresa deverá ser notificada pela equipe de fiscalização do contrato, para apresentação do plano de ação para melhoria ou solução das causas do não atingimento da meta do indicador;

7.1.10. Não haverá a incidência de bônus ou pagamentos adicionais para os casos em que a CONTRATADA superar as metas previstas, ou caso seja necessária a alocação de maior número de profissionais para o alcance das metas. E a superação de uma das metas não poderá ser utilizada para compensar o não atendimento de outras metas no mesmo período, bem como o não atendimento da mesma meta em outro período;

7.1.11. Caberá ao gestor do contrato e fiscal técnico a identificação de cumprimento do contrato, encaminhando os achados para avaliação quanto a aplicação de penalidades, conforme o caso;

7.1.12. A Contratada poderá receber notificação, quando não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

7.1.13. A comissão fiscalizadora realizará avaliações para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços, encaminhando notificações à contratada para correção das falhas detectadas, havendo recorrência de inadequações ou não resolução de pendências por parte da contratada deverá realizar a identificação de cumprimento parcial do contrato, encaminhando os achados para avaliação quanto a aplicação de penalidades, conforme o caso;

7.1.14. É facultada a SES/DF, a qualquer momento e sem aviso prévio, a promoção de diligência, destinada a fiscalizar, esclarecer ou a completar a instrução do processo.

## **7.2. Critérios objetivos para a glosa**

7.2.1. A Glosa é uma recusa de pagamento de um serviço ou procedimento prestado por um hospital ou clínica. Pode ser parcial ou total. Os principais motivos de glosas serão listados abaixo. Entretanto, considerando que não é possível esgotar todas as situações possíveis, casos excepcionais poderão ser revistos;

7.2.2. Serão motivos de glosa por parte da CONTRATANTE:

- 7.2.2.1. Valores em discordância aos pactuados;
- 7.2.2.2. Diárias cobradas além do período de internação efetivamente registrado;
- 7.2.2.3. Diárias cobradas além do período estipulado na Ordem de Serviço;
- 7.2.2.4. Cobrança referente a serviços e/ou fornecimento de insumos (materiais, medicamentos, exames, dietas, entre outros);
- 7.2.2.5. Cobranças por serviços ou procedimentos não autorizados pela CONTRATANTE ou que estejam fora do escopo do contrato;
- 7.2.2.6. Atendimento diferente do pactuado;
- 7.2.2.7. Diárias cobradas a mais nos períodos em que o paciente se encontrava em outro estabelecimento de saúde ou em casos de evasão, não estando, portanto, sob cuidados na clínica. Não haverá pagamento referente a dias em que não houve efetiva permanência do paciente na instituição;
- 7.2.2.8. Duplicidade de cobrança.

7.2.3. A CONTRATADA disponibilizará a documentação de comprovação dos gastos, apresentação da prestação de contas por paciente, onde conste o Relatório Multiprofissional de desenvolvimento do tratamento por usuário, elaborado por médico e profissionais de nível superior, em que conste o Plano Terapêutico Individual com os

atendimentos e atividades individuais e coletivas, terapêutica e medicamentosa, juntamente com a Fatura para o processo de lisura. Não cumprida essa exigência, a CONTRATANTE devolverá o respectivo Processo para ser reapresentado no mês posterior;

7.2.4. A CONTRATANTE deverá verificar a lisura das contas apresentadas. Havendo, na conta, algum item ou valor divergente, a CONTRATANTE deverá apresentar à CONTRATADA, por escrito, o relatório de Glosa;

7.2.5. A CONTRATADA, em caso de discordância com os valores glosados pelo CONTRATANTE, terá prazo de 30 (trinta) dias para recorrer da glosa, também por escrito, em formulário próprio, com a devida justificativa de revisão do valor ou valores glosados;

7.2.6. O recurso de Glosa supracitado, apresentado tempestivamente pela CONTRATADA, será deferido ou não pelo CONTRATANTE com a devida justificativa;

7.3. **A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:**

A prestação dos serviços, assim como efetivação do pagamento deverá ocorrer por utilização de diárias efetivamente utilizadas, haja vista, a natureza e a disponibilização da necessidade do serviço, objeto do presente TR. Será efetuado repasse mensal proporcional ao número de diárias utilizadas pelos usuários.

7.3.1. Para efeitos de pagamento, deverá ser enviado pela empresa as seguintes documentações:

- Apresentação da prestação de contas por paciente, onde conste o Relatório Multiprofissional de desenvolvimento do tratamento por usuário, elaborado por médico e profissionais de nível superior, em que conste o Plano Terapêutico Individual com os atendimentos e atividades individuais e coletivas, terapêutica e medicamentos;
- Apresentação da Nota fiscal referente as diárias utilizadas;
- Espelho da fatura;
- Atendimento Terapêutico Familiar por paciente;
- Ordens de Serviço por paciente;
- Ordens de Serviço de Prorrogação por paciente;
- Documento de identificação do usuário;
- Discriminação das despesas médico-hospitalares (quantidade de diárias e valores);
- Declaração de Incapacidade de Remoção de Caráter Voluntário do usuário a clínica;
- Declaração do Responsável /familiar dando ciência de que a internação será custeada pela SES/DF.

7.3.2. Se, por qualquer motivo, alheio à vontade da CONTRATANTE for paralisada a prestação dos serviços, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

7.4. **Do recebimento**

7.4.1. Os serviços serão recebidos **PROVISORIAMENTE**, no prazo de **15 (quinze) dias**, pelos Fiscais Técnicos, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo;

7.4.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga;

7.4.2.1. O Fiscal Técnico do Contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico;

7.4.2.2. O Fiscal Administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo;

7.4.2.3. O Fiscal Setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo;

7.4.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o Fiscal Técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.4.4. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.4.5. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

7.4.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

7.4.7. Os serviços serão recebidos **DEFINITIVAMENTE** no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da Nota Fiscal, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação da prestação, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.4.7.1. Caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.4.7.2. Verificar a Nota Fiscal ou Fatura apresentada pela empresa, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

e

7.4.7.3. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.4.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

7.4.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança;

7.4.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;

7.4.11. Se, por qualquer motivo, alheio à vontade da CONTRATANTE for paralisada a prestação dos serviços, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

## 7.5. **Liquidação**

7.5.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação;

7.5.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.5.2.1. O prazo de validade;

7.5.2.2. A data da emissão;

7.5.2.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.5.2.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.5.2.5. O valor a pagar; e

7.5.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.5.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

7.5.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.5.5.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

7.5.5.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.5.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

7.5.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.5.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

7.5.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## 7.6. **Prazo de pagamento**

7.6.1. No dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para pagamentos das compras/contratações da pasta;

7.6.2. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior;

7.6.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária.

## 7.7. **Forma de pagamento**

7.7.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

7.7.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

7.7.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

7.7.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;



7.7.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 7.8. Do Reajuste

7.8.1. O **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE)** será o índice de reajuste aplicável, ou qualquer outro índice oficial que venha a sucedê-lo.

## 7.9. Cessão de crédito

7.9.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.9.2. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.9.3. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.9.4. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#);

7.9.5. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos);

7.9.6. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### 8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO ITEM**;

8.1.2. As propostas deverão ter validade não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação;

8.1.3. As proponentes deverão apresentar propostas em consonância com as especificações técnicas deste documento, conforme **APÊNDICE II - Modelo de Proposta**.

### 8.2. Regime de execução

O Regime de Execução do Contrato está disposto no inc. XXVIII, do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, qual seja: **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, por se tratar de execução de serviço por preço certo de unidades determinadas.

### 8.3. Desclassificação das propostas

8.3.1. Serão desclassificadas as propostas que:

8.3.1.1. Contenham vícios ou ilegalidades;

8.3.1.2. Apresentem valores acima do fixado pelo Edital;

8.3.1.3. Não apresentem as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.3.1.4. Serão desclassificadas as proponentes que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

### 8.3.2. Do parecer técnico

8.3.3. É indispensável o parecer técnico para os produtos deste Termo de Referência;

8.3.4. As propostas serão avaliadas, quanto ao descritivo do objeto, no requisito técnico, os quais detêm conhecimento para tal análise;

8.3.5. As propostas serão avaliadas, por servidores habilitados e especialistas a serem indicados pela Subsecretaria de Saúde Mental - SES/SEAS/SUSAM.

### 8.4. Exigências de habilitação

8.4.1. A proposta da empresa deve estar em papel timbrado, datada, assinada, com a especificação em conformidade com o solicitado, contendo descrição clara e detalhada do procedimento junto ao Órgão Fiscalizador à ANVISA;

8.4.2. A proposta da empresa deve conter o detalhamento dos serviços oferecidos, valor unitário, mensal, global mensal e global anual conforme as planilhas de custo dispostas neste Termo de Referência;

8.4.3. A proposta deve conter correio eletrônico (e-mail) válido para eventuais comunicações, inclusive notificações financeiras;

8.4.4. As propostas deverão conter ainda a discriminação detalhada da estrutura física (fotos), quadro de pessoal detalhado seus cargos e nome do responsável técnico;

8.4.5. Para fins de avaliação do alinhamento das propostas da empresa, bem como do preenchimento das condições elencadas neste Termo de Referência para a prestação do serviço que se pretende contratar, é indispensável Parecer Técnico Emitido pela banca examinadora;

8.4.6. A empresa deverá apresentar Declaração comprometendo-se a apresentar, no momento solicitado, a documentação relacionada no **APÊNDICE IV** deste Termo de Referência.

#### 8.5. **Do tratamento diferenciado para ME-EPP**

8.5.1. Nos termos do art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123, de 2006, atualizada pela Lei Complementar nº 147 de 2014 e Lei Distrital nº 4611, de 2011, não será dado tratamento diferenciado pelos seguintes motivos:

8.5.1.1. Tal posicionamento fundamenta-se no fato de que o objeto deve ser prestado de forma integral e contínua, não sendo possível o seu parcelamento sem comprometer a qualidade, a eficiência e a responsabilidade técnica da execução contratual;

8.5.1.2. Outro fator relevante é a dificuldade na gestão contratual de dois contratos distintos, caso haja divisão entre duas prestadoras do serviço. A administração pública teria um aumento na complexidade da fiscalização e execução dos contratos, podendo gerar entraves operacionais e maior risco de descumprimento das obrigações contratuais;

8.5.1.3. Diante do exposto, a decisão de não conceder cotas a ME e EPP no presente certame fundamenta-se na busca pela eficiência administrativa, ampla concorrência e melhor atendimento ao interesse público, garantindo que a licitação transcorra de forma equilibrada e vantajosa para a Administração.

#### 8.6. **Justificativa do não parcelamento da solução**

8.6.1. Dada a natureza do serviço, não se mostra viável o parcelamento em lotes, uma vez que tal medida poderia comprometer a uniformidade do tratamento, a integralidade da assistência e a continuidade do cuidado prestado. O fracionamento poderia dificultar o acompanhamento clínico integrado e ocasionar descontinuidade terapêutica, o que se mostra incompatível com os princípios da equidade e da integralidade no âmbito do Sistema Único de Saúde;

8.6.2. Adicionalmente, a manutenção do objeto em item único contribui para a eficiência administrativa, ao evitar a pulverização de fornecedores e a fragmentação de responsabilidades, assegurando maior economicidade e melhor gestão contratual;

8.6.3. Assim, conclui-se que o não parcelamento do objeto é medida necessária para garantir qualidade, isonomia e efetividade na prestação dos serviços de internação.

#### 8.7. **Habilitação jurídica**

8.7.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.7.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#);

8.7.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

#### 8.8. **Consórcio e Sociedade Cooperativa**

8.8.1. A participação de consórcios não será admitida, pela natureza do serviço. Tal vedação justifica-se pelo fato de que o objeto desta contratação não se enquadra às hipóteses de alta complexidade do serviço ou valores extremamente altos que indicariam a necessidade de associação de empresas para essa pretensão;

8.8.2. É de se destacar, ademais, que qualquer empresa com as qualificações técnicas e econômico-financeiras exigidas é capaz de atender ao objeto do contrato, afastando os fundamentos autorizadores da utilização de consórcio;

8.8.3. A participação de sociedade cooperativa não será admitida, pela natureza do serviço, conforme disposto na Súmula nº. 281 do Tribunal de Contas da União:

"É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

#### 8.9. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.9.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente

pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.9.5. Prova de inscrição no Cadastro Fiscal do Distrito Federal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.9.6. Prova de regularidade com a Fazenda do Distrito Federal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.9.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.9.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### 8.10. **Qualificação Técnica Profissional**

8.10.1. Dados de identificação e Termo de Responsabilidade Técnica do médico responsável com Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em psiquiatria, bem como dados de identificação e Termo de Responsabilidade Técnica do(a) substituto(a) com a mesma qualificação;

8.10.2. Dados de identificação e Termo de Responsabilidade Técnica dos profissionais que exercem a função de responsável técnico em suas respectivas categorias profissionais no estabelecimento, tais como farmacêutico(a), enfermeiro(a) entre outros;

8.10.3. Declaração contendo a relação dos profissionais da equipe multiprofissional do estabelecimento, devendo esta ser minimamente composta conforme estabelecido na Portaria/GM Nº 336, de 19 de fevereiro de 2002, incluindo formação profissional, carga horária semanal e número de registro no Conselho de Classe de todos os profissionais relacionados no item 5.10.3.

#### 8.11. **Qualificação Técnico Operacional**

8.11.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnica do referido objeto, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa prestou ou vem prestando satisfatoriamente fornecimento de serviços similares ao presente objeto por, no mínimo, 6 meses;

8.11.2. Registro e Licenciamento de Empresas – RLE;

8.11.3. Licença sanitária vigente, válida e compatível com a atividade econômica (CNAE) adequada: 8610-1/01: Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, bem como demais atividades desempenhadas pela empresa em decorrência do objeto;

8.11.4. Registro atualizado do estabelecimento no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES);

8.11.5. Comprovação, por parte da empresa licitante, de que não possui registros de maus-tratos ou violações aos direitos dos pacientes, mediante apresentação de Certidão Judicial de Distribuição (Especial- Ações Cíveis e Criminais- 1ª e 2ª Instâncias), informalmente conhecida como "nada consta" ou "certidão negativa", junto ao órgão competente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT);

8.11.6. Assinatura do Termo de Compromisso e Responsabilidade Contra Maus-Tratos pela empresa através de seus representantes legais (**Apêndice VI**);

8.11.7. Assinatura da Declaração de Pleno conhecimento das condições e exigências relacionadas à execução dos serviços do objeto pela empresa através de seus representantes legais (**Apêndice VII**);

8.11.8. Assinatura da Declaração de Condições do Estabelecimento pela empresa através de seus representantes legais (**Apêndice VIII**);

8.11.9. Assinatura da Declaração Anticorrupção pela empresa através de seus representantes legais (**Apêndice IX**);

8.11.10. Assinatura e preenchimento do Modelo de Proposta (**Apêndice II**);

8.11.11. Plano Terapêutico que descreva suas atividades administrativas e assistenciais;

8.11.12. Escritura do imóvel referente às instalações ou contrato de locação acompanhado de suas respectivas fotos, incluindo instalações internas (recepção, quartos, cozinha, sala para atendimento individual, social e coletivo, sala de recepção, atendimento médico e reuniões, etc.);

8.11.13. Cópia do registro no Conselho Regional Competente da empresa e de todos os membros de sua equipe técnica de acordo com a Declaração que contem a relação dos profissionais do estabelecimento.

## 9. **ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. Os valores estimados para a compra/contratação serão balizados em momento posterior à elaboração deste Termo de Referência, pela área competente para tanto, conforme disposto no Decreto Distrital nº 39.546 (Regimento Interno da SES/DF), seguindo

à metodologia estipulada no Decreto distrital nº 44.330/2023 para pesquisa de preço.

#### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da SES/DF.
- 10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- 10.2.1. Fonte de Recursos: 100 / outros recursos federais captados;
- 10.2.2. Programa de Trabalho: 10.302.6202.4056.0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA FOMENTO DAS REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE-SES-DF;
- 10.2.3. Elemento de Despesa: 3.3.90.39
- 10.3. A modalidade de empenho para a contratação será: **Estimativo**
- 10.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### 11. APÊNDICES

APÊNDICE I - Obrigações da Contratada

APÊNDICE II - Modelo de Proposta

APÊNDICE III - Modelo de Ordem de Serviço

APÊNDICE IV - Declaração de Compromisso

APÊNDICE V - *Checklist* de Vistoria do Estabelecimento de Internação Psiquiátrica para Dependente Químico do Distrito Federal;

APÊNDICE VI - Termo de Compromisso e Responsabilidade contra Maus-Tratos;

APÊNDICE VII - Declaração de Pleno conhecimento das condições e exigências relacionadas à execução dos serviços do objeto;

APÊNDICE VIII - Declaração de Condições do Estabelecimento;

APÊNDICE IX - Declaração Anticorrupção;

APÊNDICE X - Declaração de Incapacidade de Remoção Voluntária

APÊNDICE XI - Relatório de Execução do Serviço

#### 12. DAS ASSINATURAS

O presente Termo de Referência foi elaborado por representantes das unidades a seguir com base no Estudo Técnico Preliminar, acostado ao processo SEIº 00060-00487396/2025-31.

##### **Responsável da área administrativa:**

Gerência de Elaboração dos Instrumentos de Compras e Contratações Assistenciais - **SES/SEAS/SUCOAS/DIPAC/GEICC**

Diretoria de Planejamento e Acompanhamento de Compras e Contratações Assistenciais - **SES/SEAS/SUCOAS/DIPAC**

Subsecretaria de Serviços Complementares e Contratualizações Assistenciais - **SES/SEAS/SUCOAS**

##### **Autoridade Imediatamente Superior pela Aprovação do Termo de Referência:**

Subsecretaria de Saúde Mental - **SES/SEAS/SUSAM**

#### 13. OBSERVAÇÃO

13.1. O Termo de Referência foi elaborado nos termos do Memorando Circular 17 (122173613), com adoção dos modelos elaborados pela União, de maio/2023, disponíveis no link <https://www.gov.br/compras/pt-br/nllc/modelos-de-licitacoes-e-contratos> (aquivo modelo\_tr\_servicos\_sem\_mo\_lei-14-133\_v-maio23). Acessado por esta Gerência de Elaboração dos Instrumentos de Compras e Contratações Assistenciais em: dezembro de 2025.

#### **APÊNDICE I**

#### **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

1 - Articular com os serviços de base comunitária, Centros de Atenção Psicossocial - CAPS, no tratamento dos usuários e familiares durante o período de internação para a continuidade da assistência em saúde após a alta do estabelecimento, podendo ser realizada por discussão dos casos e relatórios multiprofissionais;

2 - Elaborar Projeto Terapêutico Individual para os usuários internados, considerando as demandas individuais avaliadas pela equipe de referência da CONTRATADA e pela equipe multiprofissional do CAPS;

3 - Orientar de forma clara o usuário e/ou o responsável legal sobre o processo de admissão, o Projeto Terapêutico a ser desenvolvido durante o período de internação, bem como as normas e rotinas da instituição, incluindo critérios relativos a visitas e à comunicação com familiares;

4 - Assegurar que as visitas de familiares ou responsáveis legais possam ser realizadas tanto durante a semana quanto aos finais de semana, conforme a disponibilidade e possibilidade da família, garantindo condições adequadas para o encontro, de forma a não restringir as visitas apenas aos finais de semana;

5 - Garantir o atendimento diário ao usuário por, no mínimo, um profissional da equipe técnica do estabelecimento, de acordo com o Projeto Terapêutico Individual;

6 - Garantir, ao longo do período de internação, articulação com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) de ordem a contemplar as demandas pessoais, sociais, familiares, de saúde e educacionais do usuário;

7 - Preparar o usuário para a alta da internação, garantindo sua referência para a continuidade do tratamento em serviço de referência comunitária, Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, com programa de atenção compatível com sua necessidade e sempre com o objetivo de promover a reintegração social e familiar;

8 - Elaborar Relatório Médico de Alta, apresentando o histórico do paciente, evolução do quadro clínico durante todo o período de internação, inclusive no período de prorrogação, quando houver, medicações prescritas e indicação terapêutica com detalhamento das ações realizadas para a alta da internação;

9 - Prestar assistência integral por equipe multiprofissional, por meio de atendimento individual e/ou coletivo, atividades físicas e desportivas, e atividades lúdico-terapêuticas podendo oferecer, como parte das atividades, o uso de instalações físicas voltadas à prática de atividades físicas ou recreativas, tais como piscinas, academias com aparelhos de musculação, quadras esportivas, áreas de lazer ou similares;

10 - Garantir a permanência do usuário em regime de internação de 24 horas por dia, ininterruptamente, durante o período de tratamento, com ou sem o seu consentimento, conforme determinação judicial;

11 - Realizar ou ofertar treinamentos de educação continuada à equipe, de forma a capacitar cada agente de serviço, deixando-o apto a realizar suas atividades. Os treinamentos estarão sob a responsabilidade da CONTRATADA e devem abranger:

- Normas de segurança previstas em atos legais e normativos;
- Boas Práticas e Prevenção de Maus-Tratos;
- Processos de trabalho assistenciais alinhados com as diretrizes da Política Nacional de Saúde Mental e de Segurança do Paciente;
- Os treinamentos realizados deverão ser documentados e apresentados à SES/DF;

12 - Disponibilizar as instalações físicas, conforme os ambientes definidos no Art. 14, da RDC nº 29, de 30 de junho de 2011, minimamente com os ambientes indicados na Descrição da solução como um todo;

13 - Manter as instalações físicas dos ambientes externos e internos em boas condições de conservação, segurança, organização, conforto e limpeza, segundo o Art. 12, da RDC nº 29, de 30 de junho de 2011;

14 - Realizar manutenções preventivas e corretivas periódicas de todos os equipamentos disponíveis, mantendo a documentação comprobatória dessas manutenções;

15 - Interditar os equipamentos danificados, estruturas comprometidas ou condições insalubres que representem riscos à integridade física dos usuários até sua devida regularização. A omissão ou negligência na manutenção, que venha a resultar em acidentes, lesões, doenças ou qualquer tipo de dano físico ou material, será de inteira responsabilidade da contratada, inclusive quanto à indenização por danos causados a terceiros, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no contrato e/ou legislação vigente;

16 - Disponibilizar para cada usuário, durante o período de internação o enxoval de internação e de higiene pessoal, sendo vedada a cobrança dos itens ou qualquer taxa ao usuário ou sua família.

17 - Fornecer alimentação completa, variada e nutricionalmente equilibrada, dividida em seis refeições diárias, que são: desjejum, colação, almoço, lanche, jantar e ceia, observando rigorosamente as necessidades nutricionais, restrições alimentares e possíveis comorbidades de cada usuário;

18 - É obrigatória a oferta de cardápios diversificados, incluindo variação de fontes de proteína animal e/ou vegetal, carboidratos, legumes, verduras, frutas e demais grupos alimentares, sendo vedado o fornecimento repetitivo e contínuo de um único tipo de alimento ou fonte proteica;

19 - A contratada deverá apresentar mensalmente o cardápio elaborado por nutricionista responsável, permitindo ao contratante verificar a diversidade dos alimentos fornecidos. O descumprimento desta cláusula sujeitará a contratada às penalidades previstas neste contrato;

20 - Fornecer os medicamentos necessários ao tratamento de dependência de substâncias psicoativas, ficando a cargo do estabelecimento a responsabilidade quanto à prescrição, dispensação, administração, controle e guarda dos medicamentos, sendo vedada a cobrança de qualquer taxa ao usuário ou sua família;

21 - Privilegiar o uso dos medicamentos disponíveis na Rede Pública de Atenção à Saúde, facilitando a continuidade do tratamento medicamentoso após alta da internação;

22 - Fornecer insumos, equipamentos, materiais e demais itens necessários para a adequada execução das atividades, assegurando o pleno atendimento às necessidades dos usuários;

23 - Promover, sempre que necessário, a adequada remoção do usuário ao estabelecimento da CONTRATADA de forma

segura, por meio de veículo apropriado, com equipe técnica especializada e acompanhamento adequado, em estrita observância às normas de biossegurança e às exigências da vigilância sanitária, para o cumprimento da determinação de internação para tratamento de dependência química em estabelecimento especializado, bem como aos demais serviços da rede de saúde do Distrito Federal, quando os usuários apresentarem intercorrências clínicas decorrentes ou associadas ao uso ou privação de SPA. Isso inclui ainda, os casos em que apresentarem outros agravos à saúde, que necessitem de tratamento hospitalar de caráter ininterrupto e indispensável (por exemplo: quimioterapia, radioterapia, pré-natal);

24 - Garantir todos os meios e o suporte técnico necessários à remoção, incluindo ambulância ou veículo equivalente com equipamentos de segurança, suporte básico de vida e profissionais capacitados, assegurando o manejo adequado do usuário, especialmente diante da possibilidade de resistência e agitação psicomotora, preservando sua integridade física e a de terceiros. A contratada poderá fazer uso de veículo descaracterizado quando necessário, desde que mantenha todos os parâmetros de segurança.

25 - Comunicar imediatamente à SES e à família do paciente qualquer caso de intercorrência clínica ocorrida com o usuário dentro do estabelecimento, bem como qualquer transferência realizada para qualquer unidade de saúde;

26 - Manter carrinho de emergência devidamente equipado situado na sala de atendimento de intercorrências, contendo todos os itens necessários para o atendimento, monitoramento e estabilização dos pacientes;

27 - Permitir o acesso da equipe de fiscalização do contrato da SES bem como do médico e do profissional de nível superior da equipe multiprofissional, pertencentes ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, lotados no CAPS AD, CAPS i ou CAPS I de referência do usuário, aos registros e prontuários, e aos usuários internados, para realizar avaliação e acompanhamento durante o período de internação, com registro no prontuário SES/DF do usuário, visando a construção e fortalecimento do vínculo com o serviço de saúde mental da Rede de Atenção à Saúde da SES/DF;

28 - Fornecer mensalmente à SES/DF de forma individual, junto à Nota Fiscal, Atendimento Terapêutico Familiar, Ordens de Serviço, Ordens de Serviço de Prorrogação, Documento de identificação do usuário, Relatório Multiprofissional de desenvolvimento do tratamento por usuário, elaborado por médico e profissionais de nível superior, em que conste o Plano Terapêutico Individual com os atendimentos e atividades individuais e coletivas, terapêutica medicamentosa e a abordagem familiar, o Espelho da Fatura, Discriminação das despesas médico-hospitalares (quantidade de diárias e valores), Declaração de Incapacidade de Remoção de Caráter Voluntário do usuário a clínica, Declaração do Responsável /familiar dando ciência de que a internação é custeada pela SES/DF.

29 - Apresentar, no prazo de 15 dias após a assinatura do contrato, o Protocolo de Segurança do Paciente e o Protocolo de Manejo da Agitação Psicomotora alinhados com os protocolos da SES/DF, visando um atendimento humanizado e seguro, especialmente nos casos que envolvam contenção física, mecânica e farmacológica dentro do estabelecimento bem como as contenções realizadas fora do estabelecimento nos casos de evasão, visando a readmissão dos usuários ao tratamento no estabelecimento. Os referidos protocolos estarão sujeitos a avaliação da equipe técnica da Subsecretaria de Saúde Mental bem como dos setores competentes da SES DF cuja área técnica considere necessária a avaliação.

30 - Apresentar o(s) modelo(s) da(s) Ficha(s) de Contenção. As fichas deverão ser compostas por no mínimo: justificativa da contenção utilizada, tempo de duração, profissionais responsáveis com as devidas assinaturas, registro de avaliação posterior da conduta. As Fichas de Contenção deverão ser obrigatoriamente preenchidas, assinadas e inseridas no prontuário do paciente sempre que a contenção for realizada, como forma de garantir a rastreabilidade, responsabilização e respeito aos direitos do pacientes.

31 - Manter durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como, as condições de habilitação e qualificação exigidas;

32 - Observar, durante a execução dos serviços contratados, o fiel cumprimento de todas as leis federais, estaduais, distritais e municipais vigentes ou que venham a vigor, sendo responsável pelas infrações que venham a ser cometidas;

33 - Assumir inteira responsabilidade por todas as obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, tributária, fiscal, administrativa e civil, decorrentes da execução do contrato, inclusive aquelas oriundas de atos de seus empregados, prepostos, subcontratados ou terceiros a ela vinculados, não cabendo transferência da inadimplência ou qualquer responsabilidade por seu pagamento ao Distrito Federal. A contratada poderá ser solicitada a apresentar documentação comprobatória.

34 - Arcar com todos os encargos decorrentes de relações de trabalho mantidas com seus colaboradores, tais como salários, férias, 13º salário, encargos previdenciários (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), auxílio transporte e alimentação, adicionais legais, bem como eventuais indenizações trabalhistas ou reclamações judiciais, mesmo que propostas após o término da vigência contratual;

35 - Responder por quaisquer denúncias, fiscalizações, autuações ou penalidades administrativas oriundas de órgãos de controle (tais como Ministério Público, Tribunal de Justiça, Receita Federal, etc.) decorrentes de condutas irregulares praticadas durante a vigência do contrato;

36 - Arcar com eventuais prejuízos causados à Administração Pública em razão de descumprimento das obrigações, inclusive condenações judiciais solidárias, ensejarão o ressarcimento integral ao erário, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

37 - Cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas à prestação dos serviços, responsabilizando-se pela qualidade dos serviços prestados, bem como pela segurança de seus empregados;

38 - Notificar à CONTRATANTE qualquer irregularidade ocorrida durante a execução dos serviços. Caso a situação exija, a CONTRATADA deve acionar os órgãos competentes;

39 - Não possuir, manter ou utilizar espaços restritivos, punitivos, disciplinadores ou quaisquer ambientes similares destinados ao isolamento ou punição de usuários, garantindo que todas as práticas estejam alinhadas aos princípios de dignidade, segurança, acolhimento e respeito aos direitos humanos;

40 - Manter atualizado o cadastro do estabelecimento de saúde no SCNES/MS (Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde). Entende-se por CNES atualizado os registros de todas as alterações relativas a profissionais, equipamentos, leitos, serviços do estabelecimento contratado, e os terceiros (prestadores de serviços assistenciais) da credenciada.

41 - Requisitos documentais aplicáveis às empresas subcontratadas: A Contratada, no caso de subcontratação de serviços,



deverá apresentar, no momento da análise de sua habilitação, os documentos capazes de demonstrar que a subcontratada possui condições de executar a parcela do serviço a ser subcontratada, apresentando a documentação abaixo:

- Declaração do contratante principal assumindo responsabilidade solidária pela subcontratada, atestando que fiscalizará a subcontratada e responderá por eventuais falhas;
- Termo de ciência do contratante sobre a subcontratação, assinada pelas duas partes, atestando que a mesma é capaz de atender a demanda pretendida pela contratada e especificando o objeto a ser subcontratado;
- Declaração de que a subcontratada possui instalações físicas compatíveis com o serviço subcontratado;
- CNPJ válido e ativo da empresa subcontratada, com cadastro regular na Receita Federal;
- Contrato Social ou Ato Constitutivo atualizado da empresa subcontratada;
- Certidões Negativas (FGTS, Tribunais Trabalhistas, INSS, Fazenda Federal/Estadual/Municipal, da Dívida Ativa da União);
- Outras documentações poderão ser exigidas pela banca examinadora, caso necessário.

**APÊNDICE II**  
**MODELO DE PROPOSTA**

(Em papel timbrado da empresa)

À  
**Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal**  
**SRTVN Quadra 701 Conjunto C, S/N, 2º Andar - Edifício PO 700**  
**Asa Norte, Sede da SES/DF - Plano Piloto**  
**CEP: 70.719-020 - Brasília, DF**

**Referência:** Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

Proposta que faz a empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_ estabelecida no(a) \_\_\_\_\_, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de serviço de diária de internação e remoção por estabelecimento em saúde mental que preste assistência a adolescentes e adultos, de ambos os sexos, com transtornos decorrentes do abuso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA), sob mandado judicial de internação psiquiátrica compulsória para o tratamento de dependência química, a usuário residente no Distrito Federal, de forma continuada, conforme condições e especificações deste instrumento.

O valor total de proposta é de \_\_\_\_\_ (em algarismo e por extenso), para a vigência anual do contrato.

Os preços apresentados estão incluídos todas as despesas relativas à entrega, impostos, fornecimento, instalação, manutenção, customização, taxas, fretes, seguros e demais encargos e deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

**PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS:**

ITEM	SERVIÇO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	DIÁRIA DE INTERNAÇÃO				

\_\_\_\_\_  
**Nome do Diretor ou representante legal da empresa**  
**Cargo**  
**CPF nº**

**APÊNDICE III**  
**MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO**

**Ordem de Serviço nº: \_\_\_\_/Ano**

1. DADOS DO USUÁRIO	
Nome Completo	
Data de Nascimento	
CPF/RG	

Endereço Residencial	
Nome do Responsável	
Grau de Parentesco	
Telefone de Contato	
Nº do Processo Judicial	
Consta Ordem Judicial de Internação em Vigência:	( ) Sim ( ) Não
Consta Laudo Médico Solicitando a Internação:	( ) Sim ( ) Não
<b>2. DADOS DA EMPRESA CONTRATADA</b>	
Razão Social	
Endereço	
CNPJ	
Telefone	
E-mail	
Contrato SES Nº	
Processo SEI Nº	
Contrato em vigência:	( ) Sim ( ) Não
Período de vigência/ em prorrogação de	___/___/___ até ___/___/___
<b>3. EXECUÇÃO DO SERVIÇO</b>	
Nº do Processo para Cumprimento da Ordem Judicial na SES-DF	
Prazo de Duração Estabelecido pelo Contrato	Poderá variar de 1 (um) até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, sendo prorrogável por igual período, conforme contrato.
Necessita de Serviço de Remoção:	( ) Sim ( ) Não ( ) Não informado
Local de Remoção	( ) Residência do usuário ( ) Outro:
<b>DECLARAÇÃO DA EMPRESA</b>	
DECLARO que recebi esta Ordem de Execução de Serviço nº. _____, e estou ciente das condições estabelecidas no contrato.	
_____ Representante da Empresa/CPF	
<b>4. AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO:</b>	
( ) AUTORIZO a prestação de serviços. - O serviço de internação e remoção, quando contratado, deverá ser iniciado em até 72 (setenta e duas) horas, contados a partir do recebimento desta ordem de serviço, conforme contrato.	
Gestor(a) Técnico(a) do Contrato _____ / Matrícula nº. _____	
<b>5. CIÊNCIA DA DIRETORIA DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (SES/SEAS/SUSAM/DAPSI)</b>	
( ) CIENTE e DE ACORDO com a internação pelo prazo estabelecido. ( ) CIENTE e em DESACORDO com a situação apresentada. Justificativa no caso de desacordo: _____	
_____ Diretor(a) de Atenção Psicossocial (SES/SEAS/SUSAM/DAPSI)	
<b>6. AVALIAÇÃO MÉDICA DO USUÁRIO</b>	
- Indicação de Internação: ( ) SIM ( ) NÃO - Estabelecimento de Saúde: - Médico Responsável pela Avaliação: - Nº CRM ou Matrícula: - Data da Avaliação Médica:	
<b>7. AVALIAÇÃO MÉDICA DO USUÁRIO POR PROFISSIONAL DE SAÚDE NO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE CONTRATADO:</b>	
- Indicação de Prorrogação de Internação: ( ) SIM ( ) NÃO ( ) NÃO SE APLICA. - Período de Prorrogação: - Estabelecimento de Saúde: - Médico Responsável pela Avaliação: - Nº CRM ou Matrícula: - Data da Avaliação Médica:	

**APÊNDICE IV**

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO**

A empresa \_\_\_\_\_, com sua sede ou filial no Distrito Federal endereço \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, DECLARA QUE no caso de consagrar-se vencedor(a) do certame se compromete a entregar, no momento da assinatura do contrato ou ata, ou da emissão da nota de empenho para fornecimento do produto ou serviço objeto do certame, a documentação de Habilitação Jurídica que consta o item 8 "**FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**" deste Termo de Referência, sob pena de aplicação de penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e normas correlatas e vigentes.

## APÊNDICE V

### CHECKLIST DE VISTORIA DO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA PARA DEPENDENTE QUÍMICO DO DISTRITO FEDERAL

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO:

- a) Nome do estabelecimento: \_\_\_\_\_
- b) Responsável Técnico: \_\_\_\_\_
- c) CNPJ: \_\_\_\_\_
- d) Endereço: UF: \_\_\_\_\_
- e) CEP: \_\_\_\_\_
- f) Telefone: \_\_\_\_\_
- g) E-mail: \_\_\_\_\_

#### 2. NÚMERO DE LEITOS:

Total de Leitos Existentes: \_\_\_\_\_

Feminino \_\_\_\_\_ Masculino: \_\_\_\_\_ Adolescente feminino \_\_\_\_\_ Adolescente masculino \_\_\_\_\_

Leitos Intercorrência Clínica \_\_\_\_\_

#### 3. RECURSOS HUMANOS DA EQUIPE DE ASSISTÊNCIA DO ESTABELECIMENTO, COMPOSIÇÃO MÍNIMA:

CATEGORIA	QUANTITATIVO	CARGA HORÁRIA	CONFORME	NÃO CONFORME
Médico - Clínica Médica	01	24 horas/dia a cada 60 leitos		
Médico - Psiquiatria	01	40 horas/semanais a cada 20 leitos		
Enfermeiro	01 Diurno	12 horas/dia a cada 30 leitos		
	01 Noturno	12 horas/dia a cada 60 leitos		
Técnico/Auxiliar de Enfermagem	02	24 horas/dia a cada 15 leitos		
Psicólogo	01	40 horas/semanais a cada 20 leitos		
Assistente Social	01	20 horas/semanais a cada 30 leitos		
Terapeuta Ocupacional	01	40 horas/semanais a cada 30 leitos		
Nutricionista	01	por Estabelecimento		
Farmacêutico	01	por Estabelecimento		
Educador Físico*	01	20 horas/semanais a cada 30 leitos		

\* O profissional de Educação Física/ Educador Físico será opcional, exceto nos casos em que o estabelecimento possua academia ou piscinas em suas dependências, bem como realize atividades que exijam supervisão; nessas situações, a presença desse profissional torna-se obrigatória.

A CONTRATADA deverá garantir profissionais para cobrir folgas e férias da equipe de assistência, de forma a manter a equipe mínima integralmente no decorrer da execução do Contrato.

( ) Declaração contendo a relação dos profissionais da equipe do estabelecimento, minimamente composta conforme estabelecido no edital.

4. INSTALAÇÕES FÍSICAS GERAIS

4.1. ALAS:

A empresa deve apresentar quatro (4) alas fisicamente separadas, com alojamentos distintos e com estruturas adequadas para a permanência dos usuários, respeitando a separação por faixa etária, sexo e identidade de gênero. É vedada a permanência de adolescentes e adultos nas mesmas alas e alojamentos, bem como de adolescentes do sexo masculino com adolescentes do sexo feminino. As alas devem estar organizadas da seguinte forma:

- ( ) Ala exclusiva para mulheres adultas;
- ( ) Ala exclusiva para adolescentes do sexo feminino;
- ( ) Ala exclusiva para homens adultos;
- ( ) Ala exclusiva para adolescentes do sexo masculino.

4.2. ALOJAMENTOS:

- ( ) quarto coletivo com acomodações individuais e espaço para guarda de roupas e de pertences com dimensionamento compatível com o número de usuários e com área que permita livre circulação;
- ( ) banheiro para usuários dotado de bacia, lavatório e chuveiro com dimensionamento compatível como número de indivíduos;
- ( ) Alojamentos separados para adolescentes e adultos;
- ( ) Alojamentos separados para homens e mulheres, conforme identidade de gênero;

4.3. SETOR DE REABILITAÇÃO E CONVIVÊNCIA:

- ( ) salas de atendimento individual;
- ( ) salas de atendimento coletivo;
- ( ) área para realização de atividades lúdico-terapêutica;
- ( ) área para prática de atividades desportivas;

4.4. SETOR ADMINISTRATIVO:

- ( ) sala de recepção;
- ( ) sala administrativa;
- ( ) área para arquivo das fichas dos usuários;
- ( ) sanitários para funcionários;

4.5. SETOR DE APOIO LOGÍSTICO:

- ( ) cozinha;
- ( ) refeitório;
- ( ) Fornecimento de alimentação dividida em seis refeições diárias, sendo elas: desjejum, colação, almoço, lanche, jantar e ceia, com dieta adequada a eventual restrição nutricional de cada usuário.
- ( ) lavanderia;
- ( ) almoxarifado;
- ( ) área para depósito de material de limpeza;
- ( ) área para abrigo de resíduos sólidos.

Nota: Espaços restritivos/punitivos similares (PT 251/02)? ( ) Sim Não ( ).

4.6 - ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

Condições aparentes de higiene e organização da instalações			
Locais	Boa	Regular	Ruim
Posto de enfermagem			
Leitos			
Banheiros			
Farmácia			
Cozinha, conservação e preparo dos alimentos			
Áreas internas			

Áreas externas			
Espaço para atividades físicas/ desportivas e atividades lúdico-terapêuticas			
Segurança e acesso ao estabelecimento			

#### 4.7 - ENXOVAL DE INTERNAÇÃO E DE HIGIENE PESSOAL

Enxoval e material de higiene pessoal		
Itens	Sim	Não
Dois lençóis adulto		
Fronha de travesseiro		
Travesseiro		
Cobertor antialérgico		
Toalha de banho		
Toalha de rosto		
Sabonetes		
Shampoo		
Escova de dente		
Pasta de dente		

#### 5. COMPROVANTE DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICO OPERACIONAL

- ( ) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa prestou ou vem prestando satisfatoriamente fornecimento de serviços similares ao presente objeto por, no mínimo, 6 meses;
- ( ) Registro e Licenciamento de Empresas – RLE;
- ( ) Licença sanitária vigente, válida e compatível com a atividade econômica (CNAE) adequada: 8610-1/01: Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, bem como demais atividades desempenhadas pela empresa em decorrência do objeto;
- ( ) Registro atualizado do estabelecimento no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES);
- ( ) Comprovação, por parte da empresa licitante, de que não possui registros de maus-tratos ou violações aos direitos dos pacientes, mediante apresentação de Certidão Judicial de Distribuição (Especial- Ações Cíveis e Criminais- 1ª e 2ª Instâncias), informalmente conhecida como "nada consta" ou "certidão negativa", junto ao órgão competente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT);
- ( ) Assinatura do Termo de Compromisso e Responsabilidade Contra Maus-Tratos pela empresa através de seus representantes legais **(Apêndice VI)**;
- ( ) Assinatura da Declaração de Pleno conhecimento das condições e exigências relacionadas à execução dos serviços do objeto pela empresa através de seus representantes legais **(Apêndice VII)**;
- ( ) Assinatura da Declaração de Condições do Estabelecimento pela empresa através de seus representantes legais **(Apêndice VIII)**;
- ( ) Assinatura da Declaração Anticorrupção pela empresa através de seus representantes legais **(Apêndice IX)**;
- ( ) Plano terapêutico que descreva suas atividades administrativas e assistenciais;
- ( ) Escritura do imóvel referente as instalações ou contrato de locação acompanhado de suas respectivas fotos, incluindo instalações internas (recepção, quartos, cozinha, sala para atendimento individual, social e coletivo, sala de recepção, atendimento médico e reuniões, etc.);
- ( ) Cópia do registro no Conselho Regional Competente da empresa e de todos os membros de sua equipe técnica de acordo com a Declaração que contém a relação dos profissionais do estabelecimento.

#### 6. COMPROVANTE DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL

- ( ) Dados de identificação e Termo de Responsabilidade Técnica do médico responsável com Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em psiquiatria, bem como dados de identificação e Termo de Responsabilidade Técnica do(a) substituto(a) com a mesma qualificação;
- ( ) Dados de identificação e Termo de Responsabilidade Técnica dos profissionais que exercem a função de responsável técnico em suas respectivas categorias profissionais no estabelecimento, tais como farmacêutico(a), enfermeiro(a) entre outros;
- ( ) Declaração contendo a relação dos profissionais da equipe multiprofissional do estabelecimento, devendo esta ser minimamente composta conforme estabelecido na Portaria/GM Nº 336, de 19 de fevereiro de 2002, incluindo formação profissional, carga horária

**APÊNDICE VI**

**TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE CONTRA MAUS-TRATOS**

Pelo presente instrumento, eu, \_\_\_\_\_ portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_, e do RG nº \_\_\_\_\_, representante legal da empresa \_\_\_\_\_, com sede no endereço \_\_\_\_\_, na Região Administrativa de \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, declaro, para os devidos fins:

1. Que tenho pleno conhecimento das obrigações contratuais e legais relativas ao trato digno, respeitoso e humanizado no exercício das atividades contratadas;
2. Que me comprometo a adotar práticas éticas, seguras e livres de qualquer conduta que possa ser caracterizada como maus-tratos, violência física, psicológica, sexual, patrimonial, moral, negligência ou omissão dolosa;
3. Que me responsabilizo por orientar, treinar e supervisionar toda a equipe envolvida na execução do contrato, assegurando o cumprimento das normas legais e administrativas aplicáveis;
4. Que assumo total responsabilidade por eventuais atos de meu(s) preposto(s) ou colaboradores que venham a ser apurados como abusivos ou danosos, sujeitando-se às sanções contratuais e legais cabíveis;
5. Que reconheço e aceito as penalidades previstas no contrato em caso de descumprimento, tais como advertência, multa, rescisão contratual e demais sanções previstas na legislação vigente.
6. Que estou ciente das diretrizes éticas, legais e profissionais aplicáveis ao atendimento de pessoas com transtornos mentais graves e persistentes, e que:

**ME COMPROMETO:**

- Respeitar a dignidade, integridade física, emocional e psicológica dos pacientes acolhidos na instituição;
- Não praticar, permitir, ocultar ou ser conivente com qualquer forma de maus-tratos, violência física, psicológica, moral, sexual, patrimonial, negligência, humilhação, discriminação ou qualquer conduta abusiva;
- Tratar todos os pacientes com empatia, respeito, sigilo e profissionalismo, promovendo um ambiente seguro, terapêutico e humanizado;
- Comunicar imediatamente aos órgãos competentes qualquer ocorrência ou suspeita de violação de direitos, condutas abusivas ou tratamento inadequado;
- Atuar em conformidade com a legislação vigente, em especial com:
  - A Lei nº 10.216/2001 (Lei da Reforma Psiquiátrica),
  - O Código de Ética Profissional das respectivas categorias,
  - A Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente),
  - A Lei nº 14.679/23, que altera a Lei Orgânica da Saúde para incluir atenção à identificação de maus -tratos e violência contra crianças e adolescentes,
  - A Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e
  - A Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa).
- Responder administrativa, civil e criminalmente por qualquer ato ou omissão que contrarie os princípios deste Termo, da legislação vigente e da política institucional da empresa.

**DISPOSIÇÕES FINAIS:**

Declaro estar plenamente ciente de que o descumprimento deste Termo poderá resultar em sanções disciplinares, rescisão contratual, bem como responsabilização civil e criminal, conforme a gravidade do ocorrido. Por estar de acordo com todas as cláusulas aqui previstas, firmo o presente Termo de Compromisso e Responsabilidade Contra Maus-Tratos, em duas vias de igual teor, para que produza os efeitos legais.

Brasília - DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Representante Legal da empresa (Nome, assinatura e carimbo da empresa)

\_\_\_\_\_  
Testemunha 1 - Nome/CPF/ Assinatura



**APÊNDICE VII**

**DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DO OBJETO**

REF.: (IDENTIFICAÇÃO DO EDITAL)

A empresa/instituição \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informará que não utilizará essas condições para qualquer questionamento futuro que ensejam avenças técnicas ou financeiras, isentando a Secretaria de Estado de Saúde, de qualquer reclamação e/ou reivindicação nesse sentido.

Brasília, de de

Representante legal da Empresa

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**APÊNDICE VIII**

**DECLARAÇÃO DE CONDIÇÕES DO ESTABELECIMENTO**

REF.: (IDENTIFICAÇÃO DO EDITAL/PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_)

A empresa/instituição \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_,

**DECLARA**, sob as penas da lei, para fins de participação no presente certame, que o Estabelecimento de Internação Compulsória, localizado na Região Administrativa \_\_\_\_\_, **possui plenas condições físicas e estruturais**, pois encontra-se em **bom estado de conservação, segurança e funcionamento, e atende o exigido no Edital supracitado**.

Declara ainda que o estabelecimento estará pronto para uso, com infraestrutura adequada para receber pacientes em regime de internação compulsória, respeitando todas as normas técnicas, sanitárias e de acessibilidade vigentes.

Brasília - DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Representante legal da Empresa

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**APÊNDICE IX**

**DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO**

A Empresa ou Pessoa Jurídica \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede no endereço \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu(sua) representante legal \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_ e RG nº \_\_\_\_\_, DECLARA,

sob as penas da lei, para os devidos fins, que:

1. Tem ciência e cumpre rigorosamente os preceitos da Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira;
2. Adota práticas de integridade, ética e transparência em suas relações com a administração pública e privada;
3. Não oferece, promete, autoriza ou realiza, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a terceira pessoa relacionada a agente público, com a finalidade de obter favorecimento ou qualquer tipo de vantagem indevida;
4. Compromete-se a comunicar imediatamente às autoridades competentes qualquer ato de que venha a ter conhecimento que constitua violação à Lei nº 12.846/2013;
5. Declara que não foi, nem é, objeto de sanções decorrentes de infrações à legislação anticorrupção ou à legislação de improbidade administrativa, nem consta em cadastros de sanções de órgãos de controle, como o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
6. Está ciente de que a falsidade desta declaração poderá acarretar as penalidades legais aplicáveis, inclusive as previstas na referida Lei nº 12.846 /2013.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente declaração para que produza os efeitos legais necessários.

Brasília - DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

Representante legal da Empresa

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

#### **APÊNDICE X**

#### **DECLARAÇÃO DE INCAPACIDADE DE REMOÇÃO VOLUNTÁRIA**

DECLARAÇÃO DE INCAPACIDADE DE REMOÇÃO DE CARÁTER VOLUNTÁRIO DO USUÁRIO AO ESTABELECIMENTO CONTRATADO

Contrato nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_ e do RG nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) à \_\_\_\_\_, na qualidade de \*\* \_\_\_\_\_ \*\* (informar o grau de parentesco ou relação) do(a) usuário \*\* \_\_\_\_\_ \*\*, declaro, para os devidos fins, que:

Em razão do quadro clínico apresentado pelo usuário, caracterizado por risco à própria integridade física e psíquica e/ou a terceiros, tornou-se necessária a realização de Internação Compulsória, conforme determinação legal, com fundamento no art. 6º, inciso III, da Lei nº 10.216/2001, bem como demais normas aplicáveis.

Dessa forma, foi realizada a remoção, devidamente autorizada, conforme Ordem de Serviço nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_, para o Estabelecimento \_\_\_\_\_, especializado no tratamento de pessoas com transtornos decorrentes do uso e abuso de substâncias psicoativas, em regime de internação integral (24 horas).

Declaro, ainda, que a remoção ocorreu em estrita observância as normas legais e éticas, visando exclusivamente à preservação da integridade física, psíquica e da dignidade do(a) usuário.

Responsável:

Brasília/DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Telefone do responsável: \_\_\_\_\_

#### **APÊNDICE XI**

#### **RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

SERVIÇO REFERENTE A OS Nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

À SUBSECRETARIA DE SAÚDE MENTAL (SES/SEAS/SUSAM)

Assunto: Relatório de Execução referente a Ordem de Serviço nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

Usuário: \_\_\_\_\_

O(A) \_\_\_\_\_ (nome do estabelecimento/clínica contratado(a), no cumprimento das obrigações assumidas, vem, por meio deste RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO, informar que o usuário \_\_\_\_\_, Ordem de Serviço nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_, foi admitido no dia \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ para tratamento em regime de internação compulsória, em razão de transtorno mental e comportamental decorrente do uso e abuso de substâncias psicoativas.

Declara-se que o serviço contratado foi devidamente executado, encontrando-se o usuário acolhido no estabelecimento para a prestação de cuidados especializados, conforme os requisitos técnicos, legais e administrativos exigidos.

Brasília – DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

**ANEXO II**

**PLANILHA CONSOLIDADA DE PREÇOS**

**AMPLA CONCORRÊNCIA**

ITEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DE REFERÊNCIA	TOTAL POR ITEM
01	-	16543	Contratação de serviço de diária de internação em estabelecimento especializado em saúde mental que preste assistência a adolescentes e adultos, de ambos os sexos, com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA), sob mandado judicial de internação compulsória para o tratamento de dependência química a usuário residente no Distrito Federal.	Diária	15.334	R\$ 466,5855	R\$ 7.154.622,0570
Valor total Geral				R\$ 7.154.622,06			

**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019**

**M O D E L O**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone n.º \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

**Observações:** Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

**ANEXO IV**

## MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

(em papel timbrado da empresa)

ITEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	DESCRIÇÃO	UN	QTD	Valor de Referencia	TOTAL POR ITEM
xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xx
TOTAL GERAL						xx	

**OBS: Inclusão na Proposta das seguintes informações:**

- Descrição detalhada do item, COM INDICAÇÃO de todas as características dos produtos cotados, com especificações claras e detalhadas, nome comercial.
- Inclusão de toda e qualquer observação necessária ao conhecimento da SES/DF que complementem as especificações mínimas requeridas referentes aos produtos cotados.
- Preço unitário e total da proposta em moeda corrente nacional, expressos em algarismos e por extenso.
- Declaração expressa de que nos preços propostos estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, inclusive tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação, inclusive para a entrega dos materiais no endereço indicado no Edital.
- Declaração expressa de estar de pleno acordo com todas as condições e obrigações constantes do edital e seus anexos.
- Prazo de validade da Proposta não inferior a 90 (noventa) dias.
- Prazo de entrega não superior a ----- (-----) dias corridos, contados na forma prevista no item **12 do Edital.**
- Razão social, endereço completo, telefone, da empresa proponente, CNPJ, nome do banco, agência e nº da conta bancária onde deseja receber os seus créditos.

PREÇO TOTAL DA PROPOSTA R\$: \_\_\_\_\_ (valor por extenso)

VALIDADE DA PROPOSTA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (Não inferior a 90 dias)

RAZÃO SOCIAL: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_ E-MAIL: \_\_\_\_\_

BANCO: \_\_\_\_ AGÊNCIA: \_\_\_\_ CONTA CORRENTE: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

- carimbo padronizado de CNPJ -

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável pela empresa**ANEXO V****MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

**CONTRATO  
ADMINISTRATIVO  
Nº ...../2026-SES-  
DF, QUE FAZEM  
ENTRE SI O  
DISTRITO  
FEDERAL, POR  
INTERMÉDIO DA  
SECRETARIA  
DE ESTADO DE  
SAÚDE, E A  
EMPRESA**  
.....

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS PARTES

1.1. O DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.700/0001-08, com sede no SRTVN Quadra 701 Lote D, 1º e 2º andares, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70719-040 - DF, representada neste ato por **JURACY CAVALCANTE LACERDA JÚNIOR, CPF nº 9xx.xxx.xxx-15**, na qualidade de Secretário de Estado, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, conforme Decreto de 20 de fevereiro de 2025, publicado na Edição Extra nº 16-A do DODF, de 20 de fevereiro de 2025, pg. 1, e a empresa ....., doravante denominada CONTRATADA, CNPJ nº ....., com sede no endereço ....., CEP: ....., e-mail: ....., Telefone: ....., representada por ....., portador (a) do RG ....., inscrito (a) no CPF nº ....., na qualidade de representante legal, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROCEDIMENTO

2.1. O presente Contrato obedece aos termos do Termo de Referência nº 10/2026 (193081296), **Edital de Licitação** (.....), **Proposta da empresa** (.....), da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O Contrato tem por objeto a Contratação de serviço de **DIÁRIA DE INTERNAÇÃO** em estabelecimento especializado em saúde mental que preste assistência a adolescentes e adultos, de ambos os sexos, com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA), sob mandado judicial de internação psiquiátrica compulsória para o tratamento de dependência química, a usuário residente no Distrito Federal, de forma continuada, nos termos do Termo de Referência nº 10/2026 (193081296), **Edital de Licitação** (.....), **Proposta da empresa** (.....), da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023 e alterações posteriores, **que passam a integrar o presente Termo.**

## 4. CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO

### 4.1. REGIME DE EXECUÇÃO

4.1.1. O Regime de Execução do Contrato está disposto no inc. XXVIII, do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, qual seja: **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, por se tratar de execução de serviço por preço certo de unidades determinadas.

### 4.1.2. SUBCONTRATAÇÃO

4.1.3. É vedada a subcontratação total ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: diária de internação por estabelecimento em saúde mental que preste assistência a adolescentes e adultos, de ambos os sexos, com transtornos decorrentes do abuso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA), sob mandado judicial de internação psiquiátrica compulsória para o tratamento de dependência química, a usuário residente no Distrito Federal;

4.1.4. No entanto, é permitida a subcontratação de serviços acessórios ao objeto principal da contratação, tais como: fornecimento de refeições adequadas aos usuários por empresa especializada e serviços de manutenção e/ou limpeza para garantir um ambiente higiênico tanto para os usuários quanto para os profissionais, bem como serviços de lavanderia, desde que realizados por empresa habilitada;

4.1.5. A Contratada, no caso de subcontratação de serviços, deverá apresentar, no momento da análise de sua habilitação, os documentos capazes de demonstrar que a Subcontratada possui condições de executar a parcela do serviço a ser subcontratada, comprovando a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e que cumpre o disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição, além daqueles pertinentes à comprovação de sua qualificação técnica;

4.1.6. A subcontratação não estabelece relação jurídica de natureza contratual entre a Administração e a Subcontratada. O cumprimento das obrigações advindas do contrato administrativo permanece sob exclusiva responsabilidade da Contratada, que responderá integralmente por essas obrigações perante a Administração;

### 4.2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.2.1. A Contratada deverá prestar serviço de diária fornecendo instalações físicas, segurança, enxoval de internação e higiene pessoal, alimentação, equipe técnica multiprofissional, ficando a cargo da Contratada todos os custos decorrentes da execução e manutenção do serviço. O objeto inclui o serviço de remoção do usuário até as dependências do estabelecimento de internação, integrando o próprio serviço contratado de forma indissociável, pois trata-se de uma etapa necessária à efetiva prestação do serviço de internação. A remoção será realizada pela contratada sem qualquer ônus à Contratante, ao usuário ou a seus responsáveis/familiares.

4.2.2. O público alvo, escopo do objeto da contratação, são usuários residentes no Distrito Federal, adolescentes e adultos, de ambos os sexos, com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA), sob mandado judicial de internação compulsória para o tratamento de dependência química, bem como indicação clínica mediante relatório médico atualizado com indicação de internação, ou seja, **o serviço será prestado exclusivamente a usuários residentes no Distrito Federal, uma vez que se destina ao cumprimento de mandados judiciais de internação compulsória emitidos pelo Poder Judiciário local, no âmbito das políticas públicas de saúde e assistência destinadas à população do DF:**

### 4.2.3. Definições:

4.2.3.1. **Diária:** a ocupação de um leito de internação por qualquer período de tempo, até no máximo 24 (vinte e quatro) horas;

4.2.3.2. **Remoção:** o deslocamento do usuário do local onde se encontra, no território do Distrito Federal, para o estabelecimento onde deverá ficar internado;

4.2.4. **A Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, define três modalidades de internação psiquiátrica mediante laudo médico circunstanciado:**

- a) internação voluntária: aquela que se dá com o consentimento do usuário;
- b) internação involuntária: aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro;
- c) **internação compulsória: aquela determinada pela Justiça;**

4.2.5. **Cita também, as condições para a internação psiquiátrica:**

“Art. 4º A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.  
§ 1º O tratamento visará, como finalidade permanente, a reinserção social do paciente em seu meio.  
§ 2º O tratamento em regime de internação será estruturado de forma a oferecer assistência integral à pessoa portadora de transtornos mentais, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer, e outros  
§ 3º É vedada a internação de pacientes portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares, ou seja, aquelas desprovidas dos recursos mencionados no § 2º e que não assegurem aos pacientes os direitos enumerados no parágrafo único do art. 2º.

4.2.6. Por fim, o objeto da contratação refere-se ao conceito de internação compulsória determinada judicialmente a esta Secretaria de Saúde

#### 4.3. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

##### 4.4. **Reunião de alinhamento**

4.4.1. Deverá haver reunião de alinhamento, em até 05 (cinco) dias úteis contados a partir da assinatura do contrato, entre a empresa contratada e os representantes da SES/DF (preposto da empresa, área demandante e área fiscalizadora), a fim de realizar alinhamento quanto a execução do contrato e o fluxo de prestação de contas.

##### 4.5. **Critérios para emissão da Ordem de Serviço (OS)**

4.5.1. A Ordem de Serviço (Vide Apêndice III – Modelo de Ordem de Serviço) deverá conter:

4.5.1.1. Decisão judicial emitida por juiz competente, com o deferimento da tutela de urgência determinando que, o Distrito Federal promova a internação compulsória do usuário para tratamento psiquiátrico de transtornos decorrentes do abuso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA) em instituição especializada adequada a essa finalidade;

4.5.1.2. Relatório médico atualizado (até 90 dias) fundamentando a necessidade de internação do usuário para tratamento, emitido por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina - CRM.

4.5.2. A SUSAM por meio de sua gerência (GSAPSI) recebe a decisão judicial, via processo eletrônico (SEI), com o deferimento da tutela de urgência, determinando que o Distrito Federal promova a internação compulsória do usuário para tratamento psiquiátrico de transtornos decorrentes do abuso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA) em instituição especializada adequada a essa finalidade, junto ao relatório médico atualizado (até 90 dias), fundamentando a necessidade de internação do usuário para tratamento, emitido por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina CRM.

4.5.3. A Ordem de Serviço deverá ser emitida pela SUSAM através da Subcomissão de Fiscalização do Contrato e assinada pelo Gestor Técnico do contrato ou seu substituto por meio do SEI, autorizando a prestação do serviço de internação, bem como assinatura de acordo da Diretoria de Atenção Psicossocial (DAPSI). Após essas assinaturas, a OS será disponibilizada, por meio de assinatura externa no SEI, ao representante legal da empresa;

4.5.4. A contratada deverá atestar o recebimento da Ordem de Serviço (OS), assinada pelo Gestor do Contrato, em conjunto com a Diretoria de Atenção Psicossocial (SES/SEAS/SUSAM/DAPSI), mediante assinatura via SEI através da liberação para assinatura externa que será efetivada e disponibilizada pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após sua disponibilização, informando que recebeu a demanda autorizando a execução do serviço e demonstrando estar ciente das condições estabelecidas no contrato.

##### 4.6. **Início do processo de admissão e internação do paciente**

4.6.1. Após a assinatura da ordem de serviço, a contratada deverá:

4.6.1.1. Contatar o responsável legal do usuário para conduzi-lo ao estabelecimento especializado em saúde mental ou providenciar a remoção de usuário residente no Distrito Federal, exclusivamente dentro dos limites territoriais do DF, para o estabelecimento contratado, sempre que o responsável legal, declarar, por meio da assinatura da “Declaração de Incapacidade de Remoção de Caráter Voluntário do Usuário ao Estabelecimento Contratado”, que não possui condições de realizar a remoção por conta própria, de forma que a efetivação da internação se dê no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos após ser notificada pela Contratante;

4.6.1.2. A Contratada deverá garantir todos os meios e o suporte técnico necessários à remoção, incluindo ambulância ou veículo equivalente com equipamentos de segurança, suporte básico de vida e profissionais capacitados, assegurando o manejo adequado do usuário, especialmente diante da possibilidade de resistência e agitação psicomotora, preservando sua integridade física e a de terceiros. A contratada poderá fazer uso de veículo descaracterizado quando necessário, desde que mantenha todos os parâmetros de segurança.

4.6.1.3. Informar a Contratante por meio de Relatório de Execução (Apêndice XI) para cada tentativa ou efetivação da Ordem de Serviço de internação compulsória, contendo a hora, o local, a(s) diligência(s) e o(s) contato(s) efetuado(s), e enviar para a Contratante no prazo de até 3 (três) dias corridos após a busca;

4.6.1.4. Iniciar o período de diárias por ocupação de leito a partir do momento da internação do usuário;



4.6.1.5. No momento da admissão, a Contratada deverá realizar a apresentação do procedimento de internação ao usuário e/ou responsável legal, explicando de forma clara e objetiva as rotinas institucionais e os procedimentos relacionados a visitas e formas de contato com familiares;

4.6.1.6. Após a definição do Projeto Terapêutico Individual, a equipe multiprofissional deverá iniciar o registro sistemático da evolução clínica, social e terapêutica do usuário, consolidando essas informações em Relatório Multiprofissional. Esse relatório, que deverá ser elaborado por médico e profissional de nível superior, acompanhará o desenvolvimento do tratamento ao longo da internação do usuário e deverá conter o Plano Terapêutico Individual com os atendimentos e atividades individuais e coletivas, terapêutica medicamentosa e a abordagem familiar;

4.6.1.7. O prazo máximo de internação estabelecido será de até 45 (quarenta e cinco) diárias, podendo ser prorrogado, se necessário, por igual período, conforme evolução clínica do quadro que motivou a internação, mediante reavaliação por um médico e um profissional de nível superior da equipe multiprofissional, pertencentes ao quadro de pessoal da SES-DF, lotados no CAPS de referência, não ultrapassando 90 diárias por usuário no período;

4.6.1.8. Excepcionalmente a avaliação de prorrogação poderá ser realizada por um médico e um profissional de nível superior da equipe multiprofissional de referência da CONTRATADA, quando indicada a inviabilidade de avaliação pela equipe do CAPS dentro do prazo estipulado. Nesses casos, deverá ser elaborado Relatório Médico solicitando prorrogação, apresentando o histórico do paciente, evolução do quadro clínico durante o período de internação, medicações prescritas e indicação terapêutica com detalhamento das ações realizadas para o plano de alta.

#### **4.7. Quanto à alta**

4.7.1. A alta do usuário será autorizada mediante avaliação médica observando critérios técnicos definidos em Projeto Terapêutico Individual (PTI), respeitado o prazo máximo contratual estabelecido;

4.7.2. A Contratada deverá elaborar Relatório Médico de Alta, contendo histórico clínico, evolução do quadro clínico durante a internação, medicações prescritas, indicação terapêutica com detalhamento das ações realizadas para a alta da internação;

4.7.3. Deverá preparar o usuário para a alta e garantir a articulação com o CAPS de referência do usuário, formalizada por meio de encaminhamento documentado, assegurando a continuidade do cuidado em serviços comunitários da Rede de Atenção Psicossocial;

4.7.4. Deverá orientar o usuário e/ou familiares quanto ao plano de continuidade do cuidado, incluindo acompanhamento psicossocial e adesão medicamentosa, quando indicado.

#### **4.8. Quanto a não efetivação da internação**

4.8.1. Caso não seja possível efetivar a internação, fornecer “Relatório de Execução” à CONTRATANTE informando que não foi possível efetivar a internação, devendo a CONTRATANTE comunicar os órgãos judiciais para as devidas providências;

4.8.2. Caso o usuário não seja localizado pela CONTRATADA dentro do prazo de 7 (sete) dias, a Ordem de Serviço será considerada expirada, sem efeito e automaticamente invalidada;

4.8.3. Caso o usuário venha a ser localizado após o prazo estabelecido, seja por iniciativa da família, por comparecimento espontâneo à clínica ou por qualquer outra forma que não envolva ação direta da CONTRATADA após o vencimento do prazo, caberá à CONTRATANTE, se ainda houver interesse no atendimento, emitir uma nova Ordem de Serviço para dar continuidade ao processo, desde que o relatório médico emitido esteja dentro do prazo de 90 dias.

#### **4.9. Quanto às intercorrências**

4.9.1. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE e ao responsável legal do usuário qualquer intercorrência clínica relevante ou transferência para outra unidade de saúde, bem como as medidas adotadas para estabilização do quadro;

4.9.2. Em casos de contenção, deverá ser adotado o procedimento previsto no Protocolo de Segurança do Paciente e o Protocolo de Manejo da Agitação Psicomotora da SES/DF adequando-se as particularidades do serviço, além das “Fichas de Contenção”, conforme descrito nas Obrigações da Contratada, garantindo o preenchimento integral, assinaturas dos profissionais responsáveis e inserção no prontuário do paciente;

4.9.3. Nos casos que demandem atendimento hospitalar especializado, caberá à CONTRATADA providenciar a remoção do paciente, garantindo a continuidade do tratamento após a alta hospitalar;

4.9.4. Todas as intercorrências deverão ser adequadamente registradas em prontuário.

#### **4.10. Quanto à evasão do paciente**

4.10.1. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à SES/DF e ao responsável legal do usuário qualquer ocorrência de evasão, registrando o fato em Relatório de Notificação de Evasão, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o ocorrido;

4.10.2. Persistindo a ausência do usuário por período superior a 24 (vinte e quatro) horas, a contratada deverá registrar Boletim de Ocorrência junto à autoridade policial competente e encaminhar cópia do documento à contratante de forma imediata;

4.10.3. Deverá adotar medidas de busca ativa em articulação com os órgãos de segurança, família e com o CAPS de referência;

4.10.4. Adicionalmente, informa-se que todas as ocorrências de evasão deverão ser consolidadas em relatórios mensais encaminhados à CONTRATANTE, para fins de acompanhamento da execução contratual e eventual adoção de medidas administrativas.

#### **4.11. Quanto à estrutura física**

4.11.1. A empresa deve apresentar quatro (4) alas fisicamente separadas, com alojamentos distintos e com estruturas adequadas para a permanência dos usuários, respeitando a separação por faixa etária, sexo e identidade de gênero. É vedada a permanência de adolescentes e adultos nas mesmas alas e alojamentos, bem como de adolescentes do sexo masculino com

adolescentes do sexo feminino. As alas devem estar organizadas da seguinte forma:

- a) Ala exclusiva para mulheres adultas;
- b) Ala exclusiva para adolescentes do sexo feminino;
- c) Ala exclusiva para homens adultos;
- d) Ala exclusiva para adolescentes do sexo masculino.

4.11.2. É vedado o compartilhamento de ambientes entre adultos e menores ou entre pessoas de sexo distinto salvo em situações temporárias de comemorações, confraternizações e/ou atividades coletivas. A empresa deverá manter controle e supervisão das alas. A empresa deve disponibilizar as instalações físicas em conformidade com os ambientes estabelecidos no Art. 14, da RDC nº 29, de 30 de junho de 2011, contemplando, no mínimo, os seguintes ambientes:

4.11.2.1. **Alojamento:**

- a) quarto coletivo com acomodações individuais e espaço para guarda de roupas e de pertences com dimensionamento compatível com o número de usuários e com área que permita livre circulação;
- b) banheiro para usuários dotado de bacia, lavatório e chuveiro com dimensionamento compatível com o número de indivíduos;
- c) Deve-se assegurar que cada alojamento possua estrutura mínima capaz de garantir segurança, privacidade, ventilação, iluminação, higiene e acessibilidade.

4.11.2.2. **Setor de Reabilitação e Convivência:**

- a) salas de atendimento individual;
- b) salas de atendimento coletivo;
- c) área para realização de atividades lúdico-terapêuticas;
- d) área para prática de atividades físicas e/ou desportivas;

4.11.2.3. **Setor Administrativo:**

- a) sala de recepção;
- b) sala administrativa;
- c) área para arquivo das fichas dos usuários;
- d) sanitários para funcionários;

4.11.2.4. **Setor de Apoio Logístico:**

- a) cozinha;
- b) refeitório;
- c) lavanderia;
- d) almoxarifado;
- e) área para depósito de material de limpeza;
- f) área para abrigo de resíduos sólidos.

4.11.2.5. **Quarto:**

- a) Dois lençóis adulto;
- b) Fronha de travesseiro;
- c) Travesseiro;
- d) Cobertor antialérgico;
- e) Toalha de banho;
- f) Toalha de rosto.

4.11.2.6. **Higiene pessoal:**

- a) sabonetes;
- b) shampoo;
- c) escova de dente;
- d) pasta de dente.

4.11.3. A empresa deverá possuir carrinho de emergência situado na sala de atendimento de intercorrências contendo todos os itens necessários para o atendimento, monitoramento e estabilização dos pacientes.

4.12. **Quanto aos profissionais**

4.12.1. A Contratada deverá manter recursos humanos em período integral, em número compatível com as atividades desenvolvidas, garantindo equipe médica 24 horas por dia, 7 dias por semana, conforme Art. 9º, da RDC nº 29, de 30 de junho de 2011;

4.12.2. A empresa deverá prestar assistência integral, por meio de atendimento individual e/ou coletivo, atividades físicas e/ou desportivas, e atividades lúdico-terapêuticas, garantindo o manejo terapêutico dos quadros de intoxicação aguda e abstinência do uso de álcool e outras drogas;

4.12.3. A equipe técnica multiprofissional deverá ser minimamente composta, conforme estabelecido na Portaria/GM N° 336, de 19 de fevereiro de 2002:

CATEGORIA	QUANTITATIVO	CARGA HORÁRIA
Médico - Clínica Médica	01	24 horas/dia a cada 60 leitos
Médico - Psiquiatria	01	40 horas/semanais a cada 20 leitos
Enfermeiro	01 Diurno	12 horas/dia a cada 30 leitos
	01 Noturno	12 horas/dia a cada 60 leitos
Técnico/Auxiliar de Enfermagem	02	24 horas/dia a cada 15 leitos
Psicólogo	01	40 horas/semanais a cada 20 leitos
Assistente Social	01	20 horas/semanais a cada 30 leitos
Terapeuta Ocupacional	01	40 horas/semanais a cada 30 leitos
Nutricionista	01	por Estabelecimento
Farmacêutico	01	por Estabelecimento
Educador Físico*	01	20 horas/semanais a cada 30 leitos
* O profissional de Educação Física/ Educador Físico será opcional, exceto nos casos em que o estabelecimento possua academia ou piscinas em suas dependências, bem como realize atividades que exijam supervisão; nessas situações, a presença desse profissional torna-se obrigatória.		

#### 4.13. Procedimentos de transição e finalização do contrato

4.13.1. Para garantir a continuidade da prestação dos serviços de internação compulsória, durante o período de substituição da empresa atualmente contratada por nova prestadora, deve-se assegurar a continuidade integral da assistência aos usuários em tratamento, de modo a evitar qualquer interrupção nos serviços ou prejuízo à execução das determinações judiciais vigentes. A transferência de pacientes ocorrerá somente após avaliação técnica da equipe de saúde da nova contratada para admissão dos usuários;

4.13.2. A contratada atual deverá disponibilizar à nova contratada todos os registros clínicos, relatórios técnicos e informações operacionais pertinentes, observadas as normas de sigilo profissional e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018). A nova contratada deverá garantir a guarda e o tratamento adequado dessas informações, mantendo a continuidade das ações terapêuticas em curso;

4.13.3. O período estimado para a transição será de até **15 (quinze) dias** a contar da assinatura do novo contrato, podendo ser ajustado conforme a complexidade dos serviços e o número de pacientes atendidos.

### 5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1. O valor total do Contrato é de **R\$ .....**, em procedência ao Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual.

**TABELA COM VALORES**  
**XXXXXXXXX**

#### 5.2. Reajuste contratual

5.2.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 06/03/2026.

5.2.2. O **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE)** será o índice de reajuste aplicável, ou qualquer outro índice oficial que venha a sucedê-lo.

5.2.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.2.4. O reajuste será realizado por apostilamento.

### 6. CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Secretaria deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

<b>I</b>	Unidade Orçamentária:	
<b>II</b>	Programa de Trabalho:	

<b>III</b>	Natureza de Despesa:	
<b>IV</b>	Fonte de Recursos:	
<b>V</b>	Valor Inicial:	
<b>VI</b>	Nota de Empenho:	
<b>VII</b>	Data de Emissão:	
<b>VIII</b>	Evento:	
<b>IX</b>	Modalidade:	

6.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### 7.1. Instrumento de Medição de Resultados (IMR)

7.1.1. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e as respectivas adequações de pagamento, sendo que um dos seus principais objetivos é a busca da eficiência com o estabelecimento de procedimentos e condições que permitam e estimulem a melhoria constante dos serviços prestados.

7.1.2. O IMR trata-se de uma disposição, pactuada entre a Contratante e a Contratada, que definem critérios objetivos de mensuração de resultados, preferencialmente pela utilização de ferramenta informatizada, que possibilite a Administração verificar se os resultados contratados foram realizados nas quantidades e qualidades exigidas, e adequar o pagamento aos resultados efetivamente obtidos, subsidiando a fiscalização técnica do contrato, para aferição da qualidade da prestação dos serviços e bem como a aplicação de sanções contratuais cabíveis.

7.1.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços;

7.1.4. O IMR deverá subsidiar a fiscalização técnica do contrato, para aferição do nível de qualidade da prestação dos serviços e bem como a aplicação de sanções contratuais cabíveis. Para essa contratação, será avaliado os critérios abaixo:

I - **Conservação adequada do estabelecimento:** Este critério de análise mede o grau de adequação das condições físicas, ambientais e operacionais da instituição, com base em verificação direta da limpeza, organização, funcionalidade dos ambientes e conservação estrutural mínima, essenciais ao acolhimento e bem-estar dos usuários.

II - **Registro e notificação de evasões ocorridas no período por usuários internados pela SES durante o tratamento no estabelecimento:** Este critério de análise mede a frequência com que os pacientes deixam a clínica de internação compulsória para dependência química sem autorização e se está ocorrendo o registro e notificação correta dessas evasões. O objetivo é avaliar a eficácia das medidas de segurança e monitoramento, bem como a adequação dos cuidados prestados aos pacientes.

III - **Percentual de Plano Terapêutico Individual mensal elaborado:** Este critério de análise visa avaliar a eficácia, qualidade e regularidade na elaboração dos Planos Terapêuticos, permitindo verificar as atualizações, participação da equipe e do usuário na elaboração, se possuem metas objetivas e registram resultados alcançados, servindo como ferramenta de monitoramento, avaliação e melhoria contínua do cuidado prestado.

IV - **Percentual de Plano de Alta articulado com o CAPS de referência dos usuários:** Este critério de análise visa avaliar o processo de transição do paciente após a alta do tratamento, verificando se a contratada elaborou o plano de alta devidamente articulado e compartilhado junto ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de referência para todos os pacientes internados.

V - **Percentual de contatos e ações de articulação com a família/responsável legal:** Este critério de análise objetiva avaliar o envolvimento da família ou do responsável legal no processo de tratamento do usuário, medindo a proporção de pacientes para os quais houve articulação efetiva com a família ou o responsável legal durante o período mensal de atendimento.

VI - **Percentual de adoção de boas práticas e prevenção de maus-tratos:** Este critério de análise pretende monitorar e avaliar a aplicação de protocolos, procedimentos e condutas que garantam a integridade física e emocional dos usuários, prevenindo situações de negligência, violência, abuso ou qualquer outra forma de tratamento desrespeitoso, servindo como uma ferramenta da gestão da qualidade, possibilitando identificar falhas, reforçar capacitações, implementar medidas preventivas e assegurar que o cuidado prestado esteja alinhado com os princípios éticos, legais e de direitos humanos.

7.1.5. Cabe à fiscalização a aplicação do relatório de análise do IMR em visitas à instituição contratada, utilizando os critérios estabelecidos no quadro abaixo, garantindo maior transparência, padronização e objetividade na avaliação da prestação dos serviços, contribuindo diretamente para a boa gestão contratual e o alcance dos resultados esperados:

Indicador	Item Verificado	Critério de Verificação	Pontuação
	Ambientes internos limpos e organizados (salas, corredores, recepção)	Ambientes higienizados e organizados	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Banheiros limpos, com sanitários funcionais e insumos	Todos os itens disponíveis e em uso	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto

1 Conservação adequada do estabelecimento	Cozinha e refeitório limpos, com organização mínima (sem acúmulo de lixo, restos de comida expostos)	Organização e higiene adequadas	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Quartos com camas individuais em bom estado	Todas as camas e colchões em bom estado	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Roupas de cama limpas e disponíveis	Para todos os usuários	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Ventilação adequada com ausência de mofo, infiltrações ou bolor visível	Ambientes salubres, ventilados e sem mofo	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Iluminação funcional e adequada nos ambientes	Circulação de luz natural /artificial funcional	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Área externa limpa e livre de entulhos ou materiais perigosos	Sim	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Ausência de sinais evidentes de infestação de pragas	Sem sinais	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Armazenamento seguro de produtos de limpeza e medicamentos	Em local separado, seguro e identificado	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Lixo acondicionado corretamente e coleta regular	Presença de lixeiras com tampa e coleta visível	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Condições básicas de acessibilidade nos espaços comuns	Acessibilidade garantida nos ambientes principais, com corrimãos, rampas (se necessário)	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
2 Registro e notificação de evasões ocorridas no período por usuários internados pela SES durante o tratamento no estabelecimento	Relatório com registro de evasões ocorridas no período	Relatórios completos e consistentes	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Notificação correta das evasões a SES, familiares e autoridades judiciais em sistema oficial	Comunicadas à SES, familiares, autoridades judiciais e documentadas	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Frequência de evasões ocorridas	Nenhuma evasão no mês = 1 ponto Ocorrência de evasão = 0 ponto	1 ponto / 0 ponto
3 Plano Terapêutico Individual mensal elaborado	Existência de PTS individual para cada usuário	Registrado no prontuário	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Atualização mensal do plano	Reavaliação a cada 45 dias ou conforme evolução clínica	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Participação multiprofissional no plano	Assinaturas/registro de vários profissionais	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Inclusão de metas objetivas e alcançáveis	Sim	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Registro do nível de adesão do plano pelo usuário	Observações claras sobre participação	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
4 Plano de Alta articulado com o CAPS de referência dos usuários	Elaboração do plano de alta e encaminhamento formal ao CAPS de referência antes da saída do paciente	Registro/confirmação documental com data anterior à alta	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Orientações dadas ao paciente e/ou familiar	Registro de orientações ou assinatura de recebimento	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
5 Contatos e ações de articulação com a família /responsável legal	Orientações dadas ao paciente e/ou familiar	Registro de orientações ou assinatura de recebimento	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Reunião familiar registrada em prontuário	Assinaturas ou registros de presença	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Contato com familiar/responsável em momentos-chaves	Ligação, reunião ou visita documentada	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Tratamento respeitoso e não discriminatório por parte da equipe	Observações diretas e relatos sem registros de linguagem ofensiva	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Existência de canal para denúncia de maus-tratos acessível aos pacientes	Caixa de sugestões, contato com Ouvidoria, mediador etc.	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto

6 Adoção de boas práticas e prevenção de maus-tratos	Registro e apuração de todas as queixas relacionadas a maus-tratos	Documentação formal com providências adotadas	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Realização de rodas de conversa ou escutas qualificadas com os usuários	Frequência mensal registrada	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Sinais de negligência, punição ou isolamento indevido dos pacientes	Ausência de práticas como castigo, falta de atenção, exclusão	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Preservação da privacidade em atendimentos e cuidados pessoais	Sim	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Não ocorrência de contenção física sem justificativa técnica	Indicação médica e preenchimento da(s) Ficha(s) de Contenção	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Relacionamento interpessoal respeitoso entre equipe e usuários	Observações, entrevistas ou feedback dos usuários	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Comprovantes e/ou registros de capacitação da equipe	Comprovante e/ou registros	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto

7.1.6. O Fiscal Técnico deverá levantar o resultado dos indicadores e preencher o resumo abaixo:

TABELA DE DESCONTO			
Indicadores	Conforme	Parcialmente conforme	Não conforme
1 - Conservação adequada do estabelecimento	12	8 a < 12	< 8
2 - Registro e notificação de evasões ocorridas no período por usuários internados pela SES durante o tratamento no estabelecimento	3	2 a < 3	< 2
3 - Plano Terapêutico Individual mensal elaborado	5	3 a < 5	< 3
4 - Plano de Alta articulado com o CAPS de referência dos usuários	2	1,5 a < 2	< 1,5
5 - Contatos e ações de articulação com a família/responsável legal	3	2 a < 3	< 2
6 - Adoção de boas práticas e prevenção de maus-tratos	9	6 a < 9	< 6

7.1.7. Após a aplicação do relatório de IMR, deverão ser somados os valores para cada critério de análise, aplicando-se os descontos conforme abaixo:

- Não haverá desconto para pontuação maior ou igual a 24 pontos, resultante da soma dos indicadores;
- Haverá desconto de 1% para pontuação entre 18,5 a 23,5 pontos;
- Haverá desconto de 5% para pontuação inferior ou igual a 18 pontos.

7.1.8. Os descontos serão calculados sobre a Nota Fiscal correspondente ao mês em que for constatado o descumprimento dos indicadores, devendo o abatimento ser efetuado no mês em que a análise for concluída;

7.1.9. Havendo algum indicador não conforme, a empresa deverá ser notificada pela equipe de fiscalização do contrato, para apresentação do plano de ação para melhoria ou solução das causas do não atingimento da meta do indicador;

7.1.10. Não haverá a incidência de bônus ou pagamentos adicionais para os casos em que a CONTRATADA superar as metas previstas, ou caso seja necessária a alocação de maior número de profissionais para o alcance das metas. E a superação de uma das metas não poderá ser utilizada para compensar o não atendimento de outras metas no mesmo período, bem como o não atendimento da mesma meta em outro período;

7.1.11. Caberá ao gestor do contrato e fiscal técnico a identificação de cumprimento do contrato, encaminhando os achados para avaliação quanto a aplicação de penalidades, conforme o caso;

7.1.12. A Contratada poderá receber notificação, quando não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

7.1.13. A comissão fiscalizadora realizará avaliações para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços, encaminhando notificações à contratada para correção das falhas detectadas, havendo recorrência de inadequações ou não resolução de pendências por parte da contratada deverá realizar a identificação de cumprimento parcial do contrato, encaminhando os achados para avaliação quanto a aplicação de penalidades, conforme o caso;

7.1.14. É facultada a SES/DF, a qualquer momento e sem aviso prévio, a promoção de diligência, destinada a fiscalizar, esclarecer ou a completar a instrução do processo.

## 7.2. Critérios objetivos para a glosa

7.2.1. A Glosa é uma recusa de pagamento de um serviço ou procedimento prestado por um hospital ou clínica. Pode ser parcial ou total. Os principais motivos de glosas serão listados abaixo. Entretanto, considerando que não é possível esgotar todas as situações possíveis, casos excepcionais poderão ser revistos;

7.2.2. Serão motivos de glosa por parte da CONTRATANTE:

- 7.2.2.1. Valores em discordância aos pactuados;
- 7.2.2.2. Diárias cobradas além do período de internação efetivamente registrado;
- 7.2.2.3. Diárias cobradas além do período estipulado na Ordem de Serviço;
- 7.2.2.4. Cobrança referente a serviços e/ou fornecimento de insumos (materiais, medicamentos, exames, dietas, entre outros);
- 7.2.2.5. Cobranças por serviços ou procedimentos não autorizados pela CONTRATANTE ou que estejam fora do escopo do contrato;
- 7.2.2.6. Atendimento diferente do pactuado;
- 7.2.2.7. Diárias cobradas a mais nos períodos em que o paciente se encontrava em outro estabelecimento de saúde ou em casos de evasão, não estando, portanto, sob cuidados na clínica. Não haverá pagamento referente a dias em que não houve efetiva permanência do paciente na instituição;
- 7.2.2.8. Duplicidade de cobrança.

7.2.3. A CONTRATADA disponibilizará a documentação de comprovação dos gastos, apresentação da prestação de contas por paciente, onde conste o Relatório Multiprofissional de desenvolvimento do tratamento por usuário, elaborado por médico e profissionais de nível superior, em que conste o Plano Terapêutico Individual com os atendimentos e atividades individuais e coletivas, terapêutica e medicamentosa, juntamente com a Fatura para o processo de liquidação. Não cumprida essa exigência, a CONTRATANTE devolverá o respectivo Processo para ser reapresentado no mês posterior;

7.2.4. A CONTRATANTE deverá verificar a liquidação das contas apresentadas. Havendo, na conta, algum item ou valor divergente, a CONTRATANTE deverá apresentar à CONTRATADA, por escrito, o relatório de Glosa;

7.2.5. A CONTRATADA, em caso de discordância com os valores glosados pelo CONTRATANTE, terá prazo de 30 (trinta) dias para recorrer da glosa, também por escrito, em formulário próprio, com a devida justificativa de revisão do valor ou valores glosados;

7.2.6. O recurso de Glosa supracitado, apresentado tempestivamente pela CONTRATADA, será deferido ou não pelo CONTRATANTE com a devida justificativa;

## 7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. A prestação dos serviços, assim como efetivação do pagamento deverá ocorrer por utilização de diárias efetivamente utilizadas, haja vista, a natureza e a disponibilização da necessidade do serviço, objeto desta contratação. Será efetuado repasse mensal proporcional ao número de diárias utilizadas pelos usuários.

7.3.2. Para efeitos de pagamento, deverá ser enviado pela empresa as seguintes documentações:

- a) Apresentação da prestação de contas por paciente, onde conste o Relatório Multiprofissional de desenvolvimento do tratamento por usuário, elaborado por médico e profissionais de nível superior, em que conste o Plano Terapêutico Individual com os atendimentos e atividades individuais e coletivas, terapêutica e medicamentosa;
- b) Apresentação da Nota fiscal referente as diárias utilizadas;
- c) Espelho da fatura;
- d) Atendimento Terapêutico Familiar por paciente;
- e) Ordens de Serviço por paciente;
- f) Ordens de Serviço de Prorrogação por paciente;
- g) Documento de identificação do usuário;
- h) Discriminação das despesas médico-hospitalares (quantidade de diárias e valores);
- i) Declaração de Incapacidade de Remoção de Caráter Voluntário do usuário a clínica;
- j) Declaração do Responsável /familiar dando ciência de que a internação será custeada pela SES/DF.

7.3.3. Se, por qualquer motivo, alheio à vontade da CONTRATANTE for paralisada a prestação dos serviços, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

## 7.4. Do recebimento

7.4.1. Os serviços serão recebidos **PROVISORIAMENTE**, no prazo de **15 (quinze) dias**, pelos Fiscais Técnicos, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo;

7.4.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga;

7.4.2.1. O Fiscal Técnico do Contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico;

7.4.2.2. O Fiscal Administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo



detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo;

7.4.2.3. O Fiscal Setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo;

7.4.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o Fiscal Técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.4.4. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.4.5. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

7.4.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Contrato e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

7.4.7. Os serviços serão recebidos **DEFINITIVAMENTE** no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da Nota Fiscal, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação da prestação, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.4.7.1. Caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.4.7.2. Verificar a Nota Fiscal ou Fatura apresentada pela empresa, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.4.7.3. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.4.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

7.4.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança;

7.4.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;

7.4.11. Se, por qualquer motivo, alheio à vontade da CONTRATANTE for paralisada a prestação dos serviços, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

## 7.5. **Liquidação**

7.5.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação;

7.5.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.5.2.1. O prazo de validade;

7.5.2.2. A data da emissão;

7.5.2.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.5.2.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.5.2.5. O valor a pagar; e

7.5.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.5.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

7.5.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.5.5.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

7.5.5.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.5.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

7.5.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.5.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

7.5.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### 7.6. Prazo de pagamento

7.6.1. No dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para pagamentos das compras/contratações da pasta;

7.6.2. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior;

7.6.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária.

#### 7.7. Forma de pagamento

7.7.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

7.7.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

7.7.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

7.7.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

7.7.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### 7.8. Cessão de crédito

7.8.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.8.2. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.8.3. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.8.4. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#);

7.8.5. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos);

7.8.6. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

### 8. CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1. A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, PRORROGÁVEL por até 120 (cento e vinte) meses, na forma dos artigos 105 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021;

### 9. CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA

9.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no valor de **R\$ .....**, percentual de 2% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

9.2. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 05 dias úteis dias após a assinatura do contrato.

9.3. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato, de forma que o marco para início da contagem do prazo é a data da homologação da contratação direta, por entendimento análogo ao explícito no §3º do art. 145, da Lei nº 14.133/2021.

### 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

10.1. Emitir “Aceite” do serviço a cada entrega, conferindo se o mesmo está de acordo com a especificação exigida no edital;

10.2. Efetuar pagamentos devidos, nas condições estabelecidas neste contrato, de acordo com as normas financeiras e

orçamentárias do DF;

- 10.3. Fornecer e colocar à disposição da empresa Contratada todos os elementos e informações que fizerem necessárias à execução do objeto;
- 10.4. Verificar se a execução dos serviços prestados, demonstrada por meio informações/relatórios apresentados pela Contratada, foi realizada com observação às disposições pertinentes ao Contrato, implicando o cancelamento do pagamento em caso negativo;
- 10.5. Fiscalizar a realização dos serviços podendo solicitar providências à Contratada, que atenderá ou justificará de imediato qualquer pendência que possa surgir;
- 10.6. Exigir que sejam atendidos todos os requisitos e obrigações de manutenções preventivas e corretivas estabelecidas neste contrato;
- 10.7. Cumprir fielmente o Contrato de modo que a Contratada possa realizar o fornecimento e a prestação dos serviços com esmero e perfeição;
- 10.8. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no serviço;
- 10.9. Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos da sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do objeto do contrato;
- 10.10. Fiscalizar a entrega do serviço podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer caso haja qualquer divergência entre o serviço entregue e as condições e exigências fora das especificações deste Contrato e do Termo de Referência;
- 10.11. Especificar os itens do objeto conforme este Contrato;
- 10.12. Estabelecer atesto de notas fiscais após análise técnica dos serviços prestados pela Contratada, configurando tal etapa como critério para o recebimento e pagamento do serviço contratado;
- 10.13. As decisões e providências que ultrapassem a competência do servidor ou comissão de recebimento/execução do serviço deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes à Administração.

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

- 11.1. **A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste documento, seus Apêndices e sua proposta, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da perfeita execução do objeto;**
- 11.2. **Executar os serviços de acordo com as especificações estabelecidas neste Contrato e seus Apêndices;**
- 11.3. Articular com os serviços de base comunitária, Centros de Atenção Psicossocial - CAPS, no tratamento dos usuários e familiares durante o período de internação para a continuidade da assistência em saúde após a alta do estabelecimento, podendo ser realizada por discussão dos casos e relatórios multiprofissionais;
- 11.4. Elaborar Projeto Terapêutico Individual para os usuários internados, considerando as demandas individuais avaliadas pela equipe de referência da CONTRATADA e pela equipe multiprofissional do CAPS;
- 11.5. Orientar de forma clara o usuário e/ou o responsável legal sobre o processo de admissão, o Projeto Terapêutico a ser desenvolvido durante o período de internação, bem como as normas e rotinas da instituição, incluindo critérios relativos a visitas e à comunicação com familiares;
- 11.6. Assegurar que as visitas de familiares ou responsáveis legais possam ser realizadas tanto durante a semana quanto aos finais de semana, conforme a disponibilidade e possibilidade da família, garantindo condições adequadas para o encontro, de forma a não restringir as visitas apenas aos finais de semana;
- 11.7. Garantir o atendimento diário ao usuário por, no mínimo, um profissional da equipe técnica do estabelecimento, de acordo com o Projeto Terapêutico Individual;
- 11.8. Garantir, ao longo do período de internação, articulação com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) de ordem a contemplar as demandas pessoais, sociais, familiares, de saúde e educacionais do usuário;
- 11.9. Preparar o usuário para a alta da internação, garantindo sua referência para a continuidade do tratamento em serviço de referência comunitária, Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, com programa de atenção compatível com sua necessidade e sempre com o objetivo de promover a reintegração social e familiar;
- 11.10. Elaborar Relatório Médico de Alta, apresentando o histórico do paciente, evolução do quadro clínico durante todo o período de internação, inclusive no período de prorrogação, quando houver, medicações prescritas e indicação terapêutica com detalhamento das ações realizadas para a alta da internação;
- 11.11. Prestar assistência integral por equipe multiprofissional, por meio de atendimento individual e/ou coletivo, atividades físicas e desportivas, e atividades lúdico-terapêuticas, podendo oferecer, como parte das atividades, o uso de instalações físicas voltadas à prática de atividades físicas ou recreativas, tais como piscinas, academias com aparelhos de musculação, quadras esportivas, áreas de lazer ou similares;
- 11.12. Garantir a permanência do usuário em regime de internação de 24 horas por dia, ininterruptamente, durante o período de tratamento, com ou sem o seu consentimento, conforme determinação judicial;
- 11.13. Realizar ou ofertar treinamentos de educação continuada à equipe, de forma a capacitar cada agente de serviço, deixando-o apto a realizar suas atividades. Os treinamentos estarão sob a responsabilidade da CONTRATADA e devem abranger:
  - 11.13.1. Normas de segurança previstas em atos legais e normativos;
  - 11.13.2. Boas Práticas e Prevenção de Maus-Tratos;
  - 11.13.3. Processos de trabalho assistenciais alinhados com as diretrizes da Política Nacional de Saúde Mental e de Segurança do

Paciente;

- 11.13.4. Os treinamentos realizados deverão ser documentados e apresentados à SES/DF;
- 11.14. Disponibilizar as instalações físicas, conforme os ambientes definidos no Art. 14, da RDC nº 29, de 30 de junho de 2011, minimamente com os ambientes indicados na Descrição da solução como um todo;
- 11.15. Manter as instalações físicas dos ambientes externos e internos em boas condições de conservação, segurança, organização, conforto e limpeza, segundo o Art. 12, da RDC nº 29, de 30 de junho de 2011;
- 11.16. Realizar manutenções preventivas e corretivas periódicas de todos os equipamentos disponíveis, mantendo a documentação comprobatória dessas manutenções;
- 11.17. Interditar os equipamentos danificados, estruturas comprometidas ou condições insalubres que representem riscos à integridade física dos usuários até sua devida regularização. A omissão ou negligência na manutenção, que venha a resultar em acidentes, lesões, doenças ou qualquer tipo de dano físico ou material, será de inteira responsabilidade da contratada, inclusive quanto à indenização por danos causados a terceiros, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no contrato e/ou legislação vigente;
- 11.18. Disponibilizar para cada usuário, durante o período de internação, o enxoval de internação e de higiene pessoal, sendo vedada a cobrança dos itens ou qualquer taxa ao usuário ou sua família.
- 11.19. Fornecer alimentação completa, variada e nutricionalmente equilibrada, dividida em seis refeições diárias, que são: desjejum, colação, almoço, lanche, jantar e ceia, observando rigorosamente as necessidades nutricionais, restrições alimentares e possíveis comorbidades de cada usuário;
- 11.20. É obrigatória a oferta de cardápios diversificados, incluindo variação de fontes de proteína animal e/ou vegetal, carboidratos, legumes, verduras, frutas e demais grupos alimentares, sendo vedado o fornecimento repetitivo e contínuo de um único tipo de alimento ou fonte proteica;
- 11.21. A contratada deverá apresentar mensalmente o cardápio elaborado por nutricionista responsável, permitindo ao contratante verificar a diversidade dos alimentos fornecidos. O descumprimento desta cláusula sujeitará a contratada às penalidades previstas neste contrato;
- 11.22. Fornecer os medicamentos necessários ao tratamento de dependência de substâncias psicoativas, ficando a cargo do estabelecimento a responsabilidade quanto à prescrição, dispensação, administração, controle e guarda dos medicamentos, sendo vedada a cobrança de qualquer taxa ao usuário ou sua família;
- 11.23. Privilegiar o uso dos medicamentos disponíveis na Rede Pública de Atenção à Saúde, facilitando a continuidade do tratamento medicamentoso após alta da internação;
- 11.24. Fornecer insumos, equipamentos, materiais e demais itens necessários para a adequada execução das atividades, assegurando o pleno atendimento às necessidades dos usuários;
- 11.25. Promover, sempre que necessário, a adequada remoção do usuário ao estabelecimento da CONTRATADA de forma segura, por meio de veículo apropriado, com equipe técnica especializada e acompanhamento adequado, em estrita observância às normas de biossegurança e às exigências da vigilância sanitária, para o cumprimento da determinação de internação para tratamento de dependência química em estabelecimento especializado, bem como aos demais serviços da rede de saúde do Distrito Federal, quando os usuários apresentarem intercorrências clínicas decorrentes ou associadas ao uso ou privação de SPA. Isso inclui ainda, os casos em que apresentarem outros agravos à saúde, que necessitem de tratamento hospitalar de caráter ininterrupto e indispensável (por exemplo: quimioterapia, radioterapia, pré-natal);
- 11.26. Garantir todos os meios e o suporte técnico necessários à remoção, incluindo ambulância ou veículo equivalente com equipamentos de segurança, suporte básico de vida e profissionais capacitados, assegurando o manejo adequado do usuário, especialmente diante da possibilidade de resistência e agitação psicomotora, preservando sua integridade física e a de terceiros. A contratada poderá fazer uso de veículo descaracterizado quando necessário, desde que mantenha todos os parâmetros de segurança.
- 11.27. Comunicar imediatamente à SES e à família do paciente qualquer caso de intercorrência clínica ocorrida com o usuário dentro do estabelecimento, bem como qualquer transferência realizada para qualquer unidade de saúde;
- 11.28. Manter carrinho de emergência devidamente equipado situado na sala de atendimento de intercorrências, contendo todos os itens necessários para o atendimento, monitoramento e estabilização dos pacientes;
- 11.29. Permitir o acesso da equipe de fiscalização do contrato da SES bem como do médico e do profissional de nível superior da equipe multiprofissional, pertencentes ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, lotados no CAPS AD, CAPS i ou CAPS I de referência do usuário, aos registros e prontuários, e aos usuários internados, para realizar avaliação e acompanhamento durante o período de internação, com registro no prontuário SES/DF do usuário, visando a construção e fortalecimento do vínculo com o serviço de saúde mental da Rede de Atenção à Saúde da SES/DF;
- 11.30. Fornecer mensalmente à SES/DF de forma individual, junto à Nota Fiscal, Atendimento Terapêutico Familiar, Ordens de Serviço, Ordens de Serviço de Prorrogação, Documento de identificação do usuário, Relatório Multiprofissional de desenvolvimento do tratamento por usuário, elaborado por médico e profissionais de nível superior, em que conste o Plano Terapêutico Individual com os atendimentos e atividades individuais e coletivas, terapêutica medicamentosa e a abordagem familiar, o Espelho da Fatura, Discriminação das despesas médico-hospitalares (quantidade de diárias e valores), Declaração de Incapacidade de Remoção de Caráter Voluntário do usuário a clínica, Declaração do Responsável /familiar dando ciência de que a internação é custeada pela SES/DF.
- 11.31. Apresentar, no prazo de 15 dias após a assinatura do contrato, o Protocolo de Segurança do Paciente e o Protocolo de Manejo da Agitação Psicomotora alinhados com os protocolos da SES/DF, visando um atendimento humanizado e seguro, especialmente nos casos que envolvam contenção física, mecânica e farmacológica dentro do estabelecimento bem como as contenções realizadas fora do estabelecimento nos casos de evasão, visando a readmissão dos usuários ao tratamento no estabelecimento. Os referidos protocolos estarão sujeitos a avaliação da equipe técnica da Subsecretaria de Saúde Mental bem como dos setores competentes da SES DF cuja área técnica considere necessária a avaliação.
- 11.32. Apresentar o(s) modelo(s) da(s) Ficha(s) de Contenção. As fichas deverão ser compostas por no mínimo: justificativa da

contenção utilizada, tempo de duração, profissionais responsáveis com as devidas assinaturas, registro de avaliação posterior da conduta. As Fichas de Contenção deverão ser obrigatoriamente preenchidas, assinadas e inseridas no prontuário do paciente sempre que a contenção for realizada, como forma de garantir a rastreabilidade, responsabilização e respeito aos direitos do pacientes.

11.33. Manter durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como, as condições de habilitação e qualificação exigidas;

11.34. Observar, durante a execução dos serviços contratados, o fiel cumprimento de todas as leis federais, estaduais, distritais e municipais vigentes ou que venham a vigor, sendo responsável pelas infrações que venham a ser cometidas;

11.35. Assumir inteira responsabilidade por todas as obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, tributária, fiscal, administrativa e civil, decorrentes da execução do contrato, inclusive aquelas oriundas de atos de seus empregados, prepostos, subcontratados ou terceiros a ela vinculados, não cabendo transferência da inadimplência ou qualquer responsabilidade por seu pagamento ao Distrito Federal. A contratada poderá ser solicitada a apresentar documentação comprobatória.

11.36. Arcar com todos os encargos decorrentes de relações de trabalho mantidas com seus colaboradores, tais como salários, férias, 13º salário, encargos previdenciários (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), auxílio transporte e alimentação, adicionais legais, bem como eventuais indenizações trabalhistas ou reclamações judiciais, mesmo que propostas após o término da vigência contratual;

11.37. Responder por quaisquer denúncias, fiscalizações, autuações ou penalidades administrativas oriundas de órgãos de controle (tais como Ministério Público, Tribunal de Justiça, Receita Federal, etc.) decorrentes de condutas irregulares praticadas durante a vigência do contrato;

11.38. Arcar com eventuais prejuízos causados à Administração Pública em razão de descumprimento das obrigações, inclusive condenações judiciais solidárias, ensejarão o ressarcimento integral ao erário, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

11.39. Cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas à prestação dos serviços, responsabilizando-se pela qualidade dos serviços prestados, bem como pela segurança de seus empregados;

11.40. Notificar à CONTRATANTE qualquer irregularidade ocorrida durante a execução dos serviços. Caso a situação exija, a CONTRATADA deve acionar os órgãos competentes;

11.41. Não possuir, manter ou utilizar espaços restritivos, punitivos, disciplinadores ou quaisquer ambientes similares destinados ao isolamento ou punição de usuários, garantindo que todas as práticas estejam alinhadas aos princípios de dignidade, segurança, acolhimento e respeito aos direitos humanos;

11.42. Manter atualizado o cadastro do estabelecimento de saúde no SCNES/MS (Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde). Entende-se por CNES atualizado os registros de todas as alterações relativas a profissionais, equipamentos, leitos, serviços do estabelecimento contratado, e os terceiros (prestadores de serviços assistenciais) da credenciada.

11.43. Requisitos documentais aplicáveis às empresas subcontratadas: A Contratada, no caso de subcontratação de serviços, deverá apresentar, no momento da análise de sua habilitação, os documentos capazes de demonstrar que a subcontratada possui condições de executar a parcela do serviço a ser subcontratada, apresentando a documentação abaixo:

11.44. Declaração do contratante principal assumindo responsabilidade solidária pela subcontratada, atestando que fiscalizará a subcontratada e responderá por eventuais falhas;

11.45. Termo de ciência do contratante sobre a subcontratação, assinada pelas duas partes, atestando que a mesma é capaz de atender a demanda pretendida pela contratada e especificando o objeto a ser subcontratado;

11.46. Declaração de que a subcontratada possui instalações físicas compatíveis com o serviço subcontratado;

11.47. CNPJ válido e ativo da empresa subcontratada, com cadastro regular na Receita Federal;

11.48. Contrato Social ou Ato Constitutivo atualizado da empresa subcontratada;

11.49. Certidões Negativas (FGTS, Tribunais Trabalhistas, INSS, Fazenda Federal/Estadual/Municipal, da Dívida Ativa da União);

11.50. Outras documentações poderão ser exigidas pela banca examinadora, caso necessário.

#### 11.51. **SUSTENTABILIDADE**

11.51.1. A execução do objeto deverá observar rigorosamente os critérios de sustentabilidade ambiental e as medidas de mitigação de impactos detalhadas no Estudo Técnico Preliminar, em consonância com a legislação vigente, as diretrizes do Guia de Sustentabilidade da AGU e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

11.51.2. **Quanto aos Critérios e Práticas de Sustentabilidade:** A Contratada deverá incorporar como especificações técnicas e obrigações contratuais as seguintes práticas:

11.51.2.1. **Certificações:** Utilização preferencial de produtos e materiais certificados por órgãos como INMETRO e ANVISA, observadas as diretrizes do Guia de Compras Sustentáveis;

11.51.2.2. **Eficiência Energética:** Aquisição e uso de equipamentos com eficiência energética comprovada, preferencialmente com selo Procel (para eletrodomésticos e equipamentos elétricos) e classificação "A" no Inmetro;

11.51.2.3. **Uso Racional:** Promoção do uso racional de materiais e recursos naturais, especialmente energia e água, mediante orientações e treinamentos sistemáticos da equipe envolvida no serviço;

11.51.2.4. **Logística Reversa:** Adoção de práticas de logística reversa e descarte ambientalmente adequado para equipamentos, medicamentos vencidos, baterias, pilhas, lâmpadas e materiais eletrônicos, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

11.51.3. **Quanto aos Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras**

- 11.51.3.1. Realizar a segregação correta dos resíduos na origem (orgânicos, recicláveis, rejeitos e resíduos perigosos);
- 11.51.3.2. Assegurar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos de saúde, conforme a Resolução CONAMA nº 358/2005 e a RDC nº 222/2018 – ANVISA;
- 11.51.3.3. Manter, se necessário, contratação de empresa especializada para coleta e tratamento de resíduos perigosos;
- 11.51.3.4. Promover o treinamento da equipe quanto ao manejo correto dos resíduos.
- 11.51.4. **Transporte e Emissão de Gases (Remoções)**
- 11.51.4.1. Otimizar rotas e deslocamentos para a remoção de usuários;
- 11.51.4.2. Utilizar veículos com menor emissão de poluentes sempre que viável;
- 11.51.4.3. Implementar planejamento logístico que minimize o número de viagens necessárias, visando mitigar a emissão de gases de efeito estufa.
- 11.51.5. **Da Conformidade Normativa Complementar:** A Contratada deverá observar, ainda:
  - 11.51.5.1. As diretrizes da Lei nº 4.770/2012, do Decreto nº 7.746/2012 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010;
  - 11.51.5.2. A proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores conforme a Norma Regulamentadora NR 32/ABNT;
  - 11.51.5.3. As boas práticas para o processamento de produtos de saúde, nos termos da RDC nº 15/2012 – ANVISA.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

- 12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.
- 12.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES**

- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
  - 13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.
  - 13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
    - 13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
    - 13.1.2.4. deixar de apresentar amostra; e
    - 13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
  - 13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
    - 13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
  - 13.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
  - 13.1.5. Fraudar a licitação.
  - 13.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - 13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
    - 13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento; e
    - 13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
  - 13.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
  - 13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 13.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 13.2.1. advertência;
  - 13.2.2. multa;
  - 13.2.3. impedimento de licitar e contratar, e
  - 13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



- 13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 13.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública; e
- 13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo de até **30 (trinta) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
- 13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 13.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 13.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 13.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL**

- 14.1. A rescisão do Contrato se dará nos termos dos Artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021;
- 14.2. No procedimento de rescisão contratual, será assegurado o contraditório e a ampla defesa sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a Contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a Contratante adotar, motivadamente, providências acauteladoras.
- 14.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 14.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 14.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 14.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 14.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 14.8. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 14.9. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 14.10. Indenizações e multas.
- A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 14.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha



desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA

15.1. Os débitos da CONTRATADA para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA COMISSÃO EXECUTORA

16.1. **Executor do Contrato:** Os gestores e fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima da SES/DF, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, na forma do [art. 7º da Lei nº 14.133/2021](#) e art. 10 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, de forma que serão anexadas ao processo SEI vinculado a esta contratação as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções;

### 16.2. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

16.2.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

16.2.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

16.2.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

16.2.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

16.2.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

16.2.6. A CONTRATADA comprometer-se-á, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da assinatura do contrato, a apresentar um cronograma de manutenções preventivas, englobando todos os equipamentos relacionados.

16.2.7. A CONTRATADA deverá, num prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da assinatura do contrato, desenvolver, documentar e apresentar procedimentos de manutenção preventiva por família dos equipamentos inclusos no contrato, fornecendo seus respectivos “*checklists*” de verificação, de forma a facilitar o acompanhamento dos serviços por parte da Comissão de Fiscalização do Contrato. Tal *checklist* deve ser juntado ao relatório de atividades mensais emitido pela empresa, para acompanhamento do Gestor e Fiscal de contrato. Estes procedimentos deverão ser padronizados por meio de Procedimentos Operacionais Padrão (POP) de forma a contribuir para os processos de qualidade desenvolvidos pela GEO.

16.2.8. A CONTRATADA deverá fornecer ao(s) Executor(es), o relatório técnico circunstanciado das visitas técnicas preventivas (manutenção preventiva) e das corretivas, com local, data, peças/acessórios substituídos, nome do técnico que prestou atendimento, número de patrimônio do equipamento reparado, defeito apresentado, motivos de quebras apurados, sugestões para redução da incidência de defeitos e prazo de garantia dos serviços e das peças. Esses relatórios necessitarão ser digitados ou disponibilizados em ferramenta própria e deverão ser enviados junto à fatura mensal, para efeito de comprovação e aceite.

16.2.9. Os relatórios deverão ser consolidados mensalmente, conforme demanda da área de engenharia clínica e/ou do executor de contrato.

### 16.2.10. **Preposto**

16.2.10.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

16.2.10.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### 16.2.11. **Fiscalização.**

16.2.11.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

16.2.11.2. Os gestores e fiscais do contrato serão designados pela Superintendência da Região de Saúde, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

### 16.2.12. **Fiscalização Técnica.**

16.2.12.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

16.2.12.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

16.2.12.3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

16.2.12.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

- 16.2.12.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;
- 16.2.12.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual;
- 16.2.12.7. A fiscalização técnica do contrato deve avaliar constantemente a execução do objeto por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), para aferição da qualidade da prestação dos serviços.
- 16.2.13. **Fiscalização Administrativa**
- 16.2.13.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- 16.2.13.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 16.2.13.3. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 16.2.14. **Gestor do Contrato**
- 16.2.14.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- 16.2.14.2. O gestor do contrato acompanhará os registros, realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior, aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- 16.2.14.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- 16.2.14.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar doatesto de cumprimento de obrigações;
- 16.2.14.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;
- 16.2.14.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;
- 16.2.14.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS**

- 17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO**

- 18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

- 19.1. Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.
- 19.2. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

### **APÊNDICE III MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO**

**Ordem de Serviço nº: \_\_\_\_/ Ano**

<b>1. DADOS DO USUÁRIO</b>	
Nome Completo	
Data de Nascimento	
CPF/RG	
Endereço Residencial	
Nome do Responsável	
Grau de Parentesco	
Telefone de Contato	
Nº do Processo Judicial	
Consta Ordem Judicial de Internação em Vigência:	( ) Sim ( ) Não
Consta Laudo Médico Solicitando a Internação:	( ) Sim ( ) Não
<b>2. DADOS DA EMPRESA CONTRATADA</b>	
Razão Social	
Endereço	
CNPJ	
Telefone	
E-mail	
Contrato SES Nº	
Processo SEI Nº	
Contrato em vigência:	( ) Sim ( ) Não
Período de vigência/ em prorrogação de	/ / até / /
<b>3. EXECUÇÃO DO SERVIÇO</b>	
Nº do Processo para Cumprimento da Ordem Judicial na SES-DF	
Prazo de Duração Estabelecido pelo Contrato	Poderá variar de 1 (um) até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, sendo prorrogável por igual período, conforme contrato.
Necessita de Serviço de Remoção:	( ) Sim ( ) Não ( ) Não informado
Local de Remoção	( ) Residência do usuário ( ) Outro:
<b>DECLARAÇÃO DA EMPRESA</b>	
DECLARO que recebi esta Ordem de Execução de Serviço nº. _____, e estou ciente das condições estabelecidas no contrato.	
<div style="text-align: right;">           _____  <b>Representante da Empresa/CPF</b> </div>	
<b>4. AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO:</b>	
( ) <b>AUTORIZO a prestação de serviços.</b> - O serviço de internação e remoção, quando contratado, deverá ser iniciado em até 72 (setenta e duas) horas, contados a partir do recebimento desta ordem de serviço, conforme contrato.  <div style="text-align: right;">           Gestor(a) Técnico(a) do Contrato _____ / Matrícula nº. _____         </div>	
<b>5. CIÊNCIA DA DIRETORIA DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (SES/SEAS/SUSAM/DAPSI)</b>	
( ) CIENTE e DE ACORDO com a internação pelo prazo estabelecido. ( ) CIENTE e em DESACORDO com a situação apresentada. Justificativa no caso de desacordo: _____  <div style="text-align: right;">           _____            Diretor(a) de Atenção Psicossocial (SES/SEAS/SUSAM/DAPSI)         </div>	
<b>6. AVALIAÇÃO MÉDICA DO USUÁRIO</b>	
- Indicação de Internação: ( ) SIM ( ) NÃO - Estabelecimento de Saúde: - Médico Responsável pela Avaliação: - Nº CRM ou Matrícula: - Data da Avaliação Médica:	
<b>7. AVALIAÇÃO MÉDICA DO USUÁRIO POR PROFISSIONAL DE SAÚDE NO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE CONTRATADO:</b>	
- Indicação de Prorrogação de Internação: ( ) SIM ( ) NÃO ( ) NÃO SE APLICA. - Período de Prorrogação: - Estabelecimento de Saúde: - Médico Responsável pela Avaliação: - Nº CRM ou Matrícula: - Data da Avaliação Médica:	

## APÊNDICE X

### DECLARAÇÃO DE INCAPACIDADE DE REMOÇÃO VOLUNTÁRIA

DECLARAÇÃO DE INCAPACIDADE DE REMOÇÃO DE CARÁTER VOLUNTÁRIO DO USUÁRIO AO

ESTABELECIMENTO CONTRATADO

Contrato nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_ e do RG nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) à \_\_\_\_\_, na qualidade de \*\* \_\_\_\_\_ \*\* (informar o grau de parentesco ou relação) do(a) usuário \*\* \_\_\_\_\_ \*\*, declaro, para os devidos fins, que:

Em razão do quadro clínico apresentado pelo usuário, caracterizado por risco à própria integridade física e psíquica e/ou a terceiros, tornou-se necessária a realização de Internação Compulsória, conforme determinação legal, com fundamento no art. 6º, inciso III, da Lei nº 10.216/2001, bem como demais normas aplicáveis.

Dessa forma, foi realizada a remoção, devidamente autorizada, conforme Ordem de Serviço nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_, para o Estabelecimento \_\_\_\_\_, especializado no tratamento de pessoas com transtornos decorrentes do uso e abuso de substâncias psicoativas, em regime de internação integral (24 horas).

Declaro, ainda, que a remoção ocorreu em estrita observância as normas legais e éticas, visando exclusivamente à preservação da integridade física, psíquica e da dignidade do(a) usuário.

Responsável:

Brasília/DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Telefone do responsável: \_\_\_\_\_

**APÊNDICE XI**  
**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

SERVIÇO REFERENTE A OS Nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

À SUBSECRETARIA DE SAÚDE MENTAL (SES/SEAS/SUSAM)

Assunto: Relatório de Execução referente a Ordem de Serviço nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

Usuário: \_\_\_\_\_

O(A) \_\_\_\_\_ (nome do estabelecimento/clínica contratado(a), no cumprimento das obrigações assumidas, vem, por meio deste RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO, informar que o usuário \_\_\_\_\_, Ordem de Serviço nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_, foi admitido no dia \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ para tratamento em regime de internação compulsória, em razão de transtorno mental e comportamental decorrente do uso e abuso de substâncias psicoativas.

Declara-se que o serviço contratado foi devidamente executado, encontrando-se o usuário acolhido no estabelecimento para a prestação de cuidados especializados, conforme os requisitos técnicos, legais e administrativos exigidos.

Brasília – DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SRTVN Quadra 701 Lote D, 1º e 2º andares, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70719-040 - DF

00060-00487396/2025-31

Doc. SEI/GDF 205613479